

ORGANIZADORAS

Luciana Rodrigues

Bruna Moraes Battistelli

Lilian Paula de Souza Alves Machado

Andrea Maila Voss Kominek

MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR

histórias que marcam a trajetória
das ações afirmativas no Brasil



PPGPSI
UFRGS



ORGANIZADORAS

Luciana Rodrigues

Bruna Moraes Battistelli

Lilian Paula de Souza Alves Machado

Andrea Maila Voss Kominek

MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR

histórias que marcam a trajetória
das ações afirmativas no Brasil



PPGPSI
UFRGS



| São Paulo | 2026 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M956

Mulheres negras no ensino superior: histórias que marcam a trajetória das ações afirmativas no Brasil / Organização Luciana Rodrigues... [et al.]. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2026.

Demais organizadoras: Bruna Moraes Battistelli, Lilian Paula de Souza Alves Machado, Andrea Maila Voss Kominek

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-690-6

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-690-6

1. Mulheres negras. 2. Ações afirmativas. 3. Ensino Superior. 4. Narrativas. 5. Educação. I. Rodrigues, Luciana (Org.). II. Battistelli, Bruna Moraes (Org.). III. Machado, Lilian Paula de Souza Alves (Org.). IV. Kominek, Andrea Maila Voss (Org.). V. Título.

CDD: 378.3

Índice para catálogo sistemático:

I. Estudantes universitários – Ações afirmativas

Júlia Marra Torres • Bibliotecária • CRB SP-011583/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2026 as autoras.

Copyright da edição © 2026 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Estágio em edição	Emanuelle Vitória Miranda da Silva Rayssa Santos Arrais
Imagens da capa	dwicanos, Freepik, YasirGraphic - Magnific.com
Tipografias	Acumin, Belarius Poster, Mongoose
Revisão	As autoras e as organizadoras
Organizadoras	Luciana Rodrigues Bruna Moraes Battistelli Lilian Paula de Souza Alves Machado Andrea Maila Voss Kominek

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 6

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski <i>Universidade La Salle, Brasil</i>	Bernadette Beber <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Adriana Flávia Neu <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt <i>Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Aguimario Pimentel Silva <i>Instituto Federal de Alagoas, Brasil</i>	Caio Cesar Portella Santos <i>Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil</i>
Alaim Passos Bispo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil</i>	Carla Wanessa do Amaral Caffagni <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Alaim Souza Neto <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Adriano Martins <i>Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil</i>
Alessandra Knoll <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Jordan Lapa Alves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Alessandra Regina Müller Germani <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Caroline Chioquetta Lorenset <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Aline Corso <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Cassia Cordeiro Furtado <i>Universidade Federal do Maranhão, Brasil</i>
Aline Wendpap Nunes de Siqueira <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Cássio Michel dos Santos Camargo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Ana Rosangela Colares Lavand <i>Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil</i>	Cecília Machado Henriques <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
André Gobbo <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>	Christiano Martino Otero Avila <i>Universidade Federal de Pelotas, Brasil</i>
André Tanus Cesário de Souza <i>Faculdade Anhanguera, Brasil</i>	Cláudia Samuel Kessler <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Andressa Antunes <i>Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil</i>	Cristiana Barcelos da Silva <i>Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil</i>
Andressa Wiebusch <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Cristiane Silva Fontes <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>
Andreza Regina Lopes da Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Daniela Susana Segre Guertzenstein <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Angela Maria Farah <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Daniele Cristine Rodrigues <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Anísio Batista Pereira <i>Universidade do Estado do Amapá, Brasil</i>	Dayse Centurion da Silva <i>Universidade Anhanguera, Brasil</i>
Antonio Edson Alves da Silva <i>Universidade Estadual do Ceará, Brasil</i>	Dayse Sampaio Lopes Borges <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Antonio Henrique Coutelo de Moraes <i>Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil</i>	Deilson do Carmo Trindade <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil</i>
Arthur Vianna Ferreira <i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</i>	Diego Pizarro <i>Instituto Federal de Brasília, Brasil</i>
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Dorama de Miranda Carvalho <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>
Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>	Edilson de Araújo dos Santos <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Bárbara Amaral da Silva <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Edson da Silva <i>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil</i>

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Faustidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehler Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Bruna Moraes Battisteli

Apresentação

Sobre histórias que nos ensinam sobre acesso,
permanência e continuidades na Universidade12

CAPÍTULO 1

Daniela Rosa de Oliveira

Tradutora das impossibilidades:

a imersão na negritude como plano de fuga 16

CAPÍTULO 2

Andressa Ignácio da Silva

"A cotista vai falar, e numa boa!":

trajetória e memórias de uma intelectual
negra em formação32

CAPÍTULO 3

Lilian Alves-Machado

Escrevivências do analfabetismo como "tradição" imposta:

"- você entrou por cota, né?"41

CAPÍTULO 4

Luciana Rodrigues

Entre as paredes da academia branca:

feminismo negro, ancestralidade
e a docência como ancoragens59



CAPÍTULO 5

Flávia Camila Bernardes

Larissa Silva Jorge

**Carta às pesquisadoras
do terceiro mundo:**

do chegar acadêmico a reconexão consigo 69

CAPÍTULO 6

Kellen da Silva

**Caminhos entre
a universidade e eu:**

experiências de uma negra gaúcha e acadêmica 78

CAPÍTULO 7

Letícia Eli Pereira de Campos

**O que deveríamos
estar fazendo agora?**

88

CAPÍTULO 8

Genecir Barreto

Solange Aparecida Rosa

Biografias de docentes negras:

relatos de resistência e enfrentamento

à supremacia branca na rede municipal

de São José dos Pinhais/PR..... 98

CAPÍTULO 9

Letícia Rossini Dos Santos Souto

**A experiência da pós-graduação
como aluna negra:**

desafios, resistências e transformações

no ambiente acadêmico..... 106



CAPÍTULO 10

Sofia Castro Teixeira

**Bati na porta por muito tempo
hoje eu arrombo:**

narrativa de uma pesquisadora insurgente 122

CAPÍTULO 11

Genecir dos Santos Barreto Josviak

Resistência e conquista:

a jornada de uma educadora negra na busca
por inclusão e equidade na educação..... 132

CAPÍTULO 12

Carine Maria Cabral Costa

**Escrevivências para pensar os efeitos
das ações afirmativas na experiência
de uma guria preta e docente..... 139**

CAPÍTULO 13

Jussara Marques de Medeiros

**Lugar de mulher negra
é onde ela quiser 156**

CAPÍTULO 14

Nicole Alessandra Maciel

Narrativas de resistência:

a importância de contar e ouvir histórias
como ferramentas de transformação 165

Sobre as autoras..... 172

Índice remissivo..... 179



APRESENTAÇÃO

SOBRE HISTÓRIAS QUE NOS ENSINAM SOBRE ACESSO, PERMANÊNCIA E CONTINUIDADES NA UNIVERSIDADE

Bruna Moraes Battisteli

Contar histórias é uma forma de ensinar; um legado-aprendizado que vem a partir dos ensinamentos de bell hooks (2017; 2019) e Audre Lorde (2020). Duas intelectuais feministas negras que ousaram erguer suas vozes para romper com os silêncios que lhes eram impostos pelos sistemas de opressão de gênero, raça, classe e sexualidade. Com estas intelectuais seguimos acompanhadas na busca pela escrita de uma espécie de contra-arquivo, a partir do qual histórias que já ocupam as salas, corredores, trabalhos de conclusão de curso, possam ser celebradas. Desta forma, alimentamos o desejo por este livro que conta histórias para rachar o que se tem como ideal de universidade (demasiado branco e elitista).

Quando Cidinha da Silva nos pergunta “quem tem medo da universidade negra?” em seu texto com mesmo nome, nos oferece inspiração para este livro que visa compartilhar as histórias de mulheres negras que adentraram o ensino superior (graduação e/ou pós-graduação) via cotas raciais. Um sistema que vem permitindo mudanças relevantes e importantes em termos de quem ocupa nossas graduações e pós-graduações e que vai aos poucos modificando demandas de estudo e valores epistêmicos. Ou seja, é através das ações afirmativas, principalmente as cotas raciais, que podemos perceber um avanço (mesmo que tímido) frente às desigualdades que vivem mulheres negras.

E com isso, nos fortalecemos em busca de uma política da memória que sustente problematizações quanto aos modos de



funcionamento de uma universidade, ainda, demasiadamente bran-
cocentrada e visibilize histórias como as das autoras deste livro. Em
um país econômico e racialmente desigual, precisamos insistir nas
discussões sobre relações raciais em diálogo com as opressões de
gênero e classe que se encontram em trajetórias de vidas como as de
muitas das autoras. Entendemos, assim, que políticas de memória e
cuidado antirracistas, que busquem melhorar o mundo, devem, entre
tantos outros gestos possíveis, engravidá-lo com muitas histórias
que convidem outras mulheres negras à registrarem suas memórias
e experiências em primeira pessoa. Acreditamos, assim, que com as
histórias podemos construir um arquivo que movimente os saberes
colonizados que circulam por entre corredores e salas de aulas de
diferentes universidades. E com histórias de mulheres negras, que
ingressaram em diferentes graduações via ações afirmativas por
cotas raciais, vamos constituir uma espécie de contra-arquivo per-
meado por histórias de reexistência e invenção de mulheres que
ousaram erguer a voz e se movimentar pelo ensino superior.

Deste modo, este livro é fruto de um convite que parte desde
nossa participação no ano de 2024 no XIII Congresso Brasileiro de
Pesquisadores/as Negros/as (COPENE), que ocorreu em Belém
do Pará. Ouviram nosso chamado diferentes mulheres negras com
formações em áreas distintas (ciências sociais, psicologia, serviço
social, pedagogia etc.) e a partir deste encontro, nos compartilharam
suas histórias e memórias sobre seus ingressos e percursos acadê-
micos. E com as histórias que nos foram tão gentilmente ofertadas a
nós, compomos essa coleção de memórias que nos ensinam sobre
acesso, permanência e continuidades na e pela formação.

No capítulo 1 acompanhamos Daniela Rosa de Oliveira em
seu capítulo intitulado *Tradutora das impossibilidades: a imersão na
negritude como plano de fuga*. Assim como no capítulo 2 percorremos
as memórias de Andressa Ignácio da Silva em suas narrativas intitu-
lada *"A Cotista Vai Falar, E Numa Boa"! Trajetória E Memórias De Uma
Intellectual Negra Em Formação*. No capítulo 3, Lilian Alves-Machado,



uma das organizadoras deste livro, nos apresenta suas histórias em seu texto nomeado como *Escrevivências do analfabetismo como “tradição” imposta: “- Você entrou por cota, né?”*. No capítulo 4, Luciana Rodrigues, também uma das organizadoras do livro, nos permite conhecer suas histórias como aluna e docente negra com o texto *Entre as paredes da academia branca: feminismo negro, ancestralidade e a docência como ancoragem*.

No capítulo 5 as autoras Flávia Camila Bernardes e Larissa Silva Jorge nos apresentam o texto *Carta às pesquisadoras do terceiro mundo - Do chegar acadêmico a reconexão consigo em conexão* com Gloria Anzaldúa. A autora Kellen da Silva, nos apresenta no capítulo 6, suas memórias no texto *Caminhos entre a universidade e eu: experiências de uma negra gaúcha e acadêmica*. No capítulo 7 temos o texto da autora Letícia Eli Pereira de Campos que o nomeou: *O que deveríamos estar fazendo agora?*

Genecir Barreto e Solange Aparecida Rosa nos apresentam suas histórias no capítulo 8 intitulado *Biografias de docentes negras: relatos de resistência e enfrentamento à supremacia branco na rede municipal de são josé dos pinhais/PR*. No capítulo 9, intitulado *A experiência da pós-graduação como aluna negra: desafios, resistências e transformações no ambiente acadêmico*, a autora Letícia Rossini dos Santos Souto nos oferta sua experiência como aluna na pós-graduação.

A leitura do capítulo 10 nos permite acompanhar a autora Sofia Castro Teixeira e suas narrativas intituladas: *Bati na porta por muito tempo hoje eu arrombo: narrativa de uma pesquisadora insurgente*. No capítulo 11 podemos acompanhar o percurso narrativo da autora Genecir dos Santos Barreto Josviak a partir do texto *“Resistência e Conquista: A Jornada de Uma Educadora Negra na Busca por Inclusão e Equidade na Educação”*. O capítulo 12 é escrito pela autora Carine Maria Cabral Costa e intitulado *Escrevivências para pensar os efeitos das ações afirmativas na experiência de uma*



guria preta e docente. No penúltimo capítulo, Jussara Marques de Medeiros nos fala de sua trajetória afirmando que *Lugar de mulher negra é onde ela quiser.* No capítulo 14, a autora Nicole Alexandra Maciel apresenta sua história no texto intitulado *Narrativas de resistência: a importância de contar e ouvir histórias como ferramentas de transformação.* A escolha por não esmiuçar cada texto é proposital e visa instigar a curiosidade e o folhear por entre as histórias. Se permita andarilhar com nossas convidadas e com elas entender as nuances e multiplicidades do que é ser mulher negra em espaços de formação universitária.

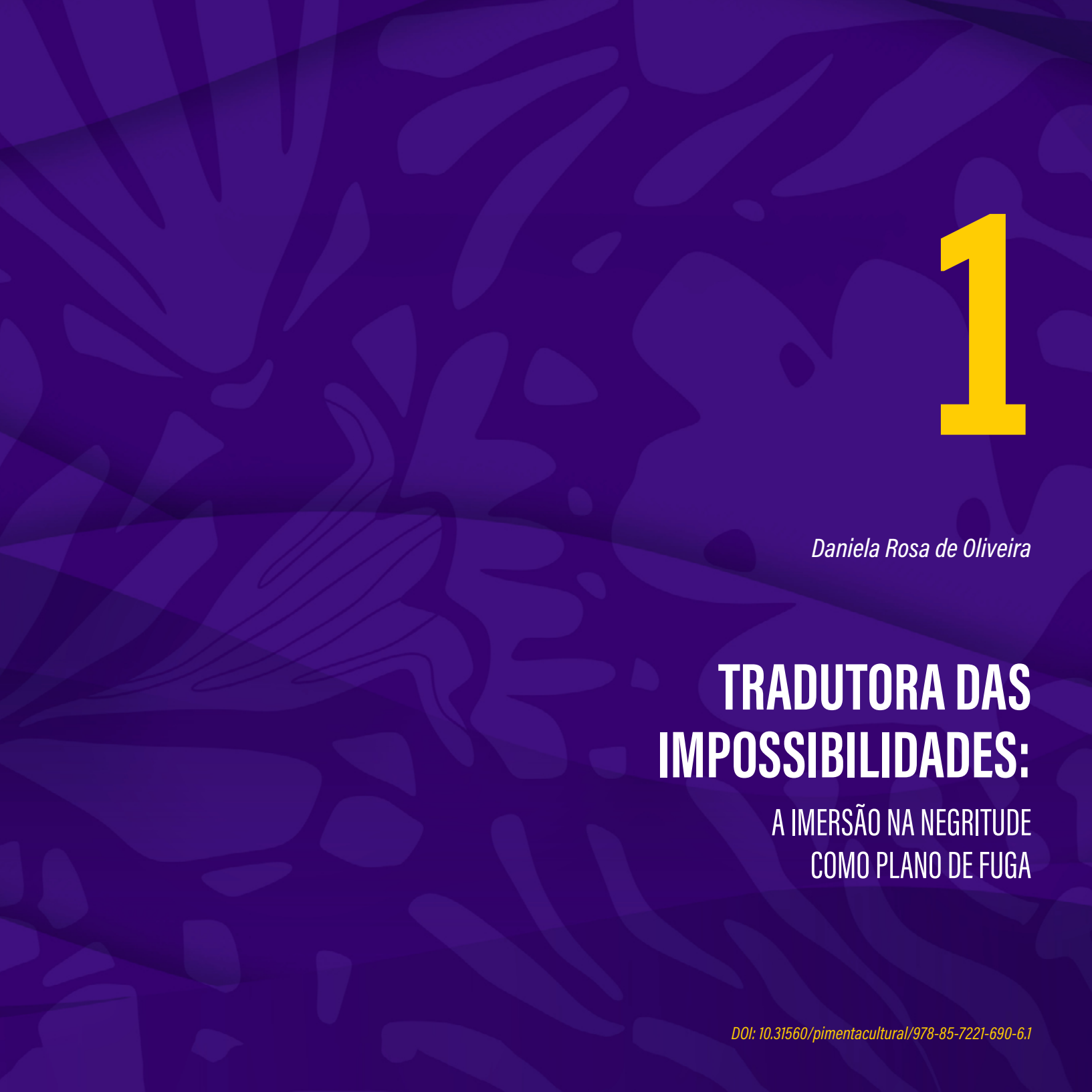
Deste modo, o convite é para que a leitura dos textos seja implicada com o desejo de ocupar lugares, ampliar horizontes e escrever mais histórias de acesso, permanência em espaços universitários públicos e de qualidade. Assim, escrevemos na defesa por uma universidade pública, de qualidade, consciente de sua história colonial e implicada com a erradicação das desigualdades raciais em seu cotidiano. Ou como nos diz Cidinha da Silva (2019, p. 152): “A universidade negra [...] quer coexistir, e não eliminar indivíduos, mas é certo que queira eliminar o racismo e estabelecer a convivência equânime entre as pessoas, respeitando todos os seus pertencimentos”.

Que a leitura dos capítulos que seguem abra brechas para que outras escritas de mulheres negras se fortaleçam.

REFERÊNCIAS

SILVA, Cidinha da. **#Parem de nos matar**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.





1

Daniela Rosa de Oliveira

TRADUTORA DAS IMPOSSIBILIDADES:

A IMERSÃO NA NEGRITUDE
COMO PLANO DE FUGA

INTRODUÇÃO

A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. [...] Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 2021, p. 46).

O que mobiliza esta escrita diz muito sobre as mulheres negras que atravessaram minha vida, contribuíram e que seguem contribuindo, de forma significativa, para a minha existência enquanto mulher negra, por isso, acredito que seja fundamental iniciar este texto agradecendo a todas que já fizeram e fazem parte da minha jornada em diversos momentos e espaços. Do mesmo modo, tudo que constitui meu ser tem ligação direta com a relação desenvolvida com a minha mãe que, sem sombra de dúvidas, é a pessoa que mais me inspira a seguir o caminho que for mesmo sabendo que nem todos os espaços e pessoas serão receptivos, como nunca foram, ainda assim, escreverei alicerçada na minha existência e em todas as experiências coletivas de inventividade e reconstrução de mundo em diáspora.

Quando comecei a pensar sobre a produção deste texto, imediatamente, veio-me à mente a proposta de escrivência articulada por Conceição Evaristo (2020) como ato de se inserir no mundo com as nossas histórias, subjetividades, texto-vozes, que fez com que eu transitasse pela minha existência por longos momentos e me desse conta de que nunca foi fácil ser uma mulher negra, independente dos espaços frequentados até então. Durante bastante tempo, não entendia exatamente o que se passava, mas compreendia que ser o que era, mulher e negra, não parecia ser algo muito interessante e valorizado e, por vezes, era desagradável, impregnado de estereótipos e de violência. Neste sentido, a intelectual negra e brasileira



Lélia Gonzalez fez uma interpretação essencial sobre a realidade das mulheres negras na cultura brasileira, demonstrando fatores que tem corroborado para a manutenção da estrutura racista e sexista que atua de forma violenta nas existências que foram subalternizadas:

A discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão. Em termos de educação, por exemplo, é importante enfatizar que uma visão depreciativa dos negros é transmitida nos textos escolares e perpetuada em uma estética racista constantemente transmitida pela mídia de massa. Se adicionarmos o sexismo e a valorização dos privilégios de classe, o quadro fica então completo (Gonzalez, 2020, p. 160).

Levou alguns anos até eu entender que as dinâmicas sociais estabelecidas, no Brasil, hostilizavam pessoas como eu, que meu corpo, cabelo, pele e traços eram sinônimos de horror e feiura e que minha existência era inadequada para praticamente todos os lugares, mas, principalmente, os de poder e saber. Ao ler esse texto, é fundamental não perder de vista que as experiências de mulheres negras são narradas, descritas e interpretadas tendo em vista diferentes perspectivas, neste sentido, as experiências relatadas nesta escrita falam, especificamente, das vivências que atravessaram meu corpo/existência, desta forma, ressalta-se que:

Não existe um ponto de vista homogêneo da mulher negra. Não existe uma mulher negra essencial ou arquetípica cujas experiências sejam típicas, normativas e, portanto, autênticas. Um entendimento essencialista do ponto de vista da mulher negra suprime as diferenças entre as mulheres negras em busca de uma unidade de grupo enganosa (Collins, 2019, p. 73).

Neste processo de descoberta, que ainda segue, a educação teve e tem um papel crucial na minha história, visto que toda minha jornada é perpassada por processos educativos dentro de instituições



como escolas e universidades. Sendo assim, compartilhar minhas histórias de formações e experiências com a universidade falam de lugares que impactaram e continuam impactando, diretamente, na forma como me relaciono com o conhecimento e na minha maneira de estar em sociedade. Neste sentido, falar acerca de experiências educacionais poderia ser algo simples para mim, uma vez que minha vida toda foi e é permeada pelo mundo da educação, porém, a escola colonial, tão presente, buscou educar corpos para o desencanto e para os currais do mercado de trabalho, normatizados pelo medo de driblar/gingar/pecar (Simas, 2024, p. 56).

MULHER E NEGRA: EXPERIENCIANDO A EDUCAÇÃO

Desta maneira, adentrar nessas experiências sendo uma mulher negra, situada numa sociedade extremamente sexista e racista, como a brasileira, causam sensações de dor, sofrimento, rejeição, aniquilação, silenciamento, entre outras, mas não só, pois há uma mudança de horizontes na minha trajetória a partir do momento que me reencontro com aquilo que nos haviam roubado: nossos corpos e nossas histórias, por meio de formas de agenciamento contra as políticas antinegras articuladas, no Brasil, pelos Movimentos Negros, autoras (es) e intelectuais negros e negras e pelas escolas de samba, propiciando, para mim, uma mudança de perspectiva, fazendo com que me aprofundasse na negritude para não perder de vista a realidade e como possibilidade de traçar novos planos de fuga, sendo assim:

Tudo nos leva a crer que estamos cercadas, que onde há nação há brutalidade, e onde há brutalidade nós somos o alvo. Mas nós também estamos onde a mira não alcança, porque embora não haja exílio, há a fuga. A fuga para onde



estas palavras rumam. A fuga onde a gente se encontra. [...] Toda a beleza e todo respiro que existem vieram a ser apesar do Brasil. Então é para o apesar, para o terreno da força que contradiz toda brutalidade, que estas palavras fogem. Elas fogem para a beleza, mesmo que para isso tenham de passar por campos em chamas. A meta não é tanto o outro lado, mas o aqui, esse aqui para onde estamos indo e onde já estamos. O aqui de onde viemos (Mombaça, 2019, p. 10-11).

Para isso, meu encontro com as escritas de mulheres e homens negros como Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Conceição Evaristo, bell hooks, Nilma Lino Gomes, Carolina Maria de Jesus, Frantz Fanon, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins, Hortense Spillers, Jota Mombaça entre diversas (os) autoras (es) e intelectuais negras (os), bem como minha criação no meio da escola de samba Estado Maior da Restinga, viabilizou uma reconexão comigo mesma sobre o que era viver na impossibilidade, para assim pensar, criar e produzir outras alternativas para além do projeto de horror impetrado pelo estado brasileiro contra corpos e saberes negros. A partir desse encontro, há um descortinamento de como as situações vivenciadas na escola, um dos primeiros espaços de socialização que frequentei, eram frutos de um projeto supremacista branco de aniquilação de qualquer forma de ser e saber que não fosse o ponto de vista da modernidade/colonialista alicerçadas pelo racismo, que excluía toda e qualquer forma de conhecimento e saber que não fosse a concebida como hegemônica por esse projeto moderno/colonial, pois a educação nessa estrutura nunca foi lida como fenômeno existencial na articulação entre vida, arte e conhecimento (Rufino, 2019, p. 20). Na verdade, a educação, naquele período, impossibilitou que o mundo fosse incorporado, lido e interpretado a partir do modo em que vivíamos enquanto população negra brasileira em diáspora, como população negra “tinguerreira”. Desta forma, existir na escola enquanto criança e adolescente negra foi, em muitos momentos triste, constrangedor, desconfortável e violento, visto que a educação era difundida como



forma de adestrar e colonizar corpos e saberes como propõe nosso ancestral Antônio Bispo dos Santos, logo:

Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta (Bispo, 2023, p. 12).

Todo esse desconforto surgia, normalmente, quando eram levantadas questões voltadas para a negritude, por meio das mesmas perspectivas da supremacista branca, sempre de forma que invisibilizava e apagava a contribuição das pessoas negras para a constituição das sociedades de forma geral e do Brasil, em particular. Essa forma de atuação das instituições que frequentei causaram, durante um tempo, uma destruição na minha condição existencial, que me atacava por dentro e tinha um poder imenso sobre o que eu poderia ser, almejar ou sonhar, fazendo com que sentisse vontade de fugir, me esconder ou simplesmente desaparecer, pois a historiografia oficial insistia em sua cegueira eurocêntrica e numa única maneira de interpretar o mundo. Isto acontecia, porque eram sempre as mesmas narrativas que vinham à tona, a dos colonizadores/opressores, principalmente quando se abordava a escravidão, única história sobre a presença negra no Brasil que era contada até então nas salas de aula que fiz parte.

Naquelas perspectivas, eu só conseguia compreender o meu povo como uma coisa, apenas aquilo que a escola me apresentava e que os meios de comunicação reforçavam, ainda que na vida cotidiana para além dos muros escolares, era possível vislumbrar a inventividade e criatividade das pessoas negras do bairro Restinga, região periférica de Porto Alegre, com uma grande população negra, no qual nasci e cresci, podendo experimentar a invenção constante, precária e sublime da vida (Simas, 2024, p. 112), especialmente nas minhas



vivências na escola de samba Estado Maior da Restinga, espaço em que estive desde minha primeira infância e no qual pude experimentar o sentido de comunidade e coletividade, ou seja, sentido coletivo de vida através do samba, do corpo, da dança. Ao longo de muitos anos, as situações vivenciadas, ao longo da minha infância e adolescência, nas escolas que frequentei, sempre instituições públicas, moldaram minha forma de estar em sociedade, mas não fizeram com que minha trajetória fosse fixada naquelas formas e interpretações de mundo.

Falo das minhas vivências na escola porque considero essa instituição fundamental na constituição dos sujeitos e por entender que são necessárias as mudanças de paradigmas e rupturas epistemológicas que sejam capazes de deslocar os conceitos, autores (as) que são limitados e não dão conta de outras possibilidades de existências para além daquelas dadas como hegemônicas e universais. Por essa razão, as instituições escolares precisam ser pensadas como espaços de produção do incomum em reação ao universalismo e, justamente por prospectar que outras formas de educação sejam possíveis, que minha jornada profissional tem escolhido, diariamente, o caminho da docência como possibilidade de mudanças significativas nas formas de ensinar, embora saiba dos grandes desafios, principalmente os enfrentados nas escolas públicas, apesar disso, ainda desejo ter a noção do prazer na sala de aula como um ato de resistência, como bell hooks (2017) sinalizou.

Desta forma, após minha passagem pela escola, há uma virada na minha trajetória a partir do momento em que entro na universidade, sendo a primeira pessoa da minha família tendo chegado neste lugar. Assim, minha primeira experiência universitária tem seu início em uma grande universidade privada, por meio do fundo de financiamento ao estudante do ensino superior (FIES), no curso de Letras, que foi um desafio imenso, pois a situação não era muito diferente do que acontecia na escola, em relação aos referenciais epistemológicos e, foi perceptível que nesse lugar de produção de conhecimento as desigualdades só aumentavam, por se tratar de uma grande rede



de ensino privada localizada no Sul do país, inclusive, o vazio era ainda maior e mais devastador pois como aponta bell hooks (2019, p. 311) ainda que eu viva e me mova em espaços onde estou cercada pela branquitude, não há conforto que faça o terrorismo desaparecer.

Pessoas negras ainda sentem o terror, ainda o associam à branquitude, mas raramente são capazes de articular as várias formas como somos aterrorizados porque é fácil silenciar diante de acusações de racismo reverso ou de insinuações de que as pessoas negras que falam sobre como se sentem aterrorizadas pelos brancos estão simplesmente evocando a vitimização para exigir tratamento especial (hooks, 2019, p. 313).

Naquela instituição, as problemáticas levantadas em relação às questões de raça, classe e gênero, que eram completamente dominadas por uma perspectiva moderna/colonial que já incomodavam na escola, sobretudo pela forma que eram tratadas, que sempre partiam de uma mesma narrativa, na universidade privada, ocupada majoritariamente por pessoas brancas, elas simplesmente não existiam. Por exemplo, para que fosse possível fazer uma disciplina que tivesse algum referencial negro e outras perspectivas sobre a realidade brasileira para além do que era considerado cânone ou clássico, era preciso procurar alguma disciplina eletiva em outra área. Não tínhamos professores (as) negros (as) no meu curso de origem, não se falava em autores (as) negros (as), basicamente a população negra era negligenciada e apagada, de todas as formas, naquele lugar, exceto nos lugares de subserviência que ocupávamos em grande maioria. Nunca me senti tão estrangeira quanto naquele período, sentia-me em um mundo à parte, a universidade dissociada da minha realidade, ao menos, nos dois primeiros anos que estive lá. Essa experiência fez com que recordasse uma fala da professora e intelectual Giovana Xavier (2019), na qual ela diz que, para mulheres negras, ocupar o espaço acadêmico é um processo complexo de desestabilização do imaginário de nascidas para servir.



Minha relação com a universidade seguiu em busca de outro curso que fizesse mais sentido na minha relação com o mundo, ainda que meu encontro com a literatura, especialmente a negra, acessada através de rede de amigas, grupos, mídias sociais e não pela universidade, tenha possibilitado experienciar os textos-vozes de pessoas que se pareciam e dialogavam comigo. Nesta etapa da vida, decidi que era hora de experienciar outro curso, em outra instituição. Desta vez, como estudante de uma universidade federal no Rio Grande do Sul, no curso de Ciências Sociais, noturno, tendo acessado por meio das ações afirmativas, cotas raciais, oriunda de escola pública e baixa renda. Como já havia iniciado um curso, em outras condições, essa experiência nova não pareceu, inicialmente, tão aterrorizante quanto a outra, ainda assim, permanecer na universidade federal tendo que dar conta de dividir o foco entre estudos e trabalho começou a dificultar a sequência do curso, fazendo com que o tempo de sua conclusão fosse se ampliando cada vez mais e também impossibilitando que participasse da academia plenamente através de bolsas de iniciação científica, extensão, residência pedagógica, eventos acadêmicos, publicações, entre outros, requisitos que condicionam uma sequência na vida acadêmica na pós-graduação, que até então era o que almejava.

Ainda que durante um breve período de tempo tenha conseguido uma bolsa de iniciação científica na área, todavia, devido ao valor baixo da remuneração, não foi possível permanecer nela e muitas dificuldades foram surgindo ao longo da graduação em Ciências Sociais, como o horário das aulas que não se adequavam ao turno do curso que havia escolhido, divisão de jornada entre estudo e trabalho e, novamente, as escolhas epistêmicas de grande parte das disciplinas dissociadas da realidade brasileira ou tendo a população negra somente como objeto de estudo/pesquisa para compor as discussões estabelecidas, nunca como produtora de conhecimentos e saberes. O que a todo momento ficava perceptível também era/é a ausência e/ou número ínfimo de professores (as) negros (as) nas disciplinas



obrigatórias e de boa parte do curso, com a exceção de dois professores negros, que tive o prazer de ter aula em disciplinas eletivas e que, hoje, um deles me orienta no mestrado em Sociologia.

A minha formação no curso de Ciências Sociais nesta relação com as disciplinas obrigatórias de Sociologia, Antropologia e Ciência Política e o conhecimento mobilizado por elas foi construída através de autores e autoras, teorias, temas, categorias e conceitos estruturados por uma lógica moderna/colonial como sendo a principal perspectiva, não permitindo, em diversos momentos, que outras possibilidades de conhecimento que não fosse a moderna/colonial existissem, ensinando estudantes colonizados (as) a falar e escrever a partir da perspectiva do colonizador (Kilomba, 2020 p. 65), dando ênfase em formas de produção de conhecimento hegemônicas que contribuem para a perpetuação do epistemicídio que, conforme Sueli Carneiro (2023):

O epistemicídio se realiza através de múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, relacionando-se tanto com o acesso e/ou permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro. A exclusão racial via o controle do acesso, do sucesso e da permanência no sistema de educação manifesta-se de forma que, a cada momento de democratização do acesso à educação, o dispositivo da racialidade se rearticula e produz deslocamentos que atualizam a exclusão racial (Carneiro, 2023, p. 109).

Durante meu percurso acadêmico tenho refletido sobre como as corporeidades e subjetividades são atravessadas pelo mundo, no qual experientia-se a vida, os modos de pensar, ver, escrever e produzir saberes que vão se mostrando nos sentidos e efeitos dos lugares que são ocupados em comunidade, assim como tenho compreendido que o conhecimento está sempre a serviço de algum interesse e que ele nasce de uma relação de força, por isso, é urgente a produção de conhecimentos que partam de outros lugares, reconstruídas por outras bases, agregando existências e produções que



foram omitidas dos discursos oficiais, assim, tendo a dimensão que a academia é um dos locais com maior legitimidade quando o tema é produção e oferta de conhecimento, fica evidente a discrepância que existe entre o que é legitimado como conhecimento e o que não é. Assim sendo, quando se analisa como é construída, pensada, articulada e distribuída a produção de conhecimento na sociedade brasileira, torna-se evidente as lacunas presentes quando o assunto é a produção de conhecimento de mulheres negras.

Dada essa situação, desde então, estar no espaço universitário, após a implementação das ações afirmativas, é uma forma de compreender *in loco* como é pensado, articulados e compartilhado o conhecimento científico que é produzido dentro das salas de aula do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Certamente, a relação da academia com o conhecimento é o que mais tem me instigado e feito com que reflita sobre epistemologias que são constantemente invisibilizadas ou que nem são consideradas com potencial para compor as disciplinas ofertadas nos cursos de graduação e pós-graduação. Desde a minha entrada na academia, comecei a pensar, em um primeiro momento, sobre o silenciamento e o apagamento da produção de mulheres negras e, em um segundo momento, comecei a buscar e centralizar minhas produções tendo como referências o conhecimento produzido por mulheres negras considerado ou não pela academia. Por isso, tenho trazido para o centro dos meus trabalhos e discussões a potência dos pontos de vista de mulheres negras como possibilidade para a descolonização do conhecimento, tendo em mente que para as mulheres negras que são agentes do conhecimento dentro da academia, a marginalidade que acompanha o status de outsider interna pode causar frustração, mas também instigar a criatividade (Collins, 2019, p. 427), diante disso, Patricia Hill Collins afirma que:

Como outsiders within, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem



enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um status de outsider within ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas (Collins, 2016, p. 101).

Pensar sobre o conhecimento sendo uma mulher negra no ambiente acadêmico faz com que essa reflexão parta de uma experiência corporificada. Neste sentido, tenho experienciado a academia a partir do meu corpo e dos meus sentidos, ainda que entenda que esse não seja um caminho fácil, fundamentalmente por estar situada numa sociedade racista e sexista, e, por entender que pessoas negras, em geral, e mulheres negras, em específico, produzem sobre condições diferentes, uma vez que as pessoas negras vivem numa condição humana de antagonismo na sociedade brasileira, isto é, o racismo atinge as pessoas negras de tal forma que nos coloca em um lugar de desumanidade em relação aos sujeitos que podem ser considerados humanos, tornando-nos meros objetos coisificados, sendo essa relação ratificada, por vezes, pelo ambiente acadêmico revestido pela supremacia branca.

Por esta razão, mesmo quando nós, pessoas negras, acesamos à universidade, a condição de morte social permanece, visto que as pessoas negras estão socialmente mortas numa sociedade estruturada pelo racismo, neste sentido, a academia torna-se o lugar em que precisamos provar de todas as formas que estamos fazendo jus ao nosso lugar nessa instituição, tornando, muitas vezes, esse espaço extremamente competitivo e hierárquico, no qual a possibilidade de fracasso não é admitida, particularmente quando se é uma pessoa negra, exigindo-se, assim, uma excelência negra que nunca é/será suficiente para instituições moldadas e estruturadas pelo racismo e neoliberalismo, fazendo com que, por vezes, a sensação de insuficiência, medo e incerteza impere sobre as existências negras, tendo sempre, como aponta bell hooks (1995), a necessidade de demonstrar e defender a humanidade dos negros (as), por isso:



A habilidade e capacidade de raciocinar logicamente, pensar coletivamente e escrever lucidamente. O peso desse fardo inescapável para alunos negros no meio acadêmico branco, muitas vezes, tem determinado o conteúdo e caráter da atividade intelectual negra. Esses conflitos parecem particularmente agudos para as negras que também têm de lutar contra aqueles estereótipos racistas/sexistas, que o tempo todo levam outros (e até nós mesmas) a questionar se somos ou não competentes, se somos capazes de excelência intelectual. Para as acadêmicas e/ou intelectuais negras, o estilo de escrever pode evocar questões de aliança política. Usar um estilo que possa nos fazer conquistar aceitação acadêmica e reconhecimento pode, depois, alienar-nos de um público leitor negro mais amplo. Mais uma vez enfrentamos de maneira diferente problemas de isolamento e envolvimento com a comunidade. A opção por escrever num estilo tradicional acadêmico pode levar ao isolamento. E mesmo que escrevamos pelas linhas do estilo acadêmico aceito não há nenhuma garantia de que vão respeitar nosso trabalho (hooks, 1995, p. 472).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, ocupar as universidades, assumindo papéis que durante muito tempo nos foram negados, é fundamental para que seja possível traçar pensamentos que se pautam pela relação com a linguagem e com a autodefinição, reinventando definições e posicionando lugares, enquanto “forasteiras de dentro” (*outsider within*), como define Patrícia Hill Collins (2016), proporcionando tensionamentos com relação à insuficiência de categorias hegemônicas, para produzirmos análises e conceitos que apenas as lentes de nossos próprios corpos poderiam criar, transformando, neste sentido, o corpo em performance, pois, conforme Leda Maria Martins (2021, p. 130), ele restaura, expressa e, simultaneamente, produz esse conhecimento,



grafado na memória do gesto. Performar, nesse sentido, significa inscrever, repetir transcribando, revisando, e representa uma forma de conhecimento potencialmente alternativa e contestatória.

Traduzir as impossibilidades é experienciar a academia a partir da experiência do corpo enquanto uma mulher negra, que é constantemente atravessada por sensações de inquietude, que se transformam em potências e insurgências para pensar-saber-fazer o conhecimento acadêmico utilizando-se da diversidade dos pontos de vista de mulheres negras. Fazendo, neste sentido, uma imersão na negritude como plano de fuga, na medida em que a partir dela torna-se possível interpretar, incorporar, ler e compreender a realidade através dos conhecimentos produzidos por pessoas negras de forma geral e por mulheres negras, em particular. Por isso, o convite que bell hooks (2019) nos faz para amarmos a negritude é profundamente significativo na jornada das impossibilidades, uma vez que isso possibilita enfrentarmos as políticas de antinegritude, criando projetos políticos, construindo práticas de lutas e de agenciamentos.

Amar a negritude como resistência política transforma nossas formas de ver e ser e, portanto, cria condições necessárias para que nos movamos contra as forças de dominação e morte que tomam as vidas negras (hooks, 2019, p. 63).

Essa imersão ressignifica e possibilita novas formas de ser-saber-fazer-poder, cientificamente, dentro da universidade, vislumbrando um horizonte de emancipação e descolonização do conhecimento, desta forma, coletivamente, pessoas negras e nossos aliados somos empoderados quando praticamos o autoamor como uma intervenção revolucionária que mina as práticas de dominação (Hooks, 2019, p. 63), incorporando ontologias outras - não apenas da modernidade ocidental - contribuindo para ampliação e diversificação de conhecimentos. Estar na academia, afinal, proporciona a produção de uma ciência contracolonial, isto é, a academia querendo me colonizar e eu não aceitar que me colonize, é eu me defender.



O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo (Bispo, 2023, p. 58). Portanto, a partir dessa condição, minhas formas de compreender e interpretar o mundo são frutos de experiências de construção de sentido coletivo de vida que nem sempre foram experienciados na academia, inclusive, grande parte deles ocorreu e tem ocorrido para além dos muros acadêmicos, espaços de compartilhamentos como grupos e coletivos de mulheres negras nos quais a experiência do ser negra tem moldado todo meu ser.

Não tenho dúvida de que a *confluência* é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida. De fato, a *confluência*, essa palavra germinante, me veio em um momento em que a nossa ancestralidade me segurava no colo. Na verdade, ela ainda me segura! Ando me sentindo no colo da ancestralidade e quero compartilhar isso (Bispo, 2023, p. 15).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within. **Sociedade e Estado**, 31, p. 99-127, 2016. Disponível em: scielo.br/j/se/a/MZ8tzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.



EVARISTO, Conceição. **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Organização: Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, p. 26-48, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 23 de jul. de 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. RIOS, Flavia; Lima, Márcia (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. *In*: **Revista Estudos Feministas**, v. 3 nº 2/95, p. 464-478. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 26 de jul. de 2024.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poética do corpo-tela**. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

PINHO, Osmundo. "Morte social". *In*: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2022. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/morte-social>. Acesso em: 29 jul. 2024.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SIMA, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.



2

Andressa Ignácio da Silva

“A COTISTA VAI FALAR, E NUMA BOA!”:

**TRAJETÓRIA E MEMÓRIAS DE UMA
INTELECTUAL NEGRA EM FORMAÇÃO**

Eu? Eu não domino a esgrima
Mas minha palavra, a minha palavra, a minha palavra
é afiada e contamina
Minha ginga, meu jeito, minha voz que vem do gueto
Minha raça, minha cara, tua cara à tapa
O meu cabelo crespo
Não ponho na chapa, aguenta minha marra
Teu cartão não me paga
Minha ancestralidade no peito eu não tô te vendendo
Há quem batize minha postura, pura malandragem
Mas minha superação foi com muita dificuldade
Não é contando por contar, não é por vaidade
Mas peito pra encarar a vida louca com coragem
Não é pra qualquer
(Testando - Ellen Oléria)

Caminho neste escrito, assim chamado por não buscar se adequar às regras acadêmicos, sobre os passos de minha ancestral Lélia Gonzalez (2020), minha mais velha que conheci tardiamente e que nos deixou a trinta anos, para senhora dedico minhas reflexões e memórias.

Nasci Andressa Ignácio da Silva em uma sexta-feira, dia de pai Oxalá, no dia primeiro de janeiro em Curitiba/PR no final da década de 80. Sou filha de um homem negro paulista (cujos ascendentes eram escravizados em fazendas cafeeiras) e de uma mulher branca (cujos ascendentes de origem sueca migraram para o Brasil estabelecendo-se em Santa Catarina). Criada na Região Metropolitana de Curitiba, tive minha formação em escolas públicas onde vivenciei desde cedo aquilo que só mais tarde entenderia que era racismo e desenvolvi como uma das estratégias uma dedicação exemplar aos estudos.

Mesmo com as muitas dificuldades e sacrifícios dos meus pais, vivi uma infância tranquila em um lar com muito amor. Meus pais, apesar de não terem avançado nos estudos formais, entendiam que a formação escolar era importante e sempre fizeram questão que



eu e meus dois irmãos mais novos nos dedicássemos a escola. Na adolescência, aos catorze anos, iniciei minha vida profissional com o intuito de cobrir parte dos custos gerados pela decisão de mudar para uma escola no centro da cidade. Tal decisão foi uma busca de ensino de melhor qualidade no ensino médio que me possibilitasse aprovação no vestibular.

Depois de um período de indecisão entre os cursos de Engenharia da Computação, Filosofia e Ciências Sociais, optei pelo último e fui aprovada no vestibular 2005/2006 na Universidade Federal do Paraná, no segundo processo seletivo com a vigência das ações afirmativas. Após minha aprovação, tive que passar pela banca de hetero identificação no início do ano de 2006. Este momento foi crucial na minha trajetória. Apesar da escolha por concorrer às vagas reservadas a negras e negros, a experiência de ser “vista”, “olhada” por outras pessoas que “atestariam”, “comprovariam” se eu era ou não negra, me trouxe dúvidas e muitos medos. A pele mais clara que a do meu pai, desde a infância; me deixava desconfiada de minha negritude; embora o contraste com a pele de minha mãe deixasse evidente que eu não era branca. O cabelo alisado talvez não agradasse a banca. Enfim, fui “aprovada” e trêmula assinei minha auto-declaração como parda. A aprovação na banca de verificação soou como a resolução da angústia identitária, ao menos temporariamente.

O primeiro semestre da faculdade também me reservava grandes surpresas. A primeira delas foi porque o campus da universidade era muito diferente de meus antigos colégios públicos. Meus colegas de turma tinham um visual bastante “alternativo” e histórias (que incluíam férias em Paris, a dura rotina de estudos em colégios particulares e as aulas de inglês) bem diferentes das histórias que eu tinha para contar. Uma cabo-verdiana estudante de convênio, duas estudantes do curso, também negras e cotistas, e os vários colegas mais velhos da turma (com média de idade acima dos 45 anos e também bastante “deslocados”) foram os interlocutores possíveis no início de curso e os mais agradáveis durante todo ele.



Os estranhamentos foram muitos, em especial, no primeiro semestre de faculdade. O ambiente acadêmico estava bastante envolto nos debates sobre os sistemas de ações afirmativas e as tensões entre alunos e professores contrários às políticas e os grupos favoráveis eram intensos. Em uma disciplina, ainda no primeiro semestre de faculdade, os temas raça, racismo e cotas raciais foram abordados. Os debates foram calorosos, os colegas, em sua maioria, assim como a professora, eram contrários às cotas. Todos eram muito seguros em fazer afirmações do tipo: “racismo mesmo é nos Estados Unidos, aqui todo mundo é mestiço”, “sou a favor de 100% de cotas para escola pública e 0% para negros, isso é racismo”, ou que “alunos cotistas vão se sentir inferiores entrando pela janela”. Quando a professora foi categórica em afirmar que era contra as cotas e que “universidade é lugar de mérito e não de fazer caridade e populismo”, o impacto foi terrível para mim. Ler, reler, tentar entender e me dedicar às aulas, nada me dava argumentos e coragem o suficiente para defender naquela turma o meu ponto de vista. Nenhuma bibliografia ali apresentada me dava base para fazer o que não imaginava que teria de fazer: justificar minha presença e argumentar em favor dela. Com dezoito anos, recém-saída do ensino médio e sem nenhum letramento racial, eu era incapaz de responder à altura. Essa impotência e a sensação de incapacidade de me expressar me pareciam, à época, uma prova que meus colegas e professores contrários às cotas raciais estavam certos: a universidade não era meu lugar e eu não era inteligente o suficiente para estar ali. Sendo assim, escrever sobre minha trajetória como militante, intelectual, docente, pesquisadora é também uma resposta a estas pessoas: vocês estavam errados!!!!

Terminado o primeiro semestre, apesar das boas notas, pensei em desistir. Em conversas nos corredores com estudantes da outra turma, com a revolta entalada na garganta por não me sentir competente para argumentar em favor das cotas, tomei conhecimento, através de uma veterana, também cotista, da existência do Núcleo



de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) da UFPR. Participando do núcleo, descobri sem surpresa, nas conversas com outros cotistas, que eles passavam pelos mesmos problemas que eu. A partir de então, a biblioteca, os eventos, os diálogos com estudantes e alguns professores vinculados ao núcleo de estudos passaram a me fornecer elementos fundamentais para a minha formação intelectual, mas principalmente política e militante.

No final de 2006, participei do I Encontro de Juventude de Negra do Paraná (ENJUNE/PR), e da criação do Fórum Paranaense de Juventude Negra (FOJUNE/PR), sendo eleita coordenadora do mesmo e, posteriormente, representante do estado do Paraná na coordenação nacional do Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE). Através desta representação e da participação em diferentes espaços de debates, de participação política e de controle social, conheci e, em 2009, filiei-me à Rede Mulheres Negras do PR. Através dos diálogos, embates, espaços de decisão, conferências, eventos, grupos de estudo e de formação política dos quais participei, juntamente com as pessoas que conheci, aprendi muito. Passei a admirar Alaerte Leandro, Dora Bertúlio, Abdias do Nascimento, Jurema Werneck, Sueli Carneiro, Cidinha da Silva, Conceição Evaristo, Elisa Lucinda, Angela Davis, Kabengele Munanga, Vilma Reis, Valter Silvério, entre outros. São eles que me formaram e me deram argumentos para a caminhada até a conclusão do curso.

Foram sete longos anos, alguns embates, muitos momentos de desmotivação, de dúvida sobre a importância e a necessidade de estar na universidade, de dificuldades emocionais, financeiras, familiares, de críticas e cobranças dentro da universidade por mais empenho, na militância por mais dedicação e trabalho pela causa, da família pela formatura e tantos outros. No último semestre de graduação, cursando uma disciplina sobre teoria feminista senti a ausência de textos de feministas negras, entre elas, algumas das que havia conhecido na militância e que teriam muito a acrescentar àqueles debates.



Colecionando revolta e descrença com tantos silenciamentos, em 2013, participei da primeira turma de preparação de estudantes cotistas para processos seletivos de pós-graduação e muita coisa estava em jogo. Um emprego público, dois filhos, cujo sustento dependia de mim, o sonho traçado ainda durante a preparação do vestibular de seguir a carreira acadêmica, ser doutora aos trinta anos e professora universitária. E, novamente, uma encruzilhada, entre um projeto de relações raciais para o programa de Educação e a disputa acirrada pela única vaga ofertada pela orientadora pretendida no programa de Sociologia. Tomada a decisão pela Sociologia, na busca em livrarias pelas obras indicadas para a prova escrita e ainda sem um tema definido para o pré-projeto, encontrei no balcão de lançamentos o livro *A Aventura de Contar-se*, de Margareth Rago (2013). A leitura ávida do livro me deixou fascinada pelas histórias daquelas mulheres, mas de novo havia ausências. E as mulheres negras? A busca por ouvir e dar visibilidade a vozes de mulheres negras resultou em minha dissertação de mestrado (Silva, 2016).

No mestrado, finalmente, pude começar a aproximar minha produção acadêmica dos meus interesses políticos e ativistas, utilizando epistemologia étnica e da afrocentricidade, que se constitui como uma alternativa de pesquisadores não brancos para compreender as experiências e os conhecimentos produzidos fora do paradigma dominante (Ladson-Billings, 2006). Permeado por percalços e desafios, o fim do mestrado me conduziu também a uma descoberta.

Diante do encerramento da bolsa de mestrado, minha única fonte de renda, me inscrevi para um processo seletivo para professor temporário de Sociologia na rede pública do estado do Paraná. E foi na sala de aula de uma escola periférica na região metropolitana que, finalmente, me encontrei profissionalmente. Desde 2016 a educação tem sido minha trincheira na luta antirracista, por uma educação pública de qualidade e por uma sociedade mais justa e democrática. E assim, lidando com as urgências e demandas da vida, da maternidade e da docência, permaneci longe da academia.



Já em 2021, através de colegas de trabalho e de ativismo tomei conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade – PPGTE e passei a acompanhar eventos, palestras e grupos de estudos ligados ao programa. Participei do processo seletivo e fui aprovada para ingresso no doutorado em 2022 com um projeto sobre formação de estudantes cotistas raciais na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Porém, no retorno a academia me deparei com algo que já havia vivenciado na graduação e no mestrado: o desconhecimento de parte de meus professores e colegas, em sua maioria brancos; sobre relações raciais e sobre a produção de intelectuais negras e negros a que tive acesso na minha formação e atuação no movimento negro.

Me chamou atenção o fato dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) terem como uma de suas premissas a não neutralidade da ciência, mas a imensa maioria das bibliografias indicadas nas disciplinas não abordarem a questão racial. Além disso, os textos sugeridos eram majoritariamente de autoria de homens, brancos, europeus ou estadunidenses, cisgêneros. Foi esse desconforto diante da constatação que quase vinte anos após minha entrada na universidade, e apesar dos avanços obtidos, ainda há um enorme silêncio sobre relações raciais e racismo, mesmo nos campos de estudos e teorias críticas que surgiu meu problema de pesquisa. Sendo assim, por ser eu quem sou, e com o apoio e anuência da minha orientadora, fiz do meu doutorado uma pesquisa que ousa submeter produções do campo CTS a um olhar crítico. Mais do que beber na fonte, mergulhei na afrocentricidade (Asante, 2009; Mazama, 2009), uma epistemologia na qual predominam os interesses, valores e perspectivas africanos e afro diaspóricos. Reitero, nas palavras de Abdias do Nascimento, um dos intelectuais negros que fazem parte da minha formação política e acadêmica, que

Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações.



Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. Somente na minha própria experiência e situação no grupo étnico-cultural a que pertenço, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser e o define (Nascimento, 2002, p. 79).

Não achei uma forma certa de terminar este escrito. Ele é parte de um caminho que está sendo caminhado e o cujo destino embora vislumbrado, ainda é incerto. O que posso dizer é que, enfim, me sinto confortável no desconforto de ser uma intelectual negra em uma academia que ainda tem tanto a avançar, dezoito anos depois de meu ingresso na universidade. No ano de minha maioridade acadêmica afirmo: minha voz não se calará! Meu corpo, (re)existência, meu pensar, meu axé, continuarão a ecoar e atravessar barreiras. Falei, falo e continuarei falando, e numa boa!

A benção minha mais velha Lélia!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LADSON-BILLINGS, Gloria. Discursos Racializados e epistemologias étnicas. *In*: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. 2 ed. São Paulo: Artmed/ Bookman, 2006.

MAZAMA, Ama. Afrocentricidade como um novo paradigma. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 111-128.



NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro. In: NASCIMENTO, Abdias do.
O Brasil na mira do pan-africanismo. Salvador: EDUFBA: CEAQ, 2002, p. 37-250.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: escrita de si e invenções da subjetividade.
Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SILVA, Andressa Ignácio. **O que a voz e os silêncios dizem**: experiências e
processos de subjetivação de mulheres negras no Paraná. Dissertação (mestrado).
Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia: Curitiba, 2016. Disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/1884/57975>. Acesso em: 02 jun. 2024.



3

Lilian Alves-Machado

**ESCREVIVÊNCIAS
DO ANALFABETISMO COMO
“TRADIÇÃO” IMPOSTA:**

“- VOCÊ ENTROU POR COTA, NÉ?”

PRIMEIRA PARAGEM:
A MISÉRIA IMPÕE RITOS DE MORTE EM VIDA:
"- ESTUDAR PARA QUÊ SE NO FINAL
DAS CONTAS QUEM MANDA É O PATRÃO?"

Cum statuere: aquela que constitui.
Antes mesmo de 1988, nossa constituição era nossa Mãe.
Dos muitos despejos que vivemos pelos grandes sítios
e fazendas,
ou mesmo de nossa primeira casa própria, era nossa mãe
quem estatuía nossas dignidades.

Lembro de sentir saudade de um desses lugares.
Uma capemba de palmeira era nossa diversão.
Por um barroto gramado, vários de nós, em cima dela,
escorregávamos ladeira abaixo.

Ao longo da descida, risos, gargalhadas.
Uma algazarra.
O freio eram os pés dos irmãos maiores.
Da junção de retalhos - para a feitura de uma roupa - aos
pedacinhos de sabão reunidos em uma meia velha, à inven-
ção de versões de comidas para fazê-las render, minha
mãe fazia mostrava que éramos importantes para ela.

Na época do cajá, que andávamos quase duas léguas
para pegá-los, ela os lavava, macerava com as mãos.
Daquela polpa, ainda com pedaços de cascas, crescia
água e açúcar.
Um sumo grosso.

Mas o milagre de cada dia: antes de tomar, crescia
um pouco de farinha.
Estava feita nossa cambica.

Ela fez de nós, de mim, um tipo de gente que não
aceita menos que o digno.
Isto não é militância, somente.
É uma política do existir.

Poema: A Constituição-Mãe
Lilian Alves-Machado



Da *escrevivência* de Conceição Evaristo (2020), vem a inspiração dessa escrita que, ao borrar a história oficial, nos insere num mundo que a nós, mulheres negras, centrifuga. Pela escrita, instauramos e restauramos nossas dignidades indignificadas e retomamos nossas memórias, mesmo que esgarçadas. Um ato político de d-enunciar (Alves-Machado, 2022), ou seja, simultaneamente, ao tempo em que se enuncia, se denuncia o estado de coisas que a necropolítica (Mbembe, 2016) tão bem gere e maneja ratificando as vidas possíveis e reificando as vidas impossíveis.

Falar de trajetória acadêmica para as pessoas negras e indígenas é impossível se antes, bem antes, não falarmos da distribuição estrutural da miséria e da concentração do que é produzido pelo capitalismo, sobretudo, porque, no Brasil, ou em países colonizados, como bem disse Frantz Fanon, (1952), só foi e é possível com a escravização de pessoas sequestradas de África.

Na vida das pessoas negras e indígenas que dessa realidade descende - que, além de sequestradas, escravizadas e, posteriormente, abandonadas - a academia, quando sonhada, fica no depois. Dadas as obstaculizações estruturais, o sonho primário é o pão de cada dia; é a sobrevivência.

Filha de casal inter-racial – uma mulher indígena em retomada, numa árdua e quase infindável busca - e um homem negro, iletrado - como quinta filha, de oito, nasci e cresci vendo minha mãe empenhar muito esforço para trabalhar na educação básica de dia, cuidar da família e ainda, se desdobrar a noite para conseguir carona e deslocar-se até outro município, onze quilômetros de distância, muitas vezes comigo na barra de sua saia, para finalizar seu magistério, conhecido por ensino médio.

Tanto seu pai quanto sua mãe, assim como o pai e a mãe de meu pai – minhas avós e avôs – eram trabalhadoras e trabalhadores em grandes propriedades em troca de moradia. Meu avô materno



nasceu onde sua mãe – minha bisavó, indígena – também já havia trabalhado até o final da vida, sem direito algum, nem mesmo falar sobre sua origem; nem mesmo direito ao chão da casa onde morou, desde que chegou para trabalhar, ainda adolescente.

Filho não reconhecido do dono da terra, meu avô trabalhou até o dia de sua morte, aos 73 anos, enquanto quebrava pedra e assentava calçamento, ainda de luto, pela morte de seu pequeno Izequiel, que faleceu ao ficar perdido nas matas por 14 dias, ao ser levado pela professora para um passeio. Meu avô que nasceu e viveu sob o mando dessa mesma família e aprendeu, desde cedo, a não desafiar as ordens do patrão. Não por obediência gratuita, mas, talvez, para não ser despejado com a família inteira sem ter para onde ir, como vieram a experimentar minha mãe e meu pai, conosco ainda crianças.

Então, de tanto ouvir do patrão, repetia aos dez filhos e filhas o que ele lhe dizia: - Estudar para quê, se no final das contas quem manda é o patrão? A condenação ao analfabetismo estava posta. Minha mãe desafiou meu avô e contra a vontade dele, começou a estudar mesmo morando na zona rural, andando a pé uma légua e meia, e tendo de dar conta do roçado sob sol escaldante e das atividades domésticas. Meu avô não estava errado. Pela sua experiência e de sua mãe, que o criou sozinha, sua moradia, embora não nas melhores condições, era sagrada.

Segundo ela conta, foi uma das maiores emoções na vida de meu avô quando ela concluiu o ensino fundamental o que demonstra que, embora ele tivesse repetido os ditos do patrão e tivesse aprendido que a manutenção do analfabetismo familiar imposto seria o modo mais conveniente de evitar confrontos e não desagradar o dono da terra - por “acaso”, seu parente, e descendente de holandês - ele se alegrou com a alegria teimosa da filha. Pensando bem, não tão por acaso assim, dado o histórico estado de opressão e dominação de corpos, sobretudo dos das mulheres.



Minha mãe, mesmo já tendo alcançado a maioridade, precisou lidar com as consequências. O patrão de seu pai não gostou de sua formatura e ele foi chamado a atenção. Para ela, mesmo tendo desejo por aprender e por acreditar que a educação transformaria sua vida e a de seus descendentes, o sentimento de ter desonrado seu pai, também estava presente. Ritos de humilhação: “- Não tem pra quê pobre estudar”. “Pobre só quer ser gente”.

Ao casar com meu pai, aos 27 anos, por não terem casa própria, repetiram a realidade imposta pelo empreendimento colonial: foram “viver” em outra fazenda na qual meu pai trabalharia na terra em troca de moradia, enquanto minha mãe permaneceria a trabalhar na educação básica, onde ela havia ingressado desde os 15 anos de idade. Não demorou muito tempo. Dadas as opressões, humilhações e racismos a que meu pai era submetido e, com apoio de minha mãe, ele se rebelava. Passaram a vagar de sítio em sítio.

Quando nasci, meu pai e minha mãe, junto com meus quatro irmãos mais velhos, já tinham passado por três ou quatro propriedades dos muitos e grandes latifúndios da região. Nasci em um sítio de família advinda da Suíça e segundo minha mãe, fomos despejados, mais uma vez, pelos mesmos maus-tratos. Meu pai conseguiu outra moradia em um novo sítio, com mais de trinta hectares. Já era o começo dos anos 1980 e lá nasceram uma irmã e um irmão subsequentes a mim.

Nossa última moradia, antes da casa própria, foi em um casebre de taipa com mais buracos que paredes, próximo a um estábulo. Do único quarto que dividíamos, sentíamos o cheiro dos cavalos e do estrume. Foi dali que numa noite de neblina, partimos com minha mãe, em cima de um caminhão. Sete filhos e poucos pertences – pote, algumas panelas de barro, sacos de estopa com roupas dentro, e utensílios. No assoalho da carroceria, outra família já estava quando adultos nos pegavam no colo, para nos acomodar. Chegamos a um conjunto de casas iguais que só pude observar



pela manhã. Daquela noite, de resto, só lembro de, ao ser colocada em cima do caminhão, dormir com a cabeça sobre a perna do meu irmão mais velho. Nosso pai não estava junto da gente. Estava no local para onde nos dirigimos.

SEGUNDA PARAGEM: MINHA MÃE, MINHA PRIMEIRA PROFESSORA

Naquele conjunto de casas, de alvenaria, passamos a viver. Uma cozinha, um quarto, uma sala e um banheiro, e nove pessoas, até então. Por ser na “zona urbana”, assim aspeada, já que nosso município, até hoje, só tem pouco mais de 5 mil habitantes, ficamos mais perto do trabalho de minha mãe e ela tinha tempo de voltar para almoçar com a gente. Ao mesmo tempo, meu pai, que só sabia cultivar roça, sem terra alguma, mesmo que alheia para plantar, passou a cuidar de nós e de alguns serviços domésticos como: cozinhar, limpar casa, cozinhar, entre outros. Enquanto estávamos na zona rural, outras mulheres ajudavam nos cuidados com a gente.

Com o passar das semanas, meu pai conseguiu um trabalho no açougue na rua principal. Não passou três meses, o dono do açougue – que também era dono e herdeiro de grandes propriedades, inclusive da fazenda onde minha avó paterna tinha nascido e de onde sua família também tinha saído com “uma mão na frente e outra atrás”. Para com essas pessoas, exigem-nos “gratidão” por não termos sido cobrados pela moradia “de graça”.

Bom, além disso, o tal proprietário do açougue era também advogado e disse que meu pai havia assinado um documento dando nossa casa, ainda nem paga, como garantia dos serviços que ele prestaria. Nosso pai que nem sabia assinar seu nome – aprendeu com a gente que pontilhávamos para que ele o cobrisse –, como saberia



o teor do tal documento? Até hoje não sabemos do que era constituído, mas, sem que meu pai estivesse em casa, acompanhado de dois policiais, eles mesmos fizeram o serviço: tiraram os nossos poucos pertences de dentro de casa. Redes, pote, panelas, roupas e o primeiro fogão a gás que minha mãe tinha adquirido. Ficamos do lado fora vendo o movimento e sem entender. Sem casa estávamos nós com nossa mãe que, com olhar desesperado, pediu para o mais velho ficar de olho na gente, e saiu.

Na mesma tarde ela conseguiu uma casa emprestada, na qual passamos alguns meses. Depois, mais outra. Até que minha tia paterna mais velha, vendo o sufoco de minha mãe e que também tinha conseguido uma casa naquele mesmo conjunto habitacional, disse que, se minha mãe quisesse, ela “passaria a chave” da casa dela de modo que minha mãe assumiria as parcelas restantes e repassaria o valor das parcelas já pagas por minha tia, conforme ela pudesse. Minha tia, continuou a ser “moradora” de sítio com seu marido e filhas. E assim foi: um acordo entre mulheres.

No ano de 1983, com minha mãe, passei a cobrir as primeiras letras. Dela ganhei um caderno de caligrafia que ela recebeu na escola. Aprendi os nomes das letras, a juntar consoantes e vogais, a soletrar. Um dos primeiros nomes que li foi “Maria”, dada a força da religiosidade cristã de minha mãe e de sua família – de quem meu avô era devoto -, e, também, por ser o seu primeiro nome e nome de sua mãe, minha avó, a quem não conheci e que faleceu acometida por doença de chagas. O que eu brincava de aprender do mundo das letras com minha mãe, eu brincava de ensinar, fosse sozinha, com irmãos ou amigas. Assim como o gesto do olhar dela para afirmar que eu podia seguir para a próxima letra ou que precisava apagar para cobrir novamente.

No ano seguinte cheguei à idade de poder ir para a escola para ser alfabetizada. Lá, percebi que o que as outras crianças estavam aprendendo era o que eu havia aprendido em casa, com minha



mãe. A professora, então, passou a me dar exercícios diferentes como tarefa de casa e em sala, ela me pedia para passar nas carteiras dos coleguinhas para ajudar no tracejo para cobrir as letras pontilhadas em papel impresso no mimeógrafo.

Aquela espécie de “ajuda” reforçava em mim o “brincar de ensinar”. Do nosso fogão a lenha eu pegava pedaços de carvão para ensinar as tarefas de colegas escrevendo na parede dos fundos de nossa casa. Ensinaava também aos menores que nós, o mesmo beabá que minha mãe havia transmitido. Mas ela não foi minha professora somente no mundo das letras, foi e é, principalmente, professora da vida e do viver sonhos coletivamente, sonhando enquanto fazemos. Mais tarde, por volta dos 10 anos de idade, ao ir com elas a reuniões em outros municípios de nossa região e encontrarmos com muitas pessoas com histórias de vida parecidas com a de nossa família, foi que fui percebendo que ali é que eram forjadas as dignidades que, embora roubadas, se reinventavam a cada dia. Havia pessoas indígenas, trabalhadores rurais que viviam em regime de trabalho análogo a escravidão, moradores de sítios explorados e sem salários, pessoas desempregadas e sem posses.

Enquanto minha mãe se reunia com aquelas pessoas, nós, crianças, ficávamos brincando e aprendendo músicas de libertação, de denúncia, de motivação, de esperança e de fé, como o *Canto dos mártires da terra*, de Zé Vicente, que dizia: “- Lavradores, Raimundo, José, Margarida, Nativo/ Assumir sua luta e seu sonho, por nós é preciso/ Haveremos de honrar todo aquele que caiu lutando/ Contra os muros e cercas da morte, jamais recuando.” Ou, ainda, o *Baião das comunidades*, que dizia: “- Somos gente nova vivendo a união, somos povos, semente de uma nova nação...êê. Somos gente nova vivendo o amor, somos comunidade, povo do senhor...êê. Vou convidar meus irmão trabalhadores, operários, lavradores, biscateiros e outros mais. E juntos vamos celebrar a confiança, nossa luta na esperança de ter terra, pão e paz...êê.”



Muitas vezes participávamos das reuniões, sem muito entender o que conversavam. Com o passar do tempo, entendi que daqueles encontros é que saíam as decisões coletivas de quais terras e/ou imóveis aquelas pessoas ocupariam para fazer cumprir alguns direitos básicos, como moradia e alimentação. Foi então, que aprendi que a nossa primeira casa própria e de alvenaria, era fruto de ocupação organizada por essas famílias que se fortaleciam a partir das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, e que minha mãe era uma das lideranças na região.

Entendi, também, que naquelas reuniões havia o momento da educação para os direitos e os modos de acessá-los, a partir da organização e pressão social. Com isto, deixamos para trás os vários sítios nos quais, meu pai repetia o ofício de seus pais, trabalhando de sol a sol, fazendo de estruturas diversas, nossa moradia sendo que, poucas delas performavam alguma dignidade.

E daquela casa de alvenaria, onde minha mãe ainda mora, meus pais pagaram cada parcela do financiamento junto à Caixa Econômica Federal. Mesmo tendo só dois quartos para abrigar um casal com oito filhos – pois lá nasceu o caçula -, minha mãe chegou abrigar uma viúva com quatro filhos. Seu marido, também “mora-dor” de sítio, havia falecido e ela tinha sido despejada com os quatro filhos, em pleno inverno; período chuvoso e frio na região. Em nossa sala, três redes armadas para eles. Ela e seu caçula, em um dos quartos conosco, até que ela encontrasse outra moradia.

Como liderança, minha mãe conseguiu reunir outras tantas famílias, formaram uma associação para dividir, gerir e construir casas de taipa, em regime de mutirão, em um terreno doado pela igreja local. Todas as pessoas e de todas as idades contribuíram de algum modo. Havia quem ia para a mata retirar madeira, quem cavasse o chão, quem assentava as estacas que serviriam de colunas de sustentação, quem colocasse as madeiras finas e as treliçasse umas nas outras e nós, crianças, amassávamos o barro com os pés



e dele fazíamos bolos e jogávamos contra a madeira treliçada, até onde alcançássemos, para formar as paredes que abrigariam famílias como as nossas, um dia, sem um teto próprio para lhes abrigar.

Construíram também um centro comunitário e conseguiram serviços da própria igreja para garantir alguma saúde para as famílias. Lembro de ir com minha mãe entregar nas casas em que as crianças estavam abaixo do peso, a multi-mistura, que ela mesma fazia, à base de farinha de banana verde, semente de abóbora, de girassol, de gergelim, amendoim, farelo de trigo, entre outros ingredientes. Materiais que ela ia buscar na capital, junto à Pastoral da Criança. Com suas próprias mãos, minha mãe inventava dignidades cotidianamente. Ela entendeu bem “pra quê pobre estudar” e apesar dos ritos mortíferos a que o colonialismo, operado no interior do Brasil, também, pelo coronelismo, nos impõe, ela nos inseriu no mundo da escrita e com ela, no mundo que nos é de direito.

Mas meu pai, o homem que “perdeu” a casa com “os filhos dentro” – era como se referiam a ele – passou a ser achincalhado: pelo racismo – “todo francisco é chico e todo chico é macaco” – diziam para ele -, pelo analfabetismo imposto, pela falta de oportunidade de trabalho para pessoas como ele e, ainda, por ser sua “mulher quem sustentava a casa” e - por isso era apelidado de “barriga branca” que significava dizer que era a mulher quem “dava” as “ordens” da casa -, entrou em uma fase de profunda tristeza, e foi engolido pela bebida. Perdeu-se de nós, ainda em vida.

Aos 11 anos de idade passei recolhê-lo das calçadas e de situações humilhantes na rua, e o levava para casa, dava banho e dava plantão, ao lado de sua cama para que permanecesse deitado. Quando sóbrio, se arrependia amargamente, chorava, pedia perdão, mas reconhecia, a bebida tinha mais poder sobre ele do que o contrário. Muitas tentativas junto aos Alcoólicos Anônimos - AA, na esperança de conseguir parar. Até que chegou o dia da separação dele e minha mãe. Uma cena inesquecível!



Em 2000, após um encontro nosso, insisti para que ele fosse comigo para casa, pelo estado de embriaguez que presenciei. Disse que ficaria e me pediu que eu respeitasse sua vontade; e assim o fiz. Naquela noite ele foi atropelado por um caminhão. Veio a falecer horas depois, em minha companhia e de meu irmão, rumo à capital, com hemorragia interna dadas as múltiplas fraturas – craniana e torácica, conforme descrito em laudo.

Ninguém, nem mesmo as pessoas que estavam em cima daquele caminhão, testemunhou para que o criminoso fosse responsabilizado. Dignidade alguma para meu pai. Uma cena de terror ver nosso pai se esvaindo em sangue sem que, ao menos, um profissional nos acompanhasse; a não ser o motorista da ambulância.

TERCEIRA PARAGEM: DOS DIREITOS SOCIAIS À NEGRITUDE

Dos direitos sociais - direito à moradia, à alimentação, à educação, à merenda escolar, entre outros - cresci aprendendo com minha mãe, a partir das CEB's e da Teologia da Libertação, a ser militante e a construir laços sociais para que, por meio da coletivização das lutas, pudéssemos alcançar aquilo que amputam estruturalmente de nós.

Mas, do entendimento de minha negritude de modo positivado e da retomada de mim mesma como uma pessoa negra compreendendo os efeitos subjetivos, simbólicos e concretos - como apontaram Frantz Fanon, Neusa Souza, Aparecida Bento, Lélia Golnzalez, Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento, Achille Mbembe, Steve Biko, entre outras/os -, assim como dos direitos raciais e da militância assumida com compromisso antirracista, só aconteceu em 2004, aos quase 26 anos.



Minha mãe e os movimentos das CEB's foram muito importantes para minha formação política e de minha consciência de classe. Mas mesmo lá, nunca ouvi uma discussão sobre relações raciais; embora estivéssemos agrupadas e agrupados como populações excluídas, oprimidas e exploradas, não se falava sobre colonialismo e os efeitos deste, inclusive da produção de riquezas para a própria igreja. Falava-se mais de imperialismo e capitalismo.

Assim, nasci positivamente negra para mim, em maio daquele ano, quando, em uma aula de campo da Universidade Federal do Ceará, em comemoração ao Dia de África, fomos visitar uma comunidade quilombola. Lá conheci uma das pessoas mais importantes nesse meu processo: Abdou Garba – natural do Níger/África, atualmente Professor Adjunto II naquela Universidade – que se tornou um grande amigo e incentivador de meus mergulhos em minha negritude. Foi quando *me tornei negra* - como afirma Neusa Souza (1983) - e já mãe de dois meninos, lidos socialmente como pessoas brancas; embora descendam de avó indígena em retomada.

De fato, ser negra/o não está posto. Não está dado. Dos racismos cotidianos, bem sabemos. Em lugares públicos, quando eu chamava a atenção de um dos meus filhos e os repreendia, quase imediatamente eu ouvia: “- Se fosse babá dos meus filhos, já estaria demitida”. Por vezes, eles chegaram a achar que eu não era mãe deles.

Portanto, tornar-se negra/o é uma construção, assim como o é o tornar-se sujeito de direitos, algo que a educação popular nas CEB's, mas não somente ali, forjou em minha mãe. O processo de tornar-se negra/o, para Frantz Fanon (1952), é realizar uma *descida aos infernos* (1952), e isto é extremamente doloroso. É dar-se conta das muitas violências e violações a que somos expostas, como, no meu caso, adentrar à academia somente aos 30 anos de idade, pois minha urgência tinha passado a ser o ter de dar conta da criação e manutenção de duas crianças, cujo genitor atrelou a separação à opção de não mais ser pai de crianças nascidas e o sistema de justiça



é lento em garantir o direito delas, como no caso de meu caçula que só passou a ter o direito do sobrenome do pai em sua certidão de nascimento, ao completar 18 anos.

Comigo a história de minha bisavó se repetia. Com o meu caçula, a de meu avô: filhos órfãos de pais vivos. Na certidão de meu avô, a marca de “pai ignorado” embora todos os dias ele lhe olhasse no rosto, mas visse em meu avô apenas o seu servo; na certidão meu filho, o vazio, assim como foram os dias dos pais na escola e todas as atividades por ela realizadas e diante das inúmeras perguntas de coleguinhas: “- seu pai não veio?”

Enquanto o genitor de meus filhos podia escolher, fui ser faxineira, lavadeira, passadeira, porteira, vendedora - de roupas, de churraquinho, de sacolés, de bolo com café -, entregadora de panfletos, auxiliar de cozinha em eventos, entre outras atividades. Em nossas experiências sociais de pessoas negras brasileiras, a sociedade nunca nos deixa esquecer que o “lugar de negro” já está determinado e consensualizado socialmente: uma vida de obstáculos, impedimentos e inacessos. Em cada esquina, nossa dignidade é chutada.

Mas essa descida aos infernos de nossa negritude também nos propicia tocarmos o fundo do poço de lama para pegarmos impulso e nos desatolarmos da sujeira, subalternidade, impotência e desimportância a que o colonialismo nos afixou. A descolonização promove caos (FANON, 2008). Tira tudo do lugar. Tornar-me negra foi me desalienar e me descolonizar, inclusive, daquilo que eu nem sabia que era colonial e assumir uma reposicionalidade potencializadora que me abriu para novas trajetórias emancipatórias.



QUARTA PARAGEM: ADENTRANDO À ACADEMIA

Finalizei o ensino médio aos 17 anos. Andava a pé os sete quilômetros de volta da cidade vizinha até minha casa, depois das vinte e duas horas. A prefeitura não disponibilizava transporte. O ônibus de linha passava às 17. Quando tinha dinheiro, eu o pagava. Quando não, eu ia de bicicleta ou a pé. A estrada de volta era muito íngreme e passava mais tempo empurrando a bicicleta caminho acima do que em cima dela. Então, fazer o percurso andando e arriscando uma carona, mesmo sendo uma adolescente sozinha à noite, era o menos difícil a ser feito.

Com *escrevivências* que não entram no *lattes* e requisitos que são desimportantes para a academia, acessá-la naquela idade, e com duas crianças, para cursar a primeira graduação, nas condições em que cheguei, já cansada, embora muito eu tivesse sonhado, foi constatar que a sensação de estar “em atraso” não era só uma sensação. É uma concretude material do que o empreendimento colonial fez, e ainda faz, funcionar distribuindo miséria e iniquidades, ao tempo que concentra renda.

Não havendo políticas de cotas raciais - que só chegaram quatro anos depois, mediante muita pressão social e embates, com posicionamento contrário até de intelectuais e artistas que se diziam “antirracistas” -, ingressei em uma Universidade privada, na esperança de conseguir financiamento estudantil ou uma bolsa.

Com família composta por pessoas assalariadas, a renda delas e a minha não alcançava o patamar financeiro para que pudessem ser fiador/a. Assim, precisei continuar pagando. Como não conseguia pagar o valor do semestre fechado, fazia menos disciplinas, com isto o valor mensal também diminuía, mas o tempo de curso



contrariamente aumentava. Algumas vezes, amigas e amigos me ajudaram com o valor e conclui em 2011.

Para frequentar, contei com o apoio de muitas outras mulheres, sobretudo, da periferia em que eu morava com minha irmã mais velha, numa casa por ela financiada. Vozinha, nossa vizinha, uma senhora que foi levada do norte do país para o Ceará, ainda criança, quando ficou órfã. Trabalhou para uma família rica, por longos anos. Só conseguiu moradia própria quando o filho caçula, já adulto, financiou uma, pela Caixa Econômica Federal. Adotou-me como neta e ficava com meu filho mais novo, pois o mais velho, precisei deixar um tempo com a avó paterna e com ela viveu dos 4 aos 9 anos. Depois que meu caçula era trazido da escola por outra vizinha, Vozinha ficava com ele até que eu chegasse a noite, já passando das 23 horas; dona Cleonice era quem o alimentava, quando eu não conseguia deixar a comida preparada; Edneusa era quem o banhava, cuidava de seu fardamento e ajudava o com as atividades escolares. No final do mês, um carinho para cada uma, já que o salário mal dava para as contas.

Com o título de cientista social, alcancei outras possibilidades de trabalho, um tanto mais dignas, para continuar na criação de meus filhos e acesso ao cuidado em saúde mental, o que me levou a querer e também poder cursar uma segunda graduação, da qual hoje sou profissional. Foi na e pela psicologia que me embrenhei com mais afinco nos estudos das relações raciais e das violências contra nós, meninas e mulheres negras, perpetradas, como a violência sexual. E para levar adiante essa temática, fiz seleção para o mestrado no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica, em 2019.

Mesmo sendo uma universidade comunitária, mais uma vez, eu não conseguiria financeiramente cursar, mas, graças às bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, para a qual prestei seleção interna, depois de ter pago a primeira mensalidade cujo valor é acima do salário-mínimo nacional.



Isto – o valor –, por si, já é um grave obstáculo à entrada e permanência de pessoas pertencente a minha comunidade – pessoas negras –, uma vez que, no Brasil, dada a miserabilização estrutural produzida pelo processo escravizatório, *raça determina classe* (AKOTIRENE, 2019). E a pré-condição de se estar matriculada para concorrer a tais bolsas, impede, inclusive, a possibilidade de tentar, como testemunhei amigas e amigos sonhando em ali fazer mestrado, mas não teria como pagar a matrícula, pois, se não conseguisse a bolsa, seria um valor que lhe faria falta em suas despesas do mês.

Com o doutorado que hoje curso, na mesma instituição e, também, com a bolsa CAPES – à qual agradeço a salvaguarda de eu poder sonhar –, sou a primeira neta, entre mais de uma centena, a alcançá-lo e quebro os séculos de “tradição” colonial e escravizatória imposta que é o analfabetismo nesse país. Não somente o analfabetismo das letras, mas o dos direitos. Há quem nos cobre serviço e “gratidão” à universidade, por sermos bolsistas. Mas faço questão de lembrar que a quantia que recebemos vem dos cofres públicos e não da instituição. E não por bondade governamental, mas, mediante lutas sociais.

A academia é colonial e colonizante e a luta para não ser capturada novamente é exaustiva. Produz inúmeras violências, das quais reúno algumas aqui, vividas nas duas graduações, mestrado e doutorado: violências epistêmicas: “- Mas fulano e beltrano são os clássicos. Não é possível deixar os clássicos de fora.” - Isso que você faz não é ciência; nem psicologia”; violências raciais: “- Tem negro que acha que é gente”; violências relacionais: “- Quando você for doutor, você diz o que quiser”; violência de gênero: “você precisa escolher. Para quê foi ter filho cedo?”; entre tantas outras que escutamos.

Certa vez estava sentada para um café, no hall de nosso bloco. Um rapaz, branco, engravatado, pediu para dividir a mesa; as demais estavam ocupadas. Ao responder que sim, ele se sentou com seu café. Perguntou: - Você faz qual graduação? - Faço doutorado,



respon-di. - Você entrou por cota, né? Continuou. - Ah, implementaram cotas no Programa? Eu adoraria... ou você só considera a possibilidade da presença de nós pessoas negras nesse espaço, se for por meio das cotas? Indaguei.

O rapaz, aparentemente irritado com minhas colocações, se levantou e disse: "- Desse jeito não tem como a gente manter um diálogo mínimo". - Moço, o nome disso não é diálogo, é racismo. Enquadrei-o. Em rebanadas, ela saiu. Espero que ele tenha pago o café dele antes para não pesar no bolso de pessoas parecidas comigo; as que lhe servira o café.

Esse tipo de "diálogo" – como pessoas brancas geralmente nomeiam – está presente, muitas vezes sem ser dito, desde antes de nossa entrada, até o encerramento de qualquer curso acadêmico. Ele está posto na sociedade. Ninguém me "confunde" com uma socióloga ou psicóloga ou professora de ensino superior. Me confundem com babá de meus próprios filhos, com empregada doméstica da minha própria casa, com acompanhante de idosa, se tenho uma amiga branca mais velha.

É que as cotas raciais, uma política de fundamental importância no processo de reparação mínima, que é a garantia do acesso à educação das pessoas estruturalmente impedidas de a ela chegarem – em discurso de aparente, até, boa intenção – se tornaram uma espécie, de "favor" governamental "caridoso" ou uma "injustiça" com as pessoas que historicamente herdaram, sem constrangimento ou esforço, esses lugares. Minha presença como doutoranda, para o moço racista, só podia se dar por meio desse "favor" social. Para ele, eu estava fora do "meu lugar". Esperou uma comunicação subser-viente, educadora e paciente para com pessoas racistas.

Respondendo ao patrão colonialista de meu avô – pai que lhe renegou e que, por dádiva ancestral, nem conheci –, eu sei para quê e para quem estudo: para registrar aquilo que nos mata em vida e para que minhas e meus descendentes, assim como as pessoas



que cruzarem o meu caminho, tenham direito a acessar direitos. Para que a história bonita que a branquitude inventou sobre si mesma e disseminou no mundo, seja rasgada e declarada mentira. Se não formos nós a escrevermos tais crueldades, quem?

Professora: ei-la. A menina que com carvão do fogão a lenha na parede dos fundos de casa brincava de ser professora. Com a força e bênção de minha mãe, minha primeira professora e nossa constituição fundamental; a mulher que inventou nossas dignidades antes mesmo de a Constituição Federal de 1988 ser promulgada. E com o amor e doçura de meu pai, o homem que nos maternou – enquanto conseguiu não sucumbir –, ao tempo que minha mãe tinha trabalho fixo, graças a sua teima em estudar.

As paragens, em caminhos longos e íngremes, e sob sol quente – como os de minha infância –, são fundamentais para uma tomada de fôlego, para o descanso das pernas, para o arreiço do peso, para um copo d'água. Aqui, na escrita, tem o mesmo sentido. É que as violências nos comprimem, nos achatam e nos sufocam cotidianamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MACHADO, Lilian. **Escrevivências clínicas:** violência sexual na vida de meninas negras - um triplo trauma. 2021. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, 2021. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1547>. Acesso em: 10 dez. 2025.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. In: Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes (Orgs). Ilustrações Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.



4

Luciana Rodrigues

ENTRE AS PAREDES DA ACADEMIA BRANCA:

**FEMINISMO NEGRO, ANCESTRALIDADE
E A DOCÊNCIA COMO ANCORAGENS**

PARTIDA!

Ao longo da vida, a gente vai guardando inúmeras memórias, colhidas de nossas experiências encharcadas de histórias, sentires, pensamentos, percepções e um mundo de aspectos que sustentam a existência de nossas memórias. Nesse tempo, em que chego ao que chamam de “meia idade”, por vezes, vivi experiências que demorei a entender que foram experiências atravessadas por falas e ações ensinadas pelas lógicas coloniais, pela cultura supremacista branca, em última instância, pelos valores civilizatórios pautados na dominação, na branquidade, no patriarcado, no capitalismo-imperialista, como nos fala bell hooks (2019).

Quando ingressei como professora em uma universidade federal do sul do país, a “dor do cor”, da qual nos fala Sueli Carneiro (2011) apertou um pouco mais suas cordas ao redor do meu corpo, gerando memórias-cicatrizes que, hoje, também me constituem junto às memórias de força, de afeto e cuidado. Me constituem entre tantas outras memórias que a docência tem me possibilitado guardar, pois “a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (Kilomba, 2019b, p. 51).

Assim, cara leitora/or/e, é um pouco de meu percurso nos caminhos da docência (materializada através da realização de um concurso com reserva de vagas para pessoas negras) que compartilharei nessa escrita.

ENTRE AS PAREDES DE UMA ACADEMIA BRANCA

Em alguns textos que já publiquei escrevi sobre minhas experiências como uma mulher cis, negra (de tom de pele claro), lésbica,





mãe de um menino (hoje, com nove anos), partilhando os dias com minha companheira, exercendo a docência e o pesquisar na universidade federal do estado mais ao sul do país. Sou uma mulher nascida no interior do Rio Grande do Sul, filha de um casal interracial, que foi ascendendo à classe média a medida que eu ia crescendo. Eu fui uma menina um tanto tímida, de mais silêncios do que palavras, que ao ir adentrando a adolescência não sabia por que certas coisas aconteciam comigo - eu a "mulata", a "moreninha", que não se parecia nada com outras meninas da sala de aula na qual estudava. Um detalhe importante: a cidade onde nasci e frequentei a escola (pública) é uma dessas cidades que se afirma sobre as heranças da colonização alemã, que em nada se assemelhava a meus traços, minha cor, meu cabelo. Cidades em que o sobrenome com consoantes duplas e sons diferentes contava muito (ainda deve contar um tanto). Mesmo que metade de minha família, o lado paterno, seja negra, as lógicas que exaltavam a cultura e as heranças alemãs como as únicas possíveis de se orgulhar, me ensinaram desde pequena aquilo que só na vida adulta eu iria encontrar palavras para nomear: a supremacia branca.

Aprendizagens que se sustentam nas políticas de dominação (hooks, 2019), na violência que força os corpos a caberem em hierarquias raciais, que promovem suas capturas para se manterem na esteira de uma política de embranquecimento - cultural, social, subjetivo, simbólico e físico. Quando a dor da cor apertou mais um pouco suas cordas, em 2019, foi na escrita de um artigo (Rodrigues, 2022) que encontrei refúgio para cuidar das feridas abertas, junto com todas aquelas que me ensinaram a lutar, que abriram caminhos para que hoje eu pudesse estar aqui; que nos ofereceram seus ensinamentos como proteção, como ferramentas para balançar, até que seja possível derrubar, efetivamente, a casa-grande.

Quando entrei em exercício como docente, a dor da cor apertou (não que tenha sido a primeira vez) quando me deparei com olhares-palavras que me perguntavam: "como tu conseguiu passar pela comissão de aferição racial? Deve ser teu cabelo" e com os sussurros

que me espreitavam pelos corredores com dizeres “mas ela nem é tão negra assim”b(Rodrigues, 2022). Olhares, palavras e sussurros que me encontravam como uma facada em meu corpo. O sentimento de solidão no espaço (branco) acadêmico, me fez, por muitas vezes, apenas conseguir segurar o choro e guardar a raiva, sem conseguir transformá-la em combustível para minha ação (Lorde, 2019).

[...] rodeada de imagens,/ que não espelham meu corpo./
Imagem de corpos brancos,/ com sorrisos perfeitos,/
sempre a olharem-se/ a si próprios,/e a reproduzirem/ a
sua imagem como/ o objeto ideal de amor./

Eu entro em bibliotecas/ em teatros,/ cinemas,/ museus,/
galerias/ e universidades/ apenas para me encontrar/
rodeada das refletidas/ imagens da branquitude
(Kilomba, 2019a, p. 20).

A branquitude, como sistema de opressão, autoriza pessoas brancas a dizer o que quiserem para nós. Imagina se eu invertesse a pergunta e dissesse a uma professora branca: como tu conseguiu passar pela banca do concurso que tu fez? Deve ser pela tua pele branca né?”. Gente branca tem o privilégio de não precisar escutar perguntas como essa, perguntas que nem pensamos em fazer para as pessoas, mas que, recorrendo a ironia como maquinaria para enfrentar a guerra da hierarquia racial, poderia ter sido utilizada. Como nos fala Cida Bento (2022): “[h]á um lugar simbólico e concreto de privilégio construído socialmente para o grupo branco” (p. 64).

Ao ocupar a universidade como docente, as chamadas “sutilezas” da violência racial abriram fissuras na dor da cor que já havia produzido marcas em meu corpo. Ela me fazia questionar minha própria autodeclaração racial; tinha eu o direito de me afirmar como uma mulher negra, tendo um tom de pele mais claro? A construção do meu reconhecimento como mulher negra, diante das violências raciais que me encontraram desde a infância - ouvindo piadas racistas, piadas sobre cabelo e vassouras, por viver em uma cidade hegemonicamente assentada no orgulho “alemão” - me ensinou



a abraçar e amar a negritude em mim, mas isso não nos blindo do racismo cotidiano.

Meu corpo se percebia naquele lugar meio “limbo” do que é considerado pardo, como nos fala Sueli Carneiro (2011), por vezes olhada dos pés a cabeça ou interpelada por perguntas do tipo: “tu tá servindo?”, por outras vezes, sendo atravessada pela autorização que a supremacia branca confere a si mesma, de me dizer que eu não era negra (Rodrigues, 2022). Mulata vai, mas negra não. É impressionante, inclusive, como a cultura supremacista branca acha mais “confortável” utilizar o termo mulata em detrimento de negra, pois como nos lembra Grada Kilomba (2019), na língua portuguesa a nomenclatura mulata/o tem ancoragem na terminologia colonial e na linguagem racista: “m. (mulata/o) palavra originalmente usada para definir o cruzamento entre um cavalo e uma mula, isto é, entre duas espécies animais diferentes, que dá origem a um terceiro animal, considerado impuro e inferior” (Kilomba, 2019b, p. 19). Portanto, em nada surpreende o apreço da branquitude ao termo.

O FEMINISMO NEGRO, A ANCESTRALIDADE E A DOCÊNCIA COMO ANCORAGENS

“A sala de aula continua sendo o espaço que oferece as possibilidades mais radicais na academia” (bell hooks, 2017, p. 23).

Se a academia é também violência (Kilomba, 2019) e uma instituição fruto do projeto moderno colonial de mundo (Grosfoguel, 2016), o que mais é possível para nossos corpos, para além da violência racial cotidiana que nos interpela? E se a violência é cotidiana, porque, então ousamos exercer o direito de habitar um espaço como a academia?



De diferentes formas, a questão sobre porque nós escolhemos estar na universidade, já atravessou meus caminhos e, em todas as vezes, foi uma questão colocada por colegas negras/os como convite para pensar o que desejamos neste espaço.

Um dia desses, em um dos grupos de estudos que coordeno, vinculado ao Coletivo bell hooks¹, com minha companheira (também professora, mas com um corpo branco), Sara² (que participa com a gente) falava das violências que sofreu no percurso pelo mestrado - aquela violência que dói no corpo e na alma da gente. No final de sua fala ela nos trazia essa mesma questão, sobre o porque estar em um espaço que nos violenta, finalizando com "é assim na vida", pois a violência racial não está só na academia, mas na sociedade em que vivemos.

Então, para além das políticas de morte que nos expulsam de lugares anteriormente "sagrados" da branquitude - como a academia - deixar de ocupar a universidade não nos livrará do racismo cotidiano, apenas das formas que ele assume neste espaço. Portanto, se historicamente a diáspora negra precisou encontrar formas para sobreviver e viver para além do vestígio colonial, pois somos mais do que esse vestígio nos impõe, como nos afirma Christina Sharpe (2024), nós podemos e temos encontrado formas de habitar a universidade construindo ancoragens que sustentem nossas existências neste espaço a partir do respeito, do acolhimento, do aquilombamento e da construção de comunidades de aprendizagem. E a aposta e o aprendizado dessas dimensões que afirmam nossos corpos no percurso de habitar a academia só é possível porque nossas ancestralidades lutaram e sonharam a possibilidade de outros mundos possíveis para nós, para além da violência colonial. Nesse sentido, foi no encontro

1 Coletivo bell hooks: formação e políticas do cuidado, é um grupo que trabalha com ações de pesquisa, ensino e extensão a partir de epistemologias feministas negras e contracoloniais.

2 Sara Ester Paes integra o grupo de estudos do Coletivo, é uma mulher negra formada em geografia e mestra em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul.

com os ensinamentos de outras mulheres negras que a sustentação para ocupar a docência com saúde e a partir de políticas do cuidado foi possível para mim.

Mulheres intelectuais escritoras, como bell hooks, Audre Lorde, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Maya Angelou, que me mostraram a força do pensamento crítico para nos movimentar em direção a transformação do eu e do social, pois o pessoal é, também, político. Que me ensinaram sobre o direito de ser sujeito na integralidade de nosso ser, de erguer nossas vozes, de transformar o silêncio e a raiva em ação pela possibilidade de igualdade e justiça social.

Encontrei um lugar onde eu podia imaginar futuros possíveis, um lugar onde a vida podia ser diferente. Essa experiência" vivida de pensamento crítico, de reflexão e análise se tornou um lugar onde eu trabalhava para explicar a mágoa e fazê-la ir embora. Fundamentalmente, essa experiência me ensinou que a teoria pode ser um lugar de cura (hooks, 2017, p. 85).

Mulheres que, junto a sabedoria daquelas com as quais eu me encontrei em presença, me ensinaram sobre cuidar e sobre aprender a amar a negritude, como guardam as memórias que tive com minha avó Almerinda – avó paterna, benzedeira, da parte negra de minha família.

A senhora lembra daquele dia em que me disse que achava que ninguém da família ia seguir benzendo (como de fato aconteceu)? Logo depois, me falou como eu, me tornando psicóloga, seguiria ajudando as pessoas, assim como a senhora ajudava. Em sua sabedoria, a senhora me disse que o dom que recebera também seguiria através de mim de um outro jeito. Nunca esquecerei essa nossa conversa (Ferrugem; Rodrigues; Oliveira, 2022, p. 161).

Mulheres que passaram por muitas violências em suas vivências cotidianas e que corajosamente as compartilharam conosco tecendo narrativas testemunhos-denúncia, mas não para



SUMÁRIO

de “pedacinhos de conhecimento compartimentalizados (hooks, 2017, p. 27). Se lemos e discutimos sobre cuidado e saúde, mas não conseguimos acolher, respeitar e ofertar uma escuta interessada ao nosso próprio coletivo de aprendizagem, o que estaremos aprendendo? Com certeza, muitas coisas, entre as quais pode estar a dicotomia entre teoria e prática, relações de hierarquia e processos ligados aos sistemas de dominação em curso em nossa sociedade – que produzem e sustentam o racismo, o sexismo, o elitismo e as relações de consumo.

Bell hooks (2017) nos ensina que uma educação transgressora dos processos e lógicas coloniais precisa de nossa aposta em uma relação baseada no reconhecimento mútuo entre todas/os e isso inclui “insistir em que a presença de todos seja reconhecida” (p. 18), não apenas afirmando essa insistência em palavras, mas demonstrando em ato, ou seja, na forma como nos relacionamos. Como temos nos relacionado nos espaços de formação? Por isso, como bell hooks (2017) nos diz, mudar nossos paradigmas é importante, mas não é o suficiente; é preciso mudarmos, também, a forma como pensamos, escrevemos e falamos. Ela nos diz mais, na educação nosso trabalho não é simplesmente partilhar informações, junto a isso e aos conteúdos a serem aprendidos, precisamos buscar o “conhecimento acerca de como viver no mundo” (hooks, 2017, p. 27) e juntar vontade de saber a vontade de vir a ser. O que aprendemos na universidade nos ajuda a sonhar com o que desejamos nos tornar? Como docente, sigo desejante e apostando em uma sala de aula que nos ensine sobre conteúdos e técnicas de nossas profissões, mas que, junto a isso, tenha espaço para que comunidades de aprendizado, nas quais possamos crescer juntas/os/es como seres humanos, tenha como horizonte a transformação pela justiça e igualdade contra todas as formas de dominação e, portanto, contra as violências perpetuadas pela supremacia branca.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATTISTELLI, Bruna Moraes; RODRIGUES, Luciana. Contar histórias desde aqui: por uma sala de aula feminista e amefricana. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 23, n. 1, p. 153-173, 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2011.

FERRUGEM, Daniela; RODRIGUES, Luciana; OLIVEIRA, Marlete Andrize de. Um correio-memória de mulheres negras: narrativas do existir como cuidado em saúde mental. **Da clínica do contar ao contar a clínica**. /n: Torossian, Sandra Djambolakdjian; Damico, José (orgs). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2022.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 25-49, 2016.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir**: A educação como prática de liberdade. São Paulo: WWF, Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

KILOMBA, Grada. **Desobediências poéticas** (catálogo). Curadoria Jochen Volz e Valéria Piccoli. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019a.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019b.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Autêntica Editora, 2019.

RODRIGUES, Luciana. Negra de pele clara: embranquecimento e afirmação da negritude no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, p. e74733, 2022.



5

*Flávia Camila Bernardes
Larissa Silva Jorge*

CARTA ÀS PESQUISADORAS DO TERCEIRO MUNDO:

**DO CHEGAR ACADÊMICO
A RECONEXÃO CONSIGO**

INTRODUÇÃO

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio, eco ou lamentos de uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes e recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas. A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância. O eco da vida-liberdade (Conceição Evaristo, 2017, p. 24-25).

NECESSÁRIAS PESQUISADORAS DO TERCEIRO MUNDO, SAUDAÇÕES!

Iniciamos essa carta no intuito de que nossa voz seja ouvida por você, isso mesmo, queremos que essa carta tenha sentido coletivo, por isso usaremos o NÓS, em caixa alta, para chamar nossa atenção porque estamos na centralidade desta carta, como diz Emicida - tudo que NÓS tem é NÓS!

NÓS mulheres não brancas, estudantes, acadêmicas, mães e filhas, sabemos da profundidade que é sustentar o modus operandi acadêmico, sabemos da faceta que é nossa presença nos espaços epistemologicamente colonizantes.

Por isso, nossa oralidade escrita nessa carta-grita: É preciso que nossa voz encontre outras palavras, outras denominações - é preciso contracolonizar a língua portuguesa! (Bispo, Antônio dos Santos, 2023, p. 3).



Mas pera, vamos nos apresentar para você, pois umas das coisas importantes que aprendemos, é dizer com orgulho de onde viemos e assim, honrar as/os nossas/os antepassados/ancestrais, a quem veio antes de NÓS e abriu mata fechada para que hoje tenhamos um caminho a percorrer. Daí vem a importância em deixar registradas nossas vozes mulheres.

Por trás desta carta NÓS, duas mulheres negras de pele clara, bem parecido com o que diz Sueli Carneiro (2023, p. 11), na obra dispositivo de racialidade: “somos uma juntada de pretos e pardos. Ora, não me peça explicações sobre coisas que tu inventaste”, neste caso o colonizador inventou, como esse pardo. Somos amigas desde 2016, aproximadas pelo trabalho na Política da Assistência Social, pela vida cheia de intranquilidades e fronteiras¹, sob a perspectiva da experiência social de pessoas que cotidianamente são pressionadas a escolher uma identidade única, mesmo que suas realidades sejam constituídas pelo encontro entre culturas (Meneses, 2023).

A mais velha que vos escreve é a Larissa, Lari ou Larissa Jorge, como ficar mais confortável para nós. Então, tenho 40 anos, sou filha de um casal negro, minha mãe negra de pele clara — mas não sabemos ao certo seus antepassados, porque ela foi criada por uma tia, ou primas-histórias de família que nunca conseguimos desenrolar, já meu pai um homem negro de ascendência turca. Sou mãe de dois meninos e sou responsável integralmente pelo sustento da nossa morada (situação que acredito ser vivenciada por muitas de nós). Sou Assistente Social, e estou no doutorado sendo pela primeira vez contemplada nas ações afirmativas. Portanto, adentrar novamente a universidade através das ações afirmativas, trouxe perspectiva quanto a importância do NÓS, mulheres não brancas fazermos revolução/transformação dos espaços acadêmicos, através da produção de conhecimentos que não estejam estritamente pautados no eurocentrismo epistemológico.

1 Fronteira: fazendo relação às escritas de Gloria Anzaldúa, a respeito da divisão Estados Unidos e o México, atual estado do Texas, faixa que foi “comprada” pelos Estados Unidos em 1848, por meio do Tratado Guadalupe Hidalgo (Meneses, 2023).



Por fim, sou “natural do Rio Grande do Sul (RS)” – um lugar que entendo ser frio (em sentidos, que não somente o climático), normativo e reconhecido muitas vezes por ser berço das colonizações alemãs e italiana’- Até já fui questionada em dada reunião na capital do Brasil - Distrito Federal (DF), onde me encontrava como militante de Direitos Humanos “tem negro no RS”?

Por aqui, costumamos dizer que os italianos e alemães foram os primeiros cotistas, uma vez que na história do Brasil eles tiveram cotas de terra, desembarcam com sonhos de uma vida digna e tiveram algum apoio para isso (com isso não menosprezamos suas dificuldades, tão pouco diminuímos as contribuições culturais, mas questionamos: por que somente esse contingente populacional teve e continua tendo privilégios? sabemos dar a resposta, mas precisamos seguir abrindo os caminhos). Quando se fala em ações afirmativas pensando em trazer equidade e reparação para povo negro, as estruturas são abaladas, bandeiras são levantadas e a gente aqui em uma dobra só, já que “a liberdade para pessoas retintas que cotidianamente são traduzidas na mitologia moderna da raça negra, trata-se também das dobras que fazem neste fato violento que nos contam como destino inevitável: tornar-se negra(o)”, (Brasileiro, Castiel Vitorino, 2022, p. 13) e daí a reprodução de toda incoerência, que aposta na nossa incapacidade de perpetuar nossa própria história. Como consta na obra de Ana Maria Gonçalves, chegamos com um defeito de cor.

A mais nova - Flávia Camila Bernardes, ou Flavinha, tenho 33 anos, sou natural de uma cidade do interior de SP e há 11 anos resido aqui no Rio Grande do Sul. Sou filha de mãe branca, com descendência negra e portuguesa e de pai negro com descendência negra e indígena. Fui ProUnista e me formei em Psicologia em uma renomada universidade, que me proporcionou acessar conhecimentos e experiências para além da sala de aula. Mas, que dentre eles, também me proporcionou inúmeras inquietações e indignações ao ver e sentir na pele os reflexos das desigualdades e contradições



sociais. Foi ali, naquela universidade, que ao me deparar com colegas de turma e professores majoritariamente brancos, me fez questionar sobre o meu lugar, se realmente podia pertencer àquele espaço, onde só me identificava com aquelas pessoas que estavam fora das salas de aula, que cuidavam da portaria, da higienização, era o público atendido pelos programas de extensão etc. Graças aos potentes encontros com alguns profissionais e estudantes que me ajudaram a me ver, a me reconhecer enquanto mulher negra.

No início, não foi fácil (não que agora seja), me dar conta de que sim, esse meu corpo não se sentia bem naquele espaço da academia porque não tinha referências próximas. Meus pais, que não cursaram nenhuma faculdade, minha mãe, que não terminou nem o ensino fundamental, apesar de me incentivar e saber a importância do estudo, não tinha aquela certeza de que “valia a pena” todo aquele esforço de estudar por horas, além de trabalhar e cuidar da casa e afazeres cotidianos, mas, sim, apesar de toda dor e dificuldade, tem válido a pena, não só por mim, mas também por ajudar abrir caminhos para tantas outras que virão.

Até aqui nossa voz traçou esse lugar de fala, essa que muitas vezes não encontra eco, pois segundo a escritora Djamila Ribeiro, a produção de conhecimento é hierarquizada, mantendo sempre os mesmos grupos em um lugar de silenciamento. Então NÓS, escrevemos, porque o ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu” (Anzaldúa, 2000, p. 232).

Portanto, essa carta tem um pouco de antagonismo e se encaixa nesse lugar, pois como diz Glória Anzaldúa (2000, p. 229), “a mulher de cor², iniciante é invisível no mundo dominante dos homens

2 No começo dos anos 1980, Gloria Anzaldúa defende a posição de que as mulheres de cor, neste caso fazendo referência ao recorte racial/étnico, que em sua obra está sinalizado na relação de fronteira México e Estados Unidos. A mesma destaca que as mulheres de cor deveriam buscar meios para expressar suas ideias, transformando-se em criadoras de suas teorias e não mais em meros objetos de estudo.



brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja gradualmente mudando". Desta forma, não queremos rebuscar as palavras para conseguir alguns aplausos (Anzaldúa, 2000), mas sim, seguir falando das nossas trilhas, de como elas se cruzaram diante das fronteiras colocadas à todas NÓS, mulheres negras, tipificadas, racializadas e não raras vezes descredibilizadas.

Ainda na atualidade, observamos que seguem o plano de nos coisificar, como se não tivéssemos nada para dizer, vejo isso porque nas escolas que estudamos pouco nos víamos, e quando nos víamos era na figura de escravos, e não nas figuras de pessoas escravizadas, pessoas com cultura, reis, rainhas comunidades inteiras com sua própria cosmovisão. Cosmovisão essa, incompreendida e demonizada, pois "o homem branco, como os outros animais, tem medo, e é repellido pelo que ele não entende, então uma simples diferença é capaz de conotar algo maligno" (Anzaldúa, 2000, p. 230). Não sei se todas NÓS temos essa sensação, mas demoramos muito tempo para entender das nossas contribuições na construção do que hoje chamamos Brasil, mas bem podia se chamar Pindorama. Hoje entendemos que até isso faz parte do plano.

NÓS recriamos modos de sobreviver, (re)existir, apesar do processo colonizador. Retiradas (os) a fórceps de África e introduzidos à força em outra cultura, que foi destruindo nossa humanidade, colonizando nossas mentes em um processo subversivo. Quanto tempo muitas de NÓS demorou a perceber que não precisava de autorização para escrever, ou para falar? quanto tempo para tornar o ato da escrita agradável, sem ouvir uma "voz vazia" lá fundo de nossas mentes dizendo: o que você tá fazendo?

Escrevemos essa carta a duas mãos, mas em contextos totalmente diferentes: a mais velha diante do trabalho doméstico da criação dos filhos, tarefa, após tarefa, dias intermináveis. A mais nova como servidora pública em uma jornada de trabalho de 40 horas



ou mais em contexto de escassez de recursos. Mulheres fortes? Sim, mas não só, pois como Djamila Ribeiro diz em seu livro *Cartas para minha avó*,

Essa imagem da mulher negra forte é muito cruel. As pessoas se esquecem de que não somos naturalmente fortes. Precisamos ser porque o Estado é omissivo e violento. Restituir a humanidade também é assumir fragilidades e dores próprias da condição humana. Somos subalternizadas ou somos deusas. E pergunto: é quando somos humanas? (Ribeiro, 2011, p. 15).

Sim, também somos humanas! E estamos cansadas. Mas, não nos entregamos! Não somos um lugar demarcado para NÓS, não iremos mais consumir o que não nos visibiliza, cansamos de ser chamadas de negras raivosas ao saber que nossa capacidade foi canalizada para o bem viver de outrem. Então agimos! Essa é uma forma de agir, com o NÓS. E sim, fazemos isso limpando a nossa casa, esquentando o leite da criança, sendo Domésticas, Assistentes Sociais, Psicólogas, Estudantes, Pesquisadoras e tantas outras possibilidades, porque somos múltiplas, mas também precisamos descansar. Desaprimos nossa voz, que necessita ser ouvida, aquilombada como no poema acima de Conceição Evaristo.

Sobre esse aquilombamento, usamos e buscamos fortalecer essa estratégia como uma possibilidade de resistência, de saúde e amorosidade de NÓS, para com as/os nossas/os. Como os autores afirmam, em um artigo recentemente publicado, “[e]ntender o aquilombamento como prática de saúde é compreender o contexto de negros em diáspora que precisaram se encontrar na ancestralidade comum e no olhar de seus iguais cotidianamente” (Rimoli *et al.*, 2023, p. 5), assim, além de convidar a se juntar conosco em algumas reflexões que apresentamos, ainda deixamos o convite para olhar ao redor e buscar se aproximar, apoiar e também se aquilombar com as pessoas negras ao seu redor.



Também, acreditamos muito na confluência de Nêgo Bispo (2023) e, quando dizemos isso, usamos o exemplo do caminho de um rio que até chegar ao mar enfrenta adversidades (envenenamento, sufocamento, aterramento, reposicionamento), então quando chega já não é mais o mesmo, se torna algo maior, inusitado no encontro, não a ponto de deixar de existir, mas sim de confluir carregando em si novas vidas, novas profundezas e certa infinitude. Vemos isso em nossas trajetórias, enquanto mulheres negras e pesquisadoras, a trajetória do rio.

Por isso, o convite é também para NÓS, para confluirmos, descobrindo, recriando e nos afirmando, pois em um universo acadêmico, de epistemologias majoritariamente brancas, há de se ter cuidado, pois irão nos dizer para “raspar o moreno de nossas faces, branquear nossos ossos e não cultivar nossas peles coloridas” (Anzaldúa, 2000, p. 230). E o que nós fazemos? Fazemos o retorno, cortamos o caminho, procuramos a passagem aberta pelas nossas mais velhas e nossas mais novas porque a “complacência é uma atitude bem mais perigosa que o ultraje” (Littlebear, 1977, p. 36).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: the new mestiza**. 4 ed. San Francisco: Aunte Lute Books, 2012.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

MENESES, Maria L. Gloria Anzaldúa. **35ª Bienal de São Paulo**. Fundação Bienal de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://35.bienal.org.br/participante/gloria-anzaldua/>. Acesso em: 05 dez. 2025.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. **Quando o Sol Aqui não mais brilhar: a falência da negritude**. 1 ed. São Paulo: n-1 Editora, Coleção Lampejos, 2022.



CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2023.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p. 24-25.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 39 ed. Rio de Janeiro: Record, 2024.

LITTLEBEAR, Naomi. **The Dark of the Moon**. Portland: Olive Pres, 1977.

RIBEIRO, Djamila. **Cartas para minha avó**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIMOLI, Thais Menezes, SANTOS, Ana Paula Menezes Bragança, PIRES, Laurenice de Jesus Alves, MENDES, Ernani Costa. Aquilombamento como ferramenta de resistência e promoção de saúde da população negra. **Revista de Saúde Coletiva** da UEFS, v. 13, n. 2, p. e9284-e9284, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

6

Kellen da Silva

CAMINHOS ENTRE A UNIVERSIDADE E EU:

**EXPERIÊNCIAS DE UMA NEGRA
GAÚCHA E ACADÊMICA**

INTRODUÇÃO

O caminho até aqui foi longo e difícil, essa certeza vale tanto para essa escrita quanto para minha jornada acadêmica. Cheguei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2016, sem que aquelas pessoas que já faziam parte da academia soubessem de mim, quem sou e de onde estava saindo. A verdade é que para a brancura daquele lugar parecia não importar saber da história de alguém como eu. Diferente do que vivi há oito anos atrás, minha apresentação aqui é a afirmação do potencial que me fez sobreviver durante a graduação, então, vamos lá: sou uma mulher negra de vinte e sete anos, apaixonada pela serenidade do mar e cultivada por três mulheres negras, Alaide, Roseli e Noeci, minha avó, mãe e tia. Nós quatro, meus dois irmãos mais velhos e um primo, criamos raízes na Bom Jesus, ou Bonja para os destemidos, um bairro periférico na capital do Rio Grande do Sul. Lá tem muitas pessoas negras e pobres semelhantes a mim, uma “variedade negra” entre família, amigos, vizinhos e conhecidos retintos, marrons e os “negos do cabelo de fogo”. Já os mais claros são sarobas ou sararás, para os não negros sempre tem uma espécie de prêmio de consolação “pelo menos é da vila”, como ainda repete minha tia. A região onde minha família ainda mora é conhecida como “ponte” por causa de uma ponte que tem sobre o riacho que corta as casas e os becos, essa é a realidade que presenciei na maioria dos meus anos vividos. Cresci nessa pretitude e fui distanciada dela na medida em que progredi no nível escolar.

Escutei Racionais MC’S desde pequena, antes mesmo de aprender a falar, mas foi somente na maioridade que entendi o que queriam comunicar com “o mundo é diferente da ponte pra cá”. E realmente é. Durante o ensino fundamental estive no meu lugar, numa escola dentro da vila, onde os colegas e as “tias” da escola pareciam comigo. Como no ensino médio não havia escolas no bairro que ofertasse a última etapa, foi necessário trocar, ir para uma escola que ficava



a vinte minutos de casa, do outro lado da avenida, num bairro com casas maiores, arborizado, ruas com asfaltos, lixeiras e mercados grandes. De um ano para outro, de 2011 a 2012, a quantidade de pessoas negras que me cercavam diminuiu drasticamente, e de certa maneira crescer na vila garantiu permanecer em uma redoma que me protegia de ser uma menina negra e gaúcha.

O lugar de onde vim, os becos que conheço como a palma da minha mão e as pessoas que me criaram são a minha história. Para eles sou a mesma criança quieta, mirradinha, sonhadora, que nunca deu trabalho e gostava muito de estudar. Já para a universidade, como dito anteriormente, a partir do meu ingresso em 2016 ganhei a alcunha de cotista. Estudei durante dois anos em um cursinho de educação popular preparatório para vestibular e já entendia que não encontraria uma outra Bonja em qualquer lugar acadêmico que fosse, bem pelo contrário. Vi poucos colegas como eu e poucos problemas como os meus, que por vezes me impedia de estar em aula. E na medida que identificava as diferenças da ponte pra lá, o sentimento do não lugar fincava entre a universidade e eu. Foram oito anos de graduação, ou melhor, de graduações. Passei por dois cursos opostos no conteúdo, grade curricular e professores porém tão semelhantes na brancura. Ah, aquela brancura nem tão sutil que acredita que ser cotista equivale a um estilo de vida. O cabelo? Cotista! A pele? Cotista! O sorriso? Cotista! O desempenho nas disciplinas? Três vezes cotista! Assim, segui fingindo não ver ou ouvir muitas violências proferidas diante da minha face. Por outro lado, também aprendi o significado de aquilombamento na prática, mesmo que fosse pela motivação da raiva e desejo de implodir tudo, igual acontece nos filmes de ação.

Ouvi falar pela primeira vez do poeta e escritor gaúcho Oliveira Silveira naquele mesmo cursinho popular, o PEAC - Projeto Educacional Alternativa Cidadã. Nele, havia um grupo de estudo sobre negritudes, a fim de refletir as contribuições daqueles que nos antecederam, voltado para estudantes negros. Da entrada à saída



da federal busquei incessantemente a companhia dos meus e foi justamente a educação popular responsável por me fazer entender e dar nomes aos lugares do mundo que me pertencia, consolidando minha necessidade de viver em comunidade dentro da estrutura colonial que é o ensino superior. Um dos poemas de Oliveira Silveira que mais me emociona é Encontrei Minhas Origens, sempre retomo à lembrança momentos de afeto e fortalecimento que partilhei com pessoas queridas nas adversidades do “ser universitário”. Como bem escreve o poeta (...) “Encontrei minhas origens na cor de minha pele. Nos lanhos de minha alma. Em mim. Em minha gente escura. Em meus heróis altivos. Encontrei. Encontrei-as enfim. Me encontrei”¹.

Com modéstia ou falta de sangue nos olhos, meu plano com a universidade era ter uma qualificação profissional para conseguir boas oportunidades de emprego e fim. Mas como todo bom negro, fiz todas negrises que me foram possíveis. Para a formalidade ambiente acadêmico, pior que um estudante negro, são vários estudantes negros e juntos. Aquilombamos. Juntou a Bonja, Restinga, Sarandi, Lomba do Pinheiro e várias outras periferias de Porto Alegre e, se não bastasse, a região metropolitana. Pessoas que já estavam na universidade e compunham coletivos negros, como o Coletivo NegrAção, e o movimento estudantil, havia também aqueles que, assim como eu, ainda não estavam vinculados a nenhuma organização, recém chegados na universidade, mas com muita vontade de mudança. Em 2016 a reitoria da UFRGS foi ocupada por essas pessoas. Durante a, carinhosamente chamada, “Okupa” surgiu o movimento “Balanta”. Foram os estudantes negros e o Coletivo de estudantes indígenas, com o apoio do Movimento Negro Unificado, movimento estudantil e outras organizações políticas dos movimentos sociais, como Frente Quilombola, União dos Povos de Terreiro e UNIAFRO impediram a instituição de atacar a política das ações afirmativas. Fomos até as escolas públicas com o nosso dinheiro, conversamos com os secundaristas

1 Poema de Oliveira Silveira, disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/autores/OliveiraSilveira-textos-selecionados.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2024.





sobre como as intenções anti democráticas daquela gestão ameaçavam os planos deles de ingressar na universidade pública e interferiam na permanência dos estudantes cotistas. Passamos dias dormindo no chão gelado, organizando nossa comunidade, pensando em estratégias para que estivéssemos bem e seguir na luta. Em 2018 voltamos a ocupar a mesma reitoria, não conseguiram impedir tamanho feito, ficamos frente aos absurdos da gestão da época, mas não conseguimos, (de novo), mexer na política de Ações Afirmativas. Nesse período, fui membro do Conselho Consultivo da CAF — Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas — e da Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração Étnico-Racial da UFRGS, dentre tantas outras ações políticas dos coletivos negros, como o Balanta e o NegrAção, do qual fiz parte. Me meti em tanta coisa pensando nos meus, no meu presente e no futuro daqueles que trilharam ao meu lado e tantos outros que estavam por vir, enquanto tentava me graduar. Contar da minha trajetória enquanto pessoa negra acadêmica e detalhar cada ponto onde estive, por onde passei, permaneci e me reconheci em comunidade é um compromisso. Faço das palavras de minha amiga Mariana as minhas: “[...] Tenho a sensação de que nós, estudantes negros militantes, ao fazer uma graduação nos formamos em duas. Uma que é o curso que escolhemos e outra é se especializar em questões raciais na universidade” (Pedroso, 2019, p. 09).

Toda minha trajetória acadêmica na graduação foi perpetuada por um “nós”, até em momentos que sequer me dei conta. Seja carregando uma Bonja no meu peito, seja pelos aquilombamentos que consolidei. Daí a dificuldade dessa escrita, como sustentar uma produção acadêmica que está praticamente toda escrita no singular e ao mesmo tempo evoca um plural? Esse nós que por vezes foi intitulado como não acadêmico, o não formal que está fora das normas técnicas me fez concretizar o sonho do diploma. E essa talvez foi minha última e maior negrice na faculdade, conclui uma etapa que já nem era mais cogitada nos meus pensamentos, entrei na universidade

sonhando com o diploma, mas com o passar dos anos o desejo que ganhava força era de sair, a qualquer custo me ver livre daquele lugar. Contudo, tomei de assalto aquele canudo, tantos anos de percalços que quase fui convencida que o título de pedagoga não me pertencia. Não tinha outro jeito se não saquear com violência essa conquista que, apesar dos esforços da academia, tive. Mas e o que fiz com o “nós”? Coloquei no discurso, a forma mais singela de honrar e agradecer os meus pelos seus esforços para que hoje pudesse me intitular acadêmica. Naquele púlpito, na frente de todos, registrei que meu diploma também pertence (...) “às mães, pais, avós e avôs que, por motivos maiores, foram evadidos da escola. Os mesmos que sempre ouviram que os seus descendentes não chegariam a lugar algum, nesse momento podem ver a primeira pessoa da família recebendo a formação de pedagoga em uma universidade federal. Nós conseguimos!”. Esse foi o momento no qual o salão de atos virou um rio de lágrimas, eu, os meus... nós chorando mas não de dor ou lamentação, de plena felicidade por um ganho coletivo.

Me entender enquanto mulher negra dentro de um ambiente como a universidade foi dolorido. Mas compreender que jamais estive sozinha para qualquer lugar que fosse, contribuiu para deixar essa dor em um lugar de esquecimento, mesmo que por alguns instantes. Ser toda possibilidade ancestral do meu corpo e minha subjetividade, apesar da academia. Manifestar toda rebeldia e esperteza ancestral do meu corpo e minha subjetividade, apesar da academia. Ter a gentileza, afeto e carinho comigo e com os meus, apesar da academia. Carregar a Bonja nos meus modos de ser, viver, falar e lidar, apesar da academia. Entender que sou muito mais do que a desumanização que submeteram a mim e meu povo. E me perceber como povo apesar dos esforços da academia. Não há outra forma honesta de me ver enquanto sujeito das ações afirmativas, cultivei amor aos meus no restaurante universitário, nos corredores, no pátio, nas ocupações em defesa da política de cotas, incentivei e fui incentivada a seguir com toda dificuldade e em meio às vidas perdidas



ao retornar para a vila. E por mais que esteja nas entrelinhas, eu e os meus tentamos ser negros no sul do país, sufocados pela tirania conservadora, separatista e racista que tanto vangloria o fracasso do massacre, ou guerra, dos farrapos. Nisso existe uma singularidade do não lugar, antes havia dito que foi na universidade que senti o não pertencimento, mas menti, minha família e eu estamos localizados nesse não lugar: o Rio Grande do Sul. Há uma existência e resistência negra onde vivemos, a cultuamos sempre, afinal somos ela, porém a característica peculiar da brancura daqui carrega uma sutileza tão branda que é vorazmente hostil. Está na falácia do discurso dos descendentes europeus, na intencionalidade de uma raça pura, melhor, mais inteligente e educada, mas veja bem tudo aquilo que tem de melhor nesse lugar é nosso e de nossos irmãos. O chimarrão? Indígena. O mercado público símbolo da cidade de Porto Alegre? Africano. Lupicínio Rodrigues? Negro. Pensar sobre como vivenciei as ações afirmativas não é um percurso ou sentimento linear. Seu papel crucial na transformação das famílias mais pobres, garantindo um caminho de possibilidades para aqueles que desejam e conseguem seguir o rumo do estudo é indiscutível.

No entanto, também há cicatrizes nos sujeitos de direito da política pública, aqueles que assim como eu foi inserido em instituições despreparadas para receber pessoas negras, indígenas e pobres, ainda com as mesmas concepções racistas, elitistas, meritocráticas e excludentes datadas do século dezenove. Em contrapartida, há um prazer, diria rejuvenescedor, em ver o desconforto nos rostos conservadores que constroem a universidade. Para essas figuras nada memoráveis, fiz questão de remoer suas maiores dores no discurso que escrevi, como oradora, para minha formatura (...)

Essa conquista é a única resposta que damos ao discurso contra as políticas de ações afirmativas. Tentam, covardemente, convencer que as cotas diminuem a qualidade do ensino e nos acusam de fazer “corpo mole”. Mas, graças aos estudantes negros, indígenas e pobres que esta universidade está no *ranking* das melhores instituições do país.



A excelência acadêmica não existe sem os cotistas! Nós fazemos desse academicismo que fala difícil, mais popular, humanizado e entendível para o povo trabalhador.

Roseli, minha mãe, a qual sinto saudades desde sua partida no finalzinho de 2018, deixou três grandes aprendizados: nunca esquecer o caminho de casa, enfrentar sempre que necessário e decorar todas as músicas da Alcione. Confesso que esse último é o maior desafio de todos. Com ela cultivei o afeto que pratiquei com os outros, independente dos lugares que estivesse. Também é dela a persistência diante do difícil, a teimosia, o fascínio por viajar e o gosto por sambas dos anos 1990. Todas as vezes que pensei em desistir, mudar os planos para uma vida longe da academia, minha mãe esteve mais presente que de costume. Depois da formatura foi desse jeito que cheguei até o mestrado em Psicologia Social na UFRGS no início de 2024, não o almejava, tampouco me permiti projetar outros sonhos que envolvesse de novo uma instituição de ensino superior. Refletindo sobre meu percurso, lembro dos momentos que me encham os olhos. O dia da minha festa de quinze anos, estava emocionada e chorando quando minha mãe disse que eu não deveria chorar, pois não era fraca, tentei engolir o choro mas fracasei. Frequentemente retomo à lembrança essa conversa que tivemos, ela precisou abdicar dos sentimentos para criar três crianças, se virou como pôde para que hoje eu estivesse aqui. Tomou as atitudes necessárias para que, no futuro, não precisássemos passar por coisas que ela passou, viu, sentiu, engoliu e ouviu. Chorar nada tem a ver com ser fraca, hoje consigo perceber que ela não tinha o desejo de que eu ficasse vulnerável, exposta à má fé dos outros, porque sabia que nós nascemos para ser alvos do mundo. Foi Roseli que me ensinou a enfrentar, brigar sempre que necessário e defender os nossos. Eu sou responsável pelas escolhas e caminhos até aqui e ela é responsável por me passar a sabedoria de saber me proteger e seguir em frente cantarolando “me balance, mas não me destrói”. Não há nada de errado nos atos de amor que construímos juntas,



especialmente porque é assim que encontro estratégias para zelar pela minha integridade e nunca esquecer o caminho de casa.

Agora, sendo mestranda, vivo uma outra relação com a universidade. Tenho a impressão de que as primeiras vezes sempre são piores, o desconhecido gera esse sentimento. Há, sim, o prazer em se aventurar nos novos rumos, porém existe uma carga da vida que não podemos deixar de lado quando desejamos. Já tinha passado por tantas coisas, situações estressantes que tentaram fazer com que eu desistisse de ser mais, ler mais, me impor mais, estabelecer mais limites, dar mais a cara a tapa. Enfim, eu disse lá no início que tenho o enfrentamento nas minhas veias. Os caminhos abertos por aqueles que me guiam e protegem, despertaram meu interesse no curso para educadores para pensar a educação e cuidado a partir da leitura do livro de bell hooks, o “Tudo sobre Amor: novas Perspectivas”. Me dei conta que sonhar com o mestrado poderia ser diferente da experiência da graduação, parecia ter lugares de acolhimento, fortalecimento e estudantes como eu. E realmente isso que encontrei. O processo seletivo me rendeu boas crises e inseguranças, mas tinha sido aprovada no auge do calor de dezembro. Vi meu nome naquela lista, não acreditei que seria capaz de novo em conseguir outra vaga na federal. Fiquei entusiasmada e ainda sigo assim com todos os benditos frutos que colho dessa nova fase, minha escrita já não é tão mais subjugada pela universidade, eles até gostam da sonoridade da palavra “escrivência”. Fazer parte, ou melhor, ser uma mulher negra dentro das ações afirmativas tem dessas coisas; brigar, acreditar, tensionar, amar, gritar, chorar e questionar. Se afundar no verbo esperar, aquele que dá o movimento que tem como prêmio a mudança, o meu desacomodar e, sobretudo, do outro que faz pouco caso de “nós”. As escolhas aqui feitas são um compromisso, como e para quem conto, os detalhes que dou e os tantos que permanecem no oculto, como me sinto e qual influência a pessoa mais importante da minha vida tem nesse processo. Escolher até onde vou, me proteger e nunca esquecer que nada foi oferecido, tudo foi conquistado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEDROSO, Mariana P. **Entre fronteiras e encruzilhadas: trajetórias e mobilidades de senegaleses *Modou Modou***. Trabalho de Conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/238351/001140242.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 ago. 2024.



7

Letícia Eli Pereira de Campos

O QUE DEVERÍAMOS ESTAR FAZENDO AGORA?

“VOCÊ NÃO É DAQUI”

Quando me perguntam sobre as cotas, juro que procuro me distanciar dos sentimentos e me aproximar das conquistas através delas. Ainda que seja impossível. É com um amargo na boca que lembro que passei pelo que foi a primeira turma das ações afirmativas na psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2008, último ano em que as aulas foram apenas diurnas. Esses eram marcadores importantes de classe, portanto de raça, uma vez que para estudar de manhã e de tarde era necessário não trabalhar ou renunciar ao trabalho. Eu já era um pouco mais velha que meus colegas, tinha vinte e cinco anos, boa parte eram jovens recém-saídos do ensino médio. Poucos regulavam de idade comigo e os que regulavam não queriam papo: com certeza eu era a pessoa que tinha experiência de trabalho há alguns anos, casada, negra, pobre. Tudo gritava “você não é daqui!”, até as paredes daquele lugar. Eu fazia parte de uma estatística naquela turma e em uma universidade inteira. Dá para acreditar? Os dois outros colegas negros conseguiam participar daquela conversa por serem mais jovens e por estarem mais perto daquilo que se condicionava como passabilidade: negros com características que a branquitude mais facilmente aceitaria. Eram assimilados.

Acredite, não importa o quão inteligente ou o quanto você tenha a contribuir como intelectual quando está diante de uma turma em que todo mundo acha que sabe tudo e têm pretensões supremacistas camufladas. Hoje consigo entender o quanto era insuportável conviver com aquela arrogância toda, embora tenha sido preparada de algum modo para esta convivência. As pessoas que mais sabem usar belas palavras para ferir outras pessoas e saírem ilesas, às vezes são as que sentam com você para tomar o café da tarde, oferecem alguma indulgência. Não era uma grande novidade para mim, esse vocabulário já estava gravado em meu espírito. Quando o espaço



permite o descaramento e o pedantismo, algumas falas são comuns e eu entendia a maioria dos códigos. Naquele ano e nos subseqüentes, alguns brancos entraram com ações judiciais para reverter o que acreditavam ser roubo de vagas. Estou falando de uma universidade pública brasileira, uma porcentagem grande de herdeiros ainda está lá na frente correndo com grandes vantagens achando que está sendo perseguido ou perdendo vaga para pessoas negras e indígenas. Os valentões se escondem também entre os muros de uma suposta intelectualidade. Cabe dizer, a verdade é uma tautologia tanto quanto o perdão só pode ser praticado pelos crentes entre si. Isto posto, os brancos não queriam partilhar nada e ainda não querem. Mesmo os que tentavam conseguiam tropeçar em seus próprios egos, como em saias longas de elegantes *Versace*.

Não há como não parecer ressentida para algumas leitoras deste texto. Sou considerada identitária. Para outros, alguma ou muita identificação pode ocorrer, infelizmente. No mínimo alguma agitação interior, em todo o caso. Mas é ainda mais infeliz que estudantes negros e negras precisem de carta de alforria para entrar no instituto de psicologia da UFRGS como um sinal de novos tempos, e seria ótimo se não soubéssemos dos inúmeros casos dos que foram barrados na portaria confundidos com ladrões, assediados de modos obscuros e não menos escandalosos. Até mesmo quando estiveram prestes a cometer ou cometeram suicídio. O que salvou esse período da minha existência em que a assimilação comia meus calcanhares? Os estúdios e uma vontade insalubre de vencer na vida.

Isso requer, veja bem, também um pouco de assimilação. Assimilação é um processo psicológico, descrito por Frantz Fanon (2005) e teóricas e teóricos críticos¹, pelo qual passa a pessoa negra

1 Tais como Achille Mbembe em *A crítica da razão negra* (MBEMBE, 2017), que em seu capítulo sobre *A Clínica do sujeito*, propõe pensar esse processo de colonização a partir de *Os condenados da terra*, e que a violência se infiltra na linguagem. E Saidiya Hartman, em *Vidas rebeldes, belos experimentos* (HARTMAN, 2022). Ela propõe uma metodologia de historicizar a multidão.



para sobreviver dentro das fronteiras da colônia, buscando soar como branca, embora segregada como negra. Um lugar um tanto complicado de se habitar, tal qual o do povo quase extinto na Faixa de Gaza entre os bombardeios sobre cabeças indefesas.

Corriam boatos, vindouros de fontes quentes, de que para o primeiro ano da psicologia da UFRGS, à recepção da primeira turma, havia uma recomendação da diretoria do Instituto – como uma pré-consciente forma de lidar com a ameaça ainda não compreendida de brancos sobre os cotistas – de que não se falasse sobre as cotas. Por óbvio o assunto era este, sem que nunca tivesse dado certo abafar o fanatismo por um silêncio pestilento. Coloca-se a necessidade de uma leitura afropessimista. Quando o inconsciente é uma questão de fé, conforme apontaria Frank B. Wilderson III (2021), professores e alunos brancos continuam a praticar racismo, ainda que não usem a palavra negro/negra. As inúmeras situações que ocorriam em sala de aula e nos corredores do Instituto de Psicologia iam – e ainda vão – da exclusão deliberada de estudantes negras e negros das rodinhas/modinhas acadêmicas à anulação da biblio-historiografia afrodiaspórica enquanto episteme. Um exemplo é que 1968 tenha sido um tema tão debatido para desenvolver nossos conhecimentos quanto à reforma psiquiátrica, ao movimento antimanicomial, às análises institucionais, e nunca ouvi uma palavra sequer sobre a luta por direitos civis nos EUA, as intervenções da América Latina negra em lutas por libertação na graduação. Esse conteúdo foi emergindo nos anos posteriores por insistência de estudantes ávidos por uma compreensão mais abrangente sobre os porquês de tanta bagunça institucional e dos modismos pseudocientíficos de uma psicanálise europeia cheia de cacoetes. Se não era intencional por parte de professores deveras acostumados com uma clientela menos preocupada com a própria pigmentação, era sobretudo um combinado feito sem nós negras e negros, sem nenhum sigilo ou constrangimento.

O que resulta de uma política de ações afirmativas em que falar sobre racismo é um interdito proibitório dentro de uma instituição



que forma psicólogos e psicólogas? Presume-se que em pequenas ou grandes escusas que acompanharão muitos profissionais da saúde mental, até que se confrontem com quem discorda e tem poder para discordar. Pactua-se um tipo de *savoir-faire*, sem dúvida. Há que se lembrar que o racismo tem forma subjetiva escravista, como nos mostra Muniz Sodré (2023), e é bastante compreensivo que se utilizem do argumento de que o racismo é um problema criado por negros e de que só é possível resolver se deixarmos de falar sobre. Como se as palavras não produzissem formas, nem que a força de produção de identidades supremacistas brancas não adviessem delas.

Por outro lado, há que se levar em consideração que se uma pessoa negra em formação não está, ou prefere não estar, participe da decodificação da psicodinâmica do branco racista, dificilmente vai querer adentrar nessa problemática abjeta, ainda que vá contar histórias escabrosas de como essa violência distintiva o atingiu, contudo sem intenção de assumir alguma dor. Por aqui não tenho intenção de falar sobre como a pessoa negra reage ao que a externaliza, a expõe, a fratura, que a desumaniza, tampouco do quanto essa pessoa pode, ainda assim, pensar parecido com um presidente dos Estados Unidos. Para essa pessoa, falar de racismo não vai abrir possibilidade de construir uma sociedade que se orgulhe de ser afrodescendente. Pessoas que pensam como Kamala Harris², que compactua com os bombardeios de Israel sobre o povo palestino, por exemplo – de fato, temos nossos próprios exemplos nacionais institucionais de direita negra –, seja dentro seja fora da psicologia, moralizam nosso debate. Trata-se, nesse momento e aqui, de uma busca de princípios éticos e étnicos, não de dogmas e fanatismos neoliberalescos e do desejo de brancura. O assunto é, no frígido dos ovos, no conjunto dos bens a serem partilhados, negros, indígenas e brancos nas universidades

2

49ª Vice-presidente e possível candidata às eleições de 2024 dos Estados Unidos, o que poderá torná-la a primeira mulher negra-asiático-americana a ser líder. Embora tenha proposto o cessar-fogo, acredita que Israel tenha direito de se proteger da Palestina.



públicas, o que deveríamos estar fazendo agora? Esse assunto requer inconformidade e, de certo, nenhuma sutileza.

As/Os negras/negros que estão em período formativo, e que precisam antes de tudo sobreviver, formar-se e adquirir um capital social é o que importa. Precisamos tanto quanto de professores, orientadores mais bem preparados para desenvolver uma realidade mais madura nesse quesito: democratizar o ensino superior e desconstruir o racismo institucional. É a nossa meta. Embora não seja simples falar de guerra por dentro dela. Há muita dor que precisa ser agenciada através de leituras, de priorização de aprendizados que estejam abraçados com a política de ações afirmativas. Estudantes também precisam ter a oportunidade de escolher os assuntos que querem trabalhar, e essa escolha ser pautada pelo interesse, não pela imposição. Podem ter como pano de fundo inconformidades quanto às injustiças sociais e as consequências da não reparação, e não fiquem à mercê do sofrimento psíquico decorrente do racismo. Conceituar o desenvolvimento humano, se for possível, em uma perspectiva Afropessimista de que o humano tem sido por séculos o branco, e o negro, destituído de humanidade. Tenho minhas dúvidas se dá para discutir desenvolvimento humano e intervenções sem pensar os princípios democrático brasileiros baseados na forma escravista.

Formei-me em uma das melhores e piores universidade brasileira. Melhor por conta de sua nota na CAPES³, pior por essa nota guardar sua própria *ciffre noir*⁴. Há sequelas de hostilidades que

3 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

4 Escolhi o termo *ciffre noir* como uma expressão que me remete à teoria fanoniana, apesar de ser um termo jurídico. A cifra negra ou zona obscura faz referência "à porcentagem de crimes não solucionados ou punidos, à existência de um significativo número de infrações penais desconhecidas "oficialmente". Segundo informações que podemos colher no google, traz como resultado, para o sistema penal, uma eleição subjetiva das ocorrências e dos infratores de acordo com a classe social, portanto informando raça, por vezes também gênero, a que pertence o autor do crime. Na maioria dos casos a *ciffre noir* encobre crimes cometidos por homens brancos em detrimento de pessoas negras de quaisquer gêneros.



precisaram ser suprimidas por mim para que conseguisse concluir meu curso e depois me transmutar em uma profissional da psicologia. Todo o percurso formativo de pessoas negras é marcado por interrupções. Muitos e muitas de nós, pessoas negras, acabamos adoecendo no acúmulo dos anos todos em que nos encontramos em espaços que nos impõem limitações que, inclusive, amarram nossos pés para que não consigamos alçar novos voos. O empreendimento de seguir adiante apesar de todas as barreiras fabricadas dentro e fora das instituições de ensino superior é imenso e custa não apenas o investimento de nossos próprios bolsos, custa também nossa energia vital e nossa capacidade de transitar por entre uma etnia branca que se autoprivilegia – e de fato, por conta das inúmeras formas com que pactuam seus próprios simbolismos, há uma constante manutenção da roda da fortuna para que ela gire sempre para o mesmo lado. Os embates são sempre os mesmos, as desarticulações são velhas conhecidas e a negação de que há burocracias bem específicas que dificultam o acesso de negras e negros após o período de formação são ordinárias. As formas de exclusão tão sistêmicas e nossa insistência precisa ser muita, apesar do enfraquecimento das redes que podem servir para articular esse acesso ao capital social que a universidade deve ofertar, não apenas distribuir a herança que remonta a violência supremacista secular.

AFROPESSIMISMO E MEMÓRIA

Não gosto do Afropessimismo. Talvez nem mesmo Wilderson III (Wilderson, 2020), autor de livro homônimo. Apesar deste fato, e levo um ano para conseguir atravessá-lo, gostar não é uma opção, então percebo que durante o percurso de ler foram muitos os sentimentos, ressentimentos, lembranças dolorosas de situações que deixaram cicatrizes indeléveis. Nomear a dor é importante, e uma perspectiva



mais direta ajudou muito. Quando termino de ler o Afropessimismo de Wilderson III entendo que não há como escapar de séculos de opressão sem identificar que há um problema humano em curso e, em se tratando de processos de racialização, ser uma pessoa negra é nascer no trauma. Ele se repete a cada vez que uma criança negra precisa ser alfabetizada nos termos de sua existência ser considerada animal, crescer e se desenvolver em um mundo hostiliza sua aparência. Durante todo o caminho de ser “hospedeiro daquele parasita chamado humano” (Wilderson, 2020, p. 369), a travessia é fragmentária e a loucura é um projeto branco. Não há como escapar, tanto quanto ao sistema do capital que provém de toda a parafernália esquizofrênica que opera para a outridade negra.

Fiz mestrado em 2018, conclui em 2021, discuti da forma como foi possível ciberativismo de mulheres negras tentando entender e visitar os modos como as mulheres negras se organizavam na internet para combater o racismo. Desse empreendimento mal orientado e desacreditado, acabei por abandonar minha dissertação em alguma gaveta e não consegui publicá-la, por entender que aquele não era bem o texto que gostaria de ter escrito, que embora tenha sido o texto possível. Era organizado a partir de uma ótica branca, com colheradas de condescendência de minha orientadora e pequenas pinceladas de autocomiseração da minha parte. No final, eu me sentia humilhada boa parte do tempo. Estava exausta e mais perto da esquizofrenia do que nunca. Minha escrita parecia um quebra-cabeças cheio de peças faltantes, uma percepção de uma dislexia que nunca havia sido diagnosticada. Abandonei a academia quando os traumas me engoliram e eu me sentia como a musa de Sandman⁵, presa há séculos em quartos, sendo violentada para fornecer aos homens que as mantiveram cativa a inspiração de que precisavam para se tornarem grandes letristas. Aliás, quando soube que a musa foi libertada por Morpheus, aquilo me deu um vislumbre de que era possível

5

Série de livros em formato HQ produzidas por Neil Gaiman e publicada pela Vertigo da DC Comics em 1988, recentemente adaptada como seriado de televisão com streaming exclusivo pela Netflix.



voltar ao reino das deusas e viver minha vida como uma profissional da saúde, uma psicanalista sem ter passado pela sabatinada das associações psicanalíticas sulistas. Ainda que tenha me poupado deste percurso, visitei meus fantasmas e fiz minhas travessias.

Não posso dizer categoricamente que me dobrei ao Afropessimismo, porque antes de ler Wilderson III fui instruída por Toni Morrison (Morrison, 2020) e ela nos presenteia com formações psíquicas muito importantes de que o passado, o presente e o futuro precisam ser sonhados por nós e que é nossa responsabilidade construir uma casa de memórias com fundações mais consistentes, ainda que haja a necessidade de inventá-la, em que pesem os fatos e as apostas em uma teorização “pós-alguma-coisa”: pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-liberalismo; cacofonias do antigo como se fossemos indissociáveis dele. Trabalhar com memória é refazer os passos prescindindo das certezas que foram deliberadas pelos humanos em um tribunal de pequenas grandes causas. Um tribunal formado por juízes que procuraram salvar a própria pele de alabastro.

O Afropessimismo funciona como uma espécie de lupa pelos quais pequenos estragos podem ser enxergados, desde aquelas situações pessoais que ninguém pode comprovar como racistas até as questões institucionais que nos levam a denúncias, que nos levam a processos jurídicos, muitos deles que nos tornam os culpados por crimes cometidos pelos nossos algozes. Escrever, dissertar, criar teses também são processos de produção de memória e de ressignificação de passados, presentes e futuros, ainda que venham os surtos. Nesse ponto, vale lembrar que toda vez que uma pessoa negra surta, um ser exige uma resposta para um sistema que o engoliu, mastigou e o vomitou. Não existe doença psíquica que não tenha sido produzida pelo sistema e estamos muito longe ainda de resolver o problema da escravização dos negros no mundo inteiro. Nossos órgãos continuam a alimentar as barrigas e as fantasias mais grotescas da inteligência real à artificial, sobretudo a partir das universidades brasileiras. A pergunta que nos dá título está em aberto.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos**: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais. São Paulo: Fósforo, 2022.

MBEMBE, Achile. **A crítica da razão negra**. Portugal: Antígona, 2017.

MORRISON, Toni. **A fonte da autoestima**: ensaios, discursos e reflexões. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SODRÉ, Muniz. **Fascismo da cor**. Rio de Janeiro: Vozes. 2023.

WILDERSON III, Frank Benjamin. **Afropessimismo**. São Paulo: Todavia, 2021.

8

*Genecir Barreto
Solange Aparecida Rosa*

BIOGRAFIAS DE DOCENTES NEGRAS:

**RELATOS DE RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO
À SUPREMACIA BRANCA NA REDE MUNICIPAL
DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR**

INTRODUÇÃO

A trajetória das mulheres negras no Brasil é marcada por desafios e resistências cotidianas, especialmente quando se trata de ocupar espaços de poder e privilégio. Este trabalho busca trazer os efeitos das ações afirmativas na trajetória de docentes negras, focando nas experiências de duas professoras que ousaram avançar para além do papel tradicional de educadoras e se tornaram assessoras pedagógicas em uma secretaria de municipal de educação. Inspirado pela pesquisa de mestrado da primeira autora, o estudo reflete sobre as estratégias que essas mulheres adotam para conquistar e manter seu espaço em um ambiente marcado pela supremacia branca.

Narrativas como as apresentadas neste trabalho são essenciais para expor as barreiras impostas pelo racismo estrutural e a constante invisibilização enfrentada pelas mulheres negras. Por meio das histórias de vida e das experiências profissionais dessas docentes, dialogamos com teóricas como Chimamanda Adichie, bell hooks, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Grada Kilomba, Megg Rayara, Nilma Lino Gomes, Sara Ahmed e Sueli Carneiro. Estas autoras nos oferecem um referencial teórico robusto para compreender como a cultura, a história e a identidade das mulheres negras se tornam fontes de poder e resistência.

Ao trazer à tona essas histórias, esperamos contribuir para a reflexão sobre os desafios enfrentados pelas mulheres negras nos espaços de poder e propor caminhos para uma educação mais inclusiva e equitativa.



CORPO FEMININO NEGRO FORA DO LUGAR

Ao passar pela recepção da Secretaria de educação como faz todos os dias a professora, que atualmente é assessora pedagógica no Departamento de educação, certa vez foi surpreendida quando entrou dentro da recepção para jogar um papel no lixo. Cumprimento a pessoa que estava lá, que não era recepcionista, mas era uma pessoa que a professora via com frequência na Semed. Ela então olhou e perguntou: "Você precisa de alguma coisa?" Como se a assessora não conhecesse aquele lugar e fosse uma estranha, mas como pode se as duas já tinham se encontrado outras vezes nesse mesmo espaço. Preciso vir uma outra pessoa e dizer "olha ela trabalha aqui, lá no departamento de educação infantil junto a (e falou o nome da chefe do seu o departamento). logo em seguida a recepcionista provisória veio pedir desculpas e disse "eu não tinha percebido que você trabalha aqui". Eu não sei o que foi pior ela ter me visto outras vezes e não ter me enxergado, como uma colega de trabalho ou a explanado a frase

A outra professora tentou ousar também e ocupar outro espaço. Tomada pelo sentimento de conquista e de superação aos muitos obstáculos após concluir o curso de pós-graduação em Educação Especial e Inclusão, foi conhecer o trabalho desenvolvido nos centros de atendimento especializado do município. Logo na primeira visita, questionaram seu interesse por querer estar nesse lugar, onde o salário é maior e tem gratificação de trinta por cento. A recepção fria e distante da diretora e pedagoga não condizia com um convite para se sentar, a professora permanece em pé, na expectativa de ser convidada para se sentar, mas isso não acontece, ela percebe que não é bem-vinda. Então inicia-se os questionamentos: "Sua graduação foi à distância, né prof.?" "Não, sou formada pela UFPR" foi inevitável perceber o espanto delas e também a postura de não permitir que o corpo da mulher negra ocupasse esse lugar de privilégio, reforçado pela fala "Então.



é difícil trabalhar aqui, tem que passar pela seleção no final do ano.” Sem compreender no momento que estava acontecendo, fui para a próxima visita. Entre cumprimentos e recepção, fui convidada a sentar, achei que seria uma experiência nova e empolgante, porém quando eu disse o objetivo da minha visita e apresentei minha trajetória de formação, então tudo mudou. A pessoa “doce” e acolhedora, não teve nenhum pudor ao dizer “Esse lugar não é pra você”, se não bastasse, complementou “Se algum dia você, ocupar esse lugar, será um passo muito alto na sua vida”. O silêncio e o impacto causado foram tão grandes, que não sabia nem mesmo como responder. A reação foi concordar com sua fala e em silêncio se retirar.

Esses pequenos recortes mostram como muitas vezes somos tratadas no lugar da invisibilidade, mas as pessoas nos enxergam, mas não nos veem. Uma pessoa leiga qualquer perguntaria, puxa isso só foi um engano da recepcionista provisória, qualquer um está sujeito, qual é o problema? O nó da questão é que como pode aquele corpo feminino negro estar ocupando aquele espaço dentro de uma secretaria de educação e de um Centro Municipal de Atendimento Especializado para crianças com deficiências? um espaço de poder e de privilégio branco? Essa é a pergunta. Por aí vai as situações de racismo são diárias. Grada Kilomba (2019) denomina “episódios do racismo cotidiano”. A pesquisadora traz em sua obra a experiência de duas mulheres negras, Alicia uma mulher negra afro-alemã e de Kathleen uma afro-estadunidense.

Lélia Gonzalez (2020) alerta que a prática do racismo é cotidiana e que se manifesta de várias formas nos espaços públicos. Desde o olhar desconfiado até a violência explícita, as pessoas negras enfrentam obstáculos contínuos que tentam restringir sua presença e participação integral na sociedade. As autoras nos ajudam mais uma vez refletir sobre os enfrentamentos diários que são necessários para resistir nos espaços públicos e nos espaços de poder, povoados predominantes por pessoas brancas, que não se constroem em nenhum momento a invisibilizar e nem mesmo em renegar a presença do corpo negro.



A pesquisadora Megg Rayara (2017) afirma em sua pesquisa que “o racismo e a homofobia são dispositivos de poder”, bem como, sexismo, misoginia e machismo, sobretudo, nos espaços de poder, como nos lugares de conhecimento e formação/deformação intelectual. Sendo eles um dispositivo de poder, compreende-se que eles operam como um instrumento de opressão e cujo objetivo principal é o apagamento e exclusão dos corpos negros dos espaços de poder.

Dessa forma, é possível compreender que, sim, esse corpo feminino negro estará em constante embate para adentrar e se manter nos lugares de poder. Porém, quais as estratégias possíveis para estar nesses lugares? Seria a formação continuada? Seria visíveis nossas histórias de vida? Para Lélia Gonzalez (2020), a nossa cultura, história e identidade são fontes tanto de poder como resistência. Ao trazer à tona os relatos vivenciados pelas professoras e dialogando com algumas autoras, compreende-se que essa seja uma estratégia para reflexão e possível construção de um horizonte, dentro de uma realidade onde a supremacia branca insiste em invisibilizar o corpo feminino negro como alguém que não tem potência e capacidade de produzir conhecimento.

Para além dos desafios aqui apresentados, torna-se necessário refletir sobre outras possibilidades que também permite o corpo da mulher negra ocupar espaços de poder. Nesse sentido, é fundamental ressaltar a importância das políticas públicas de ações afirmativas, sem a qual não seria possível os relatos aqui compartilhados. Segundo Gomes (2003),

Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens como a educação e o emprego. Além disso: constituem-se meios de assegurar direitos fundamentais a todos; configuram-se mecanismos de inclusão concebidos



por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito (Gomes, 2003, p. 27).

Desse modo, compreende-se que as Ações Afirmativas, são políticas públicas implementadas pelo governo ou pela iniciativa privada, as quais têm por objetivo, corrigir as desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Cabe aqui mais uma vez, destacar a importância de tais ações, dar visibilidade e tornar essa política efetiva é fundamental para avanços e mudanças da realidade de vida de pessoas negras, principalmente as mulheres que historicamente ocuparam um lugar de invisibilidade.

Diante dos expostos compreende-se que os relatos aqui compartilhados só foram possíveis, por meio de uma ação afirmativa, que colocou como protagonistas duas professoras que ousaram romper com o lugar comum, e ir além, mesmo diante de um contexto onde seus corpos não são visíveis e que cotidianamente é necessário reafirmar o seu lugar. É necessário que, cada vez que as trajetórias sejam relatadas e compartilhadas, visibilizadas, para que realidades sejam mudadas.

CONCLUSÃO

As experiências relatadas demonstram a luta contínua das mulheres negras para serem reconhecidas e respeitadas em espaços de poder e prestígio, tradicionalmente dominados por brancos. Os episódios descritos revelam não apenas os desafios diários enfrentados, mas também a resiliência e a determinação de superar barreiras impostas pelo racismo e pelo preconceito.



A obra de Grada Kilomba (2021) e os ensinamentos de Lélia Gonzalez (2020) são fundamentais para entender a profundidade e a frequência do racismo cotidiano. Essas autoras, juntamente com Megg Rayara (2017), sublinham que o racismo, o sexismo e outros preconceitos funcionam como dispositivos de poder, destinados a excluir e marginalizar corpos negros.

No entanto, as políticas de ações afirmativas oferecem um caminho possível e efetivo para corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão. Essas políticas não apenas garantem o acesso a oportunidades de educação, mas também asseguram que os direitos fundamentais de todos os indivíduos sejam respeitados. Ao compartilhar as trajetórias e experiências de vida das mulheres negras, não apenas reafirmam seu lugar, mas também inspiram mudanças nas realidades sociais, para que cada vez mais, suas presenças sejam reconhecidas e respeitadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED Sara. **Viver uma vida feminista**. 1ª ed. São Paulo, Ubu, 2022.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 3º ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.) São Paulo: Zahar, 2020.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. O debate constitucional sobre ações afirmativas. /n: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs). **Ação Afirmativa - políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOOKS, bell. **Olhares Negros**: raça e representação. 1ª ed. São Paulo, Elefante, 2019.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2007.



KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios do racismo no cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento et al. **Lélia Gonzalez**: relações étnico-raciais e lugares de (re)existências [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/educacao/lelia-gonzalez-relacoes-etnico-raciais-e-lugares-de-re-existencias/catalogo-leliagonzalez-dg-6.pdf/view>. Acesso em: 2 mar. 2026.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existência de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba: Prismas, 2017.

RATTS, Alex. **Eu Sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Imprensa Oficial: São Paulo, 2006.



9

Letícia Rossini Dos Santos Souto

A EXPERIÊNCIA DA PÓS-GRADUAÇÃO COMO ALUNA NEGRA:

**DESAFIOS, RESISTÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES
NO AMBIENTE ACADÊMICO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-690-6.9

Um afetuoso olá para você que pode e que escolheu me ler. Sou a Letícia e fui convidada a escrever sobre como tem sido minha experiência, como mulher negra, que acessa à pós-graduação (mestrado) por meio das ações afirmativas.

Para me apresentar de forma mais completa, julgo ser necessário trazer elementos que vêm antes de meu acesso a essa pós-graduação. Isso porque acredito que muito de minha criação em casa, bem como minha passagem pela graduação, resulta no interesse em aprofundar mais ainda meus conhecimentos, no âmbito acadêmico (nesse caso), mas não somente isso: desejo produzir conhecimento desde um lugar que, muitas vezes, me foi negado.

Minha história em casa, por meio da minha criação, é o que dá início a esse desejo de estar em um curso de pós-graduação, pois tive o privilégio de nascer em uma família em que meus pais, desde cedo, ensinaram-me a questionar e a não ser passiva quanto aos acontecimentos da vida. Eles me mostraram a importância de construir um senso crítico que me fizesse refletir e não ser alheia a tudo que está ao meu redor. Por isso, sempre fui uma menina questionadora, algo que geralmente incomoda as pessoas ao redor. Dessa forma, sempre fui considerada a “menina problema”, que faria as perguntas mais difíceis, que interrogaria decisões (mesmo que de pessoas que tenham o poder de falar sem ser interpelado) e que não aceitaria de forma passiva decisões com as quais não concordasse. Recordo, em relação a isso, que certa vez, em minha adolescência, num local bastante hierarquizado em quaisquer relações, uma pessoa em posição de autoridade proferiu uma frase que ecoa em mim até hoje: “tu ainda vai ter muitos problemas por ser crítica desse jeito”. Ele disse isso porque questionei seus métodos, de forma respeitosa, e influenciei colegas a fazerem o mesmo. E não só isso, mas também percebi posteriormente que o fato dele, uma pessoa branca, ser questionada por uma menina negra, com certeza não o agradou. Assim, não tendo mais o controle e o poder “soberano” de decidir sem que alguém se atravessasse na decisão,



viu-se ameaçado por pessoas que, simplesmente, queriam entender o porquê de suas escolhas.

Entendo, porém, que o senso crítico que venho desenvolvendo desde a infância não se deu sobre os aspectos raciais da minha família e de mim mesma. Por toda a vida, sabia que não poderia ser considerada como uma pessoa branca (apesar de muitas vezes querer muito), mas não conseguia me autodeclarar negra, sendo esse um limbo que sempre me deu uma sensação de não pertencimento a lugar nenhum.

Sou natural de Belém do Pará e minha vinda ao Rio Grande do Sul resultou na aceleração desse processo de me reconhecer como mulher negra. Em meu primeiro contato com uma gaúcha, branca, fui marcada como uma pessoa diferente dela. Ouvi pela primeira vez uma classificação de como minha cor era algo que me caracteriza e me singulariza. A partir de então, passei por vários episódios como esse. Principalmente na escola, local em que a discriminação racial, demarcada na maioria das vezes (erroneamente e com a sutileza do racismo) como apenas um *bullying*, algo natural de crianças. Esse processo de entendimento de minha raça continuou e se concretizou a partir da entrada na graduação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lugar onde me vi diante de conceitos novos sobre o que é ser negro. Foi, principalmente, como fruto da participação da primeira turma do curso de Psicologia que se debruçou sobre o estudo das “Relações étnico-raciais”, e apoiada por uma professora que se autodeclarava como “negra de pele clara” (Rodrigues, 2022), que consegui, enfim, dar um início efetivo e definitivo ao meu processo de racialização, que dura até hoje.

Apesar do início desse processo, foi (e ainda é) a duras penas que consigo elaborar minha racialidade. Percebo que vários dos ambientes que frequento são impeditivos para isso, visto que há um embranquecimento forçado a todo custo nas poucas pessoas negras que habitam esses espaços. Um desses ambientes foi a minha própria



graduação. Apesar de ser uma instituição pública, com diversas ações contra o racismo institucional e várias de suas facetas, percebo elementos diversos que acusam essa falta de mais ações em prol da luta antirracista, assim como a grande maioria (senão todas) as instituições públicas do país. Uma das pistas que justificam essa falta de um maior engajamento contra o racismo, que percebi em minha graduação, foi o fato de que o corpo docente com o qual tive contato, bem como os autores que eles trouxeram a nós são majoritariamente homens brancos, com métodos chamados de “universais”, a partir de um corpo também branco, sem que se leve em conta as singularidades, principalmente em relação ao quesito raça/cor. Lembrando de Guattari e Rolnik (1996, p. 31), temos a seguinte afirmação: “Para mim, os indivíduos são resultado de uma produção de massa. O indivíduo é serializado, registrado, modelado.” Nesse sentido, percebo como o corpo negro continua sendo produzido em massa para as margens da sociedade, sendo apagado e exterminado em sua produção de saber por não seguir esse campo “universal” de métodos científicos que são serializados a partir de corpos padrões.

Durante esse processo da graduação passei, ainda, por alguns acontecimentos que me marcaram como pessoa negra, no sentido de terem decorrido a partir de elementos que envolvem minha raça/cor e resultado em violências de cunho racial. Em um espaço de estágio, que idealmente seria um lugar de proteção aos e às estudantes, enfrentei algumas ações claramente racistas, que me afetaram bastante. Desde ter meu nome e de colegas negras trocados com a justificativa de que éramos muito parecidas (uma grande e bem comum falácia racista), até chamadas de atenção por estar “apagada” em reuniões, apontam para uma das piores experiências racistas por que passei. Apesar dessas “denúncias” sobre meu apagamento, nas diversas reuniões que tínhamos, nunca fui citada ou convocada a falar. Em um lugar onde, em tese, a pauta racista é algo cotidianamente discutido, aliado a pessoas que se dizem engajadas na luta antirracista, é no mínimo contraditório que esse racismo esteja ainda tão entranhado. Porém, estudando



mais sobre o racismo institucional, principalmente em Silvio Almeida (2019) entendo como se dá essa organização contraditória, visto que o racismo está enraizado nas estruturas das instituições sociais e se manifesta não apenas em ações que partem de um só indivíduo, mas é presente em todas as condutas e práticas que perpetuam, no funcionamento cotidiano, de forma sutil ou completamente sólida e visível a discriminação racial.

Ainda sobre experiências da graduação, relembro o episódio de um supervisor de estágio que me cobrava muito além do que cobrava aos colegas brancos, e relaciono ao que Cida Bento (2022) desenvolve, a partir da ideia de pacto narcísico da branquitude, sobre a temática da personalidade autoritária, a qual, na perspectiva etnocentrada, considera suas ideologias e opiniões como o centro de tudo, relegando a quem pensa ou age diferente o status de inimigo. Assim, faz-se necessária a existência desse antagonista, para o qual a raiva e o ressentimento serão projetados. Nesse sentido, ela exemplifica o perfil de um político autoritário branco, que pode ser grosso, violento, machista e racista, justamente pelo fato de que seus apoiadores legitimam seus atos por meio do pacto da branquitude e, além disso, identificam-se com ele em sua maioria e, assim, perpetuam a construção de meios para a garantia de seus privilégios, contanto que sejam semelhantes a eles.

Pensando em todas essas vivências, concluo que elas foram o que me levou a escolher sair da graduação direto para a pós-graduação, a fim de reafirmar meu lugar como pessoa capaz de estar em posições que geralmente não são destinadas a mim. Lembrando de um dos episódios que me marcaram nesse tempo de estágio, foi afirmado sobre a minha participação como estagiária que eu não conseguiria contribuir com nada para os futuros colegas que viriam após mim. Por mais que eu me esforçasse e desse o meu máximo, minha cor impediu que minhas práticas e colaborações fossem legitimadas. Também ouvi diretamente de um supervisor, o qual claramente duvidava de minha capacidade, que “a Letícia da vida



real é completamente diferente da Letícia da escrita”, de forma a anular quaisquer contribuições relevantes que eu poderia trazer aos espaços de estágio, a não ser por meio da escrita (que hoje se vê um pouco mais livre e solta das amarras do racismo, do que em meu próprio corpo, na “vida real”). Sobre esse fato, lembro e me identifico com bell hooks, quando fala sobre a linguagem ser esse lugar de luta e erguer a voz como uma forma de afirmar minha identidade como sujeito, em oposição ao silenciamento e à cultura de dominação. Sobre essa forma de resistência, bell hooks afirma:

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito - a voz liberta (hooks, 2019, p. 38-39).

Dessa forma, constato que o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Por isso, a voz se relaciona a um ato político e empoderado de se afirmar no enfrentamento de disparidades e discriminações de quaisquer ordens. Em meus anos de experiência na graduação, percebi que, surgindo em contraposição ao silenciamento de minorias sociais por grupos privilegiados em espaços de debates públicos, ou mesmo em sala de aula e locais de estágio, falar pode nos auxiliar a compreender como o que expressamos e a forma como o fazemos marcam as relações de poder, reproduzindo, ainda que algumas vezes sem intenção, o racismo, o machismo, o preconceito de classe, entre tantos outros atravessamentos possíveis.

Esses acontecimentos, bem como o contato com algumas pessoas e referenciais teóricos de autoras engajadas em ações coletivas antirracistas, estimularam-me a continuar no meio acadêmico, a fim de ser uma das pequenas faíscas que podem vir a tornar esse espaço mais acessível e menos violento para as pessoas negras que ingressam nesses territórios acadêmicos, muito pouco inclusivo a nós, pessoas negras.



A experiência na pós-graduação iniciou-se no dia da prova: eram três salas repletas de candidatas/os. Havia muitas pessoas negras concorrendo, mas ainda assim o que mais se via eram pessoas brancas. Algumas delas, com as quais convivi na graduação e que, portanto, conhecia seus “feitos” acadêmicos, todos eles sempre muito reconhecidos e valorizados pelas professoras e pelos professores. Saber da possibilidade de entrada no mestrado por meio das ações afirmativas aliviava meus anseios e medos, por perceber que seria um jogo extremamente desigual concorrer com essas pessoas que já eram reconhecidas na universidade. Apesar de, no fim do processo, não ter ingressado por meio das ações afirmativas, embora tenha me inscrito pela reserva, resultado de uma nota que viabilizou meu ingresso nas vagas universais, saber da possibilidade de ser amparada por esse sistema que visa o reparo histórico-social com a população negra do país, resultou em um grande atenuante do medo de não ser capaz de competir com tanta gente branca.

Ao adentrar no mundo da pós-graduação, apesar de toda a ansiedade e medo que isso cause, vi-me, em um primeiro momento, amparada em todos os sentidos. Isso porque consegui estar em um grupo cuja premissa, dentre outras, baseia-se no engajamento na luta antirracista, bem como à leitura contínua de textos de autores e autoras negras, os quais são cotidianamente relegados apenas a aulas de assuntos e temas raciais, sendo esquecidos e apagados em quaisquer outros contextos, normalmente, dentro do meio acadêmico como um todo.

Agora, a questão de ter sido incentivada a vida toda a ser uma pessoa crítica, também me acompanha na pós-graduação e é objeto de uma das minhas diversas curiosidades acadêmicas. Venho refletindo sobre o problema de ser uma pessoa crítica (sendo também negra) num mundo alienado, em que os privilegiados têm uma diversidade de facilidades à sua disposição, propondo-se a manter esse lugar simbólico e material construído no convívio social há muitos anos. Tenho aprendido que a questão aqui é bem mais profunda,



e que demonstra simples e diretamente que quem não está numa margem pré-estabelecida socialmente - como pela questão racial, não consegue (e muitas vezes nem deseja) problematizar. Percebo uma grande falta de compromisso em diversas pessoas com aquilo que não diz respeito a si mesmos, seguindo a lógica neoliberal em que vivemos, a qual, partindo de Hamann (2012), busca a promoção de valores que são orientados pelo mercado em todas as esferas da vida, promovendo a formação de capital humano e empreendedorismo pessoal. Nesse sentido, aqueles que fracassam em conseguir seguir esses preceitos são considerados os próprios culpados, já que são responsáveis por si mesmos. Há, portanto, uma mercantilização da vida e todos os aspectos da existência humana estão relacionados ao mercado, além de produzir sujeitos competitivos, que pensam e agem com vistas às suas próprias produtividades individualistas.

Seguindo essa lógica da produtividade, percebo como as turmas da pós-graduação, num geral, estão repletas de alunas e alunos competitivos, que buscam a promoção pessoal a todo custo. A competitividade está presente, principalmente, no modo de falar, sempre se autopromovendo, expondo sobre como suas pesquisas evoluem muito a cada dia. Atento para o fato de que, assim como na graduação (ou talvez até de forma mais agravada), no mestrado as turmas estão repletas de alunas e alunos brancos tomando a palavra nas aulas, expondo sobre seus feitos e ocupando todo o espaço de fala. Como uma mulher negra, em geral, não me sinto impelida a falar e compartilhar minhas questões, tendo bastante insegurança por achar que não contribuirei com nada. Ao contrário disso, mesmo muitas vezes de fato não contribuindo com nada, os colegas brancos estão completamente à vontade para suas divagações e falas que, muitas vezes, só buscam sua reafirmação.

Retomando a fala de meu supervisor de estágio sobre o que eu escrevo ser diferente do que falo (ou, no caso, não falo), recordo sobre o quanto fiquei pensativa e abalada com essa afirmação. Pensei sobre os vários porquês dessa alegação, tomando-a como verdade



em um primeiro momento. A primeira resposta foi sobre questões de personalidade. Entendia que, para mim, entrar em debates e discussões era extremamente ansiogênico, pelo fato de ser “tímida”. Ao começar a reparar em minhas reuniões e aulas, contudo, percebia que, no geral, quem estava pronto a falar era sempre o aluno ou a aluna brancos. Percebi que essa fala, na verdade, serviu para ratificar a tentativa de apagamento de pensamentos e ideias de pessoas negras, as quais, por sua vez, não têm a mesma permissão que uma pessoa branca para se expressar de qualquer forma. Por isso, o modo que utilizei para barrar esse apagamento culminou na entrada da pós-graduação, a partir de minha escrita que, hoje, considero mais livre que meu corpo para a expressão e manifestação de meus ideais e opiniões.

Audre Lorde (2019), uma de minhas grandes referências de autoras negras, discorre (no capítulo “A transformação do silêncio em linguagem e em ação”) sobre o silenciamento e suas formas de combate a mulheres negras, em especial a ação, e aponta para o ato de falar como esse meio que temos para que os silêncios, que nos imobilizam, sejam quebrados. Assim, escrever, para mim, tem se tornado, nessa nova fase da pós-graduação e recente inserção no mercado de trabalho integrado com o ensino e com a pesquisa, uma forma de verbalizar e compartilhar minhas vivências e de enfrentar todo e qualquer silenciamento e apagamento sobre meu corpo negro. Apesar de ainda estar nesse processo, bem lentamente, percebo como tenho me sentido mais livre para escrever e fazer parte de uma (mesmo que pequena) mudança e quebra de paradigmas de uma academia engessada e centralizada em métodos arcaicos e cheios de normas fixadas por pessoas que são consideradas como padrão na sociedade.

Ainda, assim, estar no mestrado tem sido uma experiência bastante enriquecedora e de amadurecimento, visto que tenho experienciado e observado diversas manifestações da branquitude que corroboram para um dos meus objetivos de pesquisa, o qual visa



analisar quais são os elementos, em relação à questão racial, que visibilizam jogos de verdade nas universidades, auxiliando-nos a questionar sobre seu papel na vida das pessoas.

Pesquisando um pouco sobre características que demarcam o posicionamento de universidades, em relação à temática do racismo, encontrei dados obtidos por Wagner Machado da Silva, técnico administrativo da UFRGS desde 2016, divulgados no Jornal da Universidade, da UFRGS, publicado em, Novembro de 2023, a partir de um censo étnico da referida universidade, mostrando que, dos 2.852 professores efetivos, somente 53 se consideram negros, o que corresponde ao quase insignificante percentual de 1,85%.

Tomando esses dados e partindo de uma Análise Institucional, especialmente em Baremblytt (2002), tem-se o analisador como um papel questionador sobre o que está instituído, ou seja, a percepção de que existem formas diferentes do que é normalizado (nesse caso, a separação de pessoas com base nas diferentes formas de ser, pensar e existir) e a busca por essa ruptura e pela instituição de novos pensamentos e práticas. Perceber, nesse processo de “racialização consciente” que começa na graduação, o fato de que bem menos da metade dos autores e autoras que estudei e dos professores e professoras com quem tive contato são pessoas negras, põe em análise a realidade institucional das universidades que seguem esse padrão, promovendo uma forma de denúncia que quebra e explicita o que está dado.

Tomando como novo ponto de partida a pós-graduação, venho percebendo como é presente e enraizado nas estruturas o epistemicídio da população negra na universidade, que segue tendo como resultado a reprodução de um conhecimento que vem de homens brancos ocidentais de países colonizadores e, ainda assim, dominam o saber científico atual. A esse respeito, presencio como há uma falta de estudo sobre como a branquitude incide sobre o nosso cotidiano e sobre várias pessoas brancas com as quais tenho



tido contato, de forma a estarem constantemente em um estado passivo, no qual têm uma diversidade de facilidades à sua disposição, querendo eles ou não, sem que, inclusive, consigam reconhecer as regalias que possuem. Assim, esse legado da supremacia branca estará presente em suas vidas, mesmo que eles sejam, por exemplo, antirracistas, já que esse lugar simbólico é concreto e construído socialmente há muitos anos. Em contraponto a essa ideia, há o que Bento (2022) denomina como “branquitude crítica”, que é representada pelos indivíduos brancos que são contra o racismo e, na teoria, estariam dispostos a abrir mão de seus privilégios em prol da luta por uma sociedade que combate duramente esse racismo estrutural que dita a relação conflituosa entre brancos e negros. Por outro lado, porém, ela também afirma existir a posição ativa dos brancos que, por meio de seus privilégios, lutam pela manutenção deles, bem como pela sua configuração social de dominância sobre os negros.

Nesse sentido, rememoro frases de colegas brancos e brancas em aulas que envolviam, principalmente, questões de raça. Nas quais, sobre sua branquitude, diziam entender seus lugares de privilégio branco e se incomodar com isso, já que era muito cômodo ocupar essa posição e transmitiam a ideia de não saber se teriam condições de fazer esse movimento no caminho do que Cida Bento (2022) denominou como branquitude crítica. Ao mesmo tempo, destaco sobre como esses mesmos colegas falam de si e de sua dissertação como algo dado, como um sucesso, visto que ela avança aceleradamente em sua pesquisa para sua conclusão, mesmo estando nos primeiros meses da pós-graduação. Nesse sentido, dar fim ao ciclo de privilégios que pessoas brancas receberam como legado e garantia da manutenção dessa supremacia é algo que seria insustentável, visto que é uma herança instituída há muitos anos. Essa herança, inclusive, é vista como mérito das novas gerações, que sentem que fizeram por merecer receber tal presente. Dessa forma, Cida Bento (2022) expõe que esse pacto narcísico da branquitude tem a ver com expulsar, reprimir, apagar e silenciar um passado manchado



pelo sangue de pessoas negras inocentes, exploradas pelos que estavam no poder (os brancos no processo de colonização, por meio da criação de uma identidade em comum, que tinha o negro como contraste), de forma que se suporte o intolerável no coletivo e que sejam extintas memórias que trazem vergonha e sofrimento.

Na busca pela reflexão sobre estar no mestrado em uma universidade pública, percebo como a academia ainda está contaminada pela ideia de que o processo da escrita precisa ser difícil, penosa e sofrida. Tenho estudado bastante sobre a Escrivivência, utilizando como base a autora negra Conceição Evaristo (2020), a qual alega que essa forma de se produzir conhecimento acompanhará os processos que se darão por meio da pesquisa, como lógica de escrita. De maneira a me auxiliar a registrar minha experiência, como forma de resistência a uma produção de saber que é majoritariamente branca, provocando, dessa maneira o que está instituído como universal no fazer científico. Dessa forma, portanto, ao escrever, busco estabelecer a promoção de um fazer cartográfico encarnado pela escrevivência, a fim de mapear/cartografar movimentos sociais de resistência negra dentro dos espaços das universidades públicas, de forma a visibilizar esses movimentos para que, como afirma bell hooks (2019), possamos erguer a voz e desacomodar e incomodar a branquitude, além de ser um meio de enfrentamento do racismo estrutural nos espaços públicos de produção de saber, e de disseminação dos movimentos de resistência que já existem ao criar outros dispositivos que contribuam para intervenções antirracistas na universidade pública.

Dessa forma, ao escrever sobre aspectos que atravessam e marcam o meu corpo, vivencio a experiência da escrevivência e sua beleza ao estar em meu cotidiano e comigo em campo, de forma que eu possa ser transparente e sincera sobre como esse campo possa me afetar. Assim, posso produzir o atrevimento de erguer a voz a partir de meu próprio corpo, sustentando a ideia de que não sigo uma norma



que sustenta a ideia de que sou inadequada e de que posso erguer a voz em contraponto à tentativa de meu silenciamento e apagamento.

Kastrup (2019) indica que o gosto pela problematização e essa criticidade de não estar alheio ao mundo e se importar em problematizar para promover mudança está (num processo continuado, há muito tempo) no compromisso de professores e alunos na UFRGS. Para alguns conservadores, somos os que fazemos balbúrdia. Para mim, somos os responsáveis por perceber o quanto o racismo estrutural, entranhado nas universidades ocidentais, por meio de diversos aspectos, como número reduzido de docentes negros, número ínfimo de referências negras utilizadas em sala de aula, entre outros, continua a produzir o epistemicídio de diversos saberes. No mesmo papel de pessoas “muito críticas”, pessoas brancas são consideradas revolucionárias; pessoas negras, na mesma posição, são consideradas problemáticas e raivosas.

Percebo como, nesse processo de vivenciar a pós-graduação, manter redes de afeto e ambientes seguros para a fala e o amparo, bem como ter pessoas de referência com as quais não precisamos performar um perfil academicista que executa todas as ações com base na lógica da produtividade, é de extrema importância, tanto para a saúde mental como um todo, quanto para que eu, como mulher negra, possa reafirmar meu lugar como essa mulher crítica, que não aceita mais uma posição de subalternidade de colegas que, no fim das contas, têm as mesmas ou até menos qualificação que as minhas. Sobre essa rede de afeto, tomo como parâmetro o que Amanda Raquel da Silva (2020), pesquisadora na área da Antropologia Social/PPGAS-UFRN), a saber:

Afinal, quantas vezes nos dispomos a ouvir as mulheres negras? Ouvir suas trajetórias de vida, seus sonhos, anseios, passado, amores, memória, entre outras coisas. Sei que nunca serão histórias simples ou fáceis, ainda mais porque existem nuances e complexidades nas histórias de todas as mulheres negras que vivem em uma sociedade



racista e por isso, carregam várias ramificações. Todavia, almejo que compartilhem histórias de afetividade dentro e fora dos muros acadêmicos, pois considero que precisamos disso como também uma estratégia de sobrevivência (Silva, 2020, p. 3).

A esse respeito, não poderia deixar de mencionar o espaço afetivo que venho compartilhado com colegas da pós-graduação, chamado Coletivo bell hooks. Esse é o lugar em que podemos vivenciar esse momento singular, de forma a nos ajudar a passar por momentos bons e ruins. Percebo como esse é um grupo em que me sinto completamente autorizada e à vontade para me expressar, sem que haja quaisquer julgamentos ou silenciamento, de maneira que eu possa me desvincular da ideia enraizada por meio do racismo estrutural de que eu não possa contribuir com a produção de conhecimento, e tudo isso de forma leve e compassiva.

Minha investigação sobre como o racismo opera na produção de subjetividades desde as relações institucionais nas universidades públicas e como erguer a voz para transformar essa realidade é algo amplamente amparado e sustentado por esse grupo. Me inspiro nas mulheres de diversas cores, diversos corpos e diversas opiniões. Todas que de alguma forma ergueram suas vozes, com o objetivo de trazer à tona elementos apagados, esquecidos ou desconsiderados, que dizem respeito à história, memória e cultura de diversos grupos contra hegemônicos. Assim, por meio de embasamento em autoras negras que tanto admiramos (e que a academia, na maioria das vezes, ignora), acredito que buscamos, com nossos variados projetos de pesquisa e modos de ser e pensar, justamente produzir intervenções, por meio da atuação em dispositivos políticos, dentro da academia, que lutem contra a naturalização das desigualdades sociais, raciais de gênero, dentre tantas outras.

Por fim, compartilho minha inquietação ao refletir sobre qual o meu papel, como psicóloga social negra na academia: será que se relaciona com a implementação de políticas que incluam o estudo



de referenciais teóricos pretos na universidade? Será que poderia ser investigar as formas como o racismo afeta a todos nos espaços acadêmicos, seja por exclusão social, seja por descaso e abandono? Como será que meu corpo se afetará com toda essa pressão que o enfrentamento antirracista incide sobre ele? É possível mapear ações de resistências coletivas de combate ao racismo, e ao sexismo, e ao machismo dentro da universidade?

É algo curioso, mas cada vez que estudo e me aprofundo nessas e em tantas outras questões, mais tenho certeza de que estou no lugar certo. Produzir conhecimento, tenho percebido, vai muito além do que apenas oferecer respostas: é sobre se questionar, se movimentar e se perceber em um lugar diferente do que sempre foi ofertado a nós. Acredito, além disso, que as perguntas são propulsionadoras de ideias, inovações, produção de saber e pensamento crítico para entender que tudo o que está instituído o é por alguma razão que, em minha experiência, tem valido muito a pena tentar entender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.

BAREMBLITT, Gregório Franklin. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. 5. ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed., Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.



HAMANN, Trent. **Neoliberalismo, governamentalidade e ética**. São Paulo: Ecolítica, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/12910>. Acesso: 10 dez. 2025.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

KASTRUP, Virgínia. **A atenção cartográfica e o gosto pelos problemas**. Revista Polis e Psique, v. 9, p. 99-106, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/97450> . Acesso: 10 dez. 2025.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

RODRIGUES, Luciana. Negra de pele clara: embranquecimento e afirmação da negritude no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, p. 1-13, 2022.

SILVA, Amanda Raquel da. A produção afetiva e o cuidado de si: saúde, corpo e sexualidade. **Encontro Anual da ANPOCS**, 44, 2020.

SILVA, Wagner Machado. Onde estão os professores negros da UFRGS? **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 16 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/onde-estao-os-professores-negros-da-ufrgs/>. Acesso em: 01 Ago. 2023.



10

Sofia Castro Teixeira

BATI NA PORTA POR MUITO TEMPO HOJE EU ARROMBO:

NARRATIVA DE UMA PESQUISADORA INSURGENTE

INTRODUÇÃO

Quão difícil é escrever sobre você, quando se é socializada entendendo que o outro sabe mais sobre sua essência do que qualquer outra pessoa? O quanto dói se compreender enquanto um ser que não se sente completo, pois lhe falta aquilo que é essencial para se reconhecer enquanto sujeito, a sua humanidade. Esses questionamentos perduraram (e talvez ainda perdurem) por minha existência enquanto uma mulher negra. Nasci em uma família acidentalmente inter-racial, digo acidentalmente porque apesar de toda a educação racista que minha avó ensinou à minha mãe, ainda sim ela se casou com o “preto” que minha vó tanto repudiou. E sua neta, acidentalmente nasceu “mulata”, objeto de amor e ódio por ela, amor fraterno de avó, e ódio indolente de racista devido à sua cor. Minha vó foi quem me criou, ela me ensinou que pessoas como eu tinham que ser educadas pois “já não basta ser preto... ser mal-educada ainda”? Seus ensinamentos eram tentativas de me tornar o mais branca possível, como diz o ditado: “ela é tão educada que até parece branca”.

E nesse ambiente fui crescendo desde muito nova, ensinada a sonhar, um sonho com limites, pois não poderia passar de completar o ensino médio. Faculdade, ainda mais federal, era coisa de “gente inteligente”, e eu com certeza não passaria, pois, conhecimento, preto não tem.

E assim fui desacreditada de mim e de meu futuro. Se a Sofia de hoje, encontrasse a Sofia de 8 anos e falasse à ela onde ela chegaria, seria uma grande surpresa para ela. Sonhar viver mais dos 20 anos, nos pensamentos mais otimistas daquela pequena Sofia ousaria sonhar. Quicá imaginar que hoje, aos 24 anos, concluí o ensino médio, fiz faculdade, especialização e curso mestrado. Ela acharia que seria uma boa piada.



Curioso é que minhas memórias são fragmentadas, não consigo construir uma história linear de minha trajetória, é como se em algum momento, eu houvesse jogado de um prédio muito alto, tão alto, que o espelho se partiu em pequenos pedaços, alguns um pouco maiores mais ainda sim, quebrados.

Falando em quebrado, eu até pouco tempo me via dessa forma, cheguei no consultório de minha psicóloga apontando o seguinte argumento “eu sou louca”. E nessa percepção de loucura eu me afundei, não estava dentro da normalidade, me sentia insegura nos espaços que ocupava, me sentia não pertencente em nenhum local, era como se eu me sentisse a protagonista de um filme fragmentado. Com o tempo, fui entendendo que a fragmentação era a resposta mais fácil para compreender a complexidade de ser uma mulher negra, que em diversos espaços não eram construídos para mim, por isso eu sentia que não me pertenciam.

Foi na literatura que busquei ajuda, pois sempre fui apaixonada por ler. Lembro que foi nela que aprendi a construir a solidão, até hoje me recordo do primeiro livro lido “menina bonita do laço de fita”, ler e reler aquele livro era como se eu abarcasse um universo mágico, onde eu poderia ser amada, e aceita.

Atualmente, utilizo dos livros para ter conversas com o meu Id, Ego e Superego, como se construísse uma autoterapia, pois existem espaços que desencadeiam gatilhos, e para mim um desses sempre foi a sala de aula, e os livros eram meus refúgios. Gosto de um trecho, da bell hooks, que ela cita seu amor pelos livros, me sinto em um café conversando com ela acenando com a cabeça e concordando, como uma amiga da afirmação dela:

se não pudéssemos fazer mais nada, se por algum motivo a leitura fosse a única atividade possível, isso seria suficiente para fazer a vida valer a pena, porque os livros podem ter uma função terapêutica e transformadora. Particularmente, não tenho dúvidas a respeito disso, pois



a leitura sempre teve esse importante papel em minha vida. Alguns textos nos fazem reviver memórias impressas em nosso corpo e espírito e, dessa maneira, têm o poder de nos transformar e curar (hooks, 2021, p. 8).

Esse trecho me faz pensar o quanto o processo de me entender uma amante da leitura foi importante para mim. Ler autoras negras, me fizeram fortificar dentro dos espaços em que ocupei e estive presente, foram o alicerce para que hoje eu pudesse almejar, escrever para congressos, eventos, revistas, sem receio, é como se fossem a bala da arma estivesse engatilhada. Mesmo me construindo e solidificando é difícil. O trajeto e a trilha são construídos passo a passo, e nem sempre com os recursos necessários para desbravar todo esse caminho,

E assim os questionamentos não deixam de vir: O quanto custa, ser um corpo negro? O quanto me custou não desistir e o quanto pode me custar continuar? São algumas indagações que permeiam meus pensamentos mais intrusivos. Às vezes gosto de imaginar, o que outras mulheres negras fariam no meu local (como em um esquete de “Todo mundo odeia o Cris”¹ em que o personagem Julius pergunta, para seu filho Cris o que teria acontecido se personalidades negras tivessem desistido): O que teria acontecido se Lélia Gonzales tivesse desistido? O que teria acontecido se Tereza de Benguela tivesse desistido? Dandara, Beatriz Nascimento, e tantas outras.

Às vezes, não me sinto forte e com todo o conhecimento dessas mulheres, mas sei que carrego um pouco delas dentro de mim. Vivo em um momento histórico no qual desfruto das conquistas históricas que essas e tantas outras lutaram para que os nossos pudessem ter, e ser. Sou uma construção da lei de cotas, e com construção digo do local de uma mulher que adentrou o ensino superior por meio dessas, e que aos poucos foi compreendendo um mundo para além da Vila Esperança que somente conhecia.

1 No original Everybody Hates Chris (2005-2009), é uma série de TV americana criada por Chris Rock e Ali LeRoi.



E essa neguinha, foi se construindo, e se fortificando, pois na selva de pedra que a academia é, permanece dentro desse espaço quem conseguem improvisar um colete a prova de balas, e o meu foi construindo por meio do conhecimento. O primeiro PIBIC² a gente nunca esquece, ainda mais sendo bolsista de ação afirmativa, a importância da sua ocupação e de tantos outros iguais dentro do espaço de pesquisa. Foi nesse contexto que me apaixonei, por um texto que nunca mais esqueci “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (Gonzalez, 2021). Nunca esqueço minha reação “- Como pode alguém saber mais de mim do que eu?”, ainda ingênua não sabia que o buraco era bem mais embaixo do que já conhecia.

As mesmas conversas que tive com bell, vim a ter com Lélia. Mas sua potência me trazia um conhecimento que me fazia desejar mais, e cada vez mais. Eu me apeguei afetivamente à sua obra, diálogo e lembro de seus dizeres:

Mas sobretudo a mulher negra anônimo sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência nos transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mais ainda porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel, apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder (Gonzalez, 2021, p. 55).

E assim, fui devorando e me inspirando nos dizeres, biografia e bibliografia da Lélia. Gosto sempre de falar dela, pois ela foi minha mentora, não pude ter ela presente, mas sua orientação é evidente em minha jornada. A partir de seus livros, fui me debruçando em outros autores e autoras que apareciam em sua obra e assim foi construído meu primeiro relatório final de PIBIC, no qual tive a responsabilidade



de analisar projetos sociais. Ao final do relatório, todas as minhas referências bibliográficas de autores negros e autoras negras, infelizmente foram retiradas por minha orientadora e somente deixadas as referências de autores brancos.

Isso não me impediu de permanecer lendo, citando e estudando autores e autoras negros. Eu buscava em suas referências mais autores para poder me dedicar à leitura, pois dentro de minha área, o Serviço Social, era evidente o silenciamento.

Após isso, a neguinha aqui (que sempre foi atrevida, pois aprendeu muito bem com a sua mentora Lélia), escreveu seu projeto para o segundo PIBIC “Preciosas: a importância do acesso à educação para a emancipação de mulheres negras”. Ousada, apresentei o projeto à minha professora, que no momento informou estar interessada pelo debate, e efetivamente, depois de alguns ajustes reformulou o projeto e enfiou o termo “mulher negra” no título para ter algum tipo de debate sobre. O que inicialmente era um debate sobre o acesso à política de educação, tornou-se um debate ampliado sobre acesso a políticas públicas e assim eu pude navegar no mar de autores negros para debater a questão étnico racial. Para minha surpresa (provavelmente devido a minha ingenuidade, pois experiências anteriores não apresentaram um cenário otimista), as referências bibliográficas negras foram suprimidas do relatório final, e foi deixado um Octavio Ianni aqui e um Florestan Fernandes acolá para debater essas questões.

Foi dentro desse contexto que os meus sentimentos de raiva foram canalizados para movimentos sociais. Fui para o movimento cheia de ódio e sede de luta por um mundo melhor pelos nossos, mas foi também no movimento social que levei compreendi que discurso é luta e percebi que mesmo ali, o silenciamento acontecia. O espaço universitário era epistemicida e o espaço de militância era silenciador.



Entre esses encontros e desencontros não deixei de aqui-lombar, saber que não estava sozinha e que a luta é o que fortalece. Sempre penso em uma analogia com um ringue, quem está nele em determinadas situações sou eu, mas quando eu subo, dezenas de outras mulheres negras, assim como eu, esperam a minha vitória.

Entrei em um grupo de estudantes negros e bolsistas da uni-versidade a qual eu estudava, foi um grupo de suma importância para eu trocar conhecimentos e, principalmente, entender que ocupar, resistir, tencionar as estruturas hegemônicas é REVOLUCIONÁRIO.

A academia é assim: a gente entra, mas para permanecer é outra história. Para resistir, utilizei o PROUNI, sendo bolsista 100% em uma universidade privada, mas ter adentrado lá, foi o menor dos leões que enfrentei. A permanência é extremamente dificultada, a branquitude tenta te roubar tudo, seu brilho no olho, sua alegria, sua experiência, lembro de minhas muitas reflexões sentada nas cadei-ras do Diretório Central dos Estudantes lendo Grada Kilomba:

Poderíamos dizer que no mundo conceitual branco é como se o inconsciente coletivo das pessoas Negras fosse pré-programado para a alienação, decepção e trauma psíquico, uma vez que as imagens da Negritude às quais somos confrontados(as) não são nem realistas nem grati-ficantes. Que grande alienação ser forçado/a identificar-se com heróis brancos e rejeitar inimigos que aparecem como Negros. Que decepção, sermos forçados(as) a olhar para nós mesmos(as) como se estivéssemos no lugar deles(as). Que dor, estar preso(a) nesta ordem colonial. Esta deveria ser nossa preocupação. Não deveríamos nos preocupar com o sujeito branco no colonialismo, mas sim com o fato de o sujeito Negro sempre ser forçado a desenvolver uma relação consigo mesmo(a) através da presença alienante do outro branco (Hall, 1996). Sempre colocado como 'Outro', nunca como 'self' (Kilomba, 2021, p. 33).

Como não olhar, aqueles blocos lotados de pessoas tão dife-rentes de mim? Os olhares de choque, medo, ou até mesmo desprezo



aos quais a mim eram direcionados. “E não sou eu humana?”, sempre me questionava.

Enquanto estive dentro da universidade, tentei participar de todas as atividades que tinham significado e eram do meu interesse, sempre pensando na importância de reivindicarmos adentrar esse debate em um ambiente acadêmico, que não foi pensado por e para nós. Não tivemos voz durante muito tempo, mas chegou o momento de dar um basta e nos tomarmos protagonistas, e sempre reivindicando, pois, o MOVIMENTO NEGRO é EDUCADOR. Lembro do fôlego que a Professora Nilma Lino Gomes nos dá:

Se não fosse à luta do movimento negro nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as tensões, os desafios e os limites-, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas (Gomes, 2017, p. 6).

Adentrando o movimento negro, compreendia a importância de construir nosso pertencimento e nossa identidade no espaço acadêmico, a partir de uma perspectiva de reivindicar nosso espaço, com a nossa epistemologia, pois nosso conhecimento não foi reconhecido como ciência, como tecnologia e como teoria. Gosto de reivindicar que esse projeto epistemicida não nos deixou em um local passivo, reivindicamos nosso protagonismo como autores e autoras de nossas histórias e teorias sociais. Ocupamos esse espaço para reivindicar nosso pertencimento e dizer que: CHEGA DE EPISTEMICÍDIO.

Penso que, independente da construção da academia, seja ela de poder, ideológica ou hegemônica, nós estamos aqui para tensionar esse espaço de disputa, pois é com muita luta que hoje podemos estar aqui, sejamos nós classe trabalhadora, sejamos nós



corpos pretos e sejamos nós mulheres. Estamos transformando esse espaço com nossas epistemologias amefricanas.

Penso que a trilha que foi construída por tantos atores do movimento negro, principalmente na luta por políticas afirmativas, que equiparassem o acesso de pessoas negras à universidade, pode ser identificada quando olhamos para os lados. Ainda não encontramos, uma turma cujo a maioria dos estudantes sejam negros, porém já podemos identificar que em alguns cursos temos um quantitativo muito maior de negros, se comparado às turmas anteriores

Dentro desse cenário, penso a importância de ser insurgente, como aprendi com Lélia, que me ensinou que a maior arma que podemos portar para avançar é o conhecimento e a canalização da nossa raiva para horizontalizar conquistas. Minha história é a história de muitas Lélías, Dandaras, Terezas, Suelis e tantas outras mulheres que ousaram e ousam sonhar.

Impossível não pensar o quanto os atravessamentos das histórias de muitas mulheres negras, seja no âmbito acadêmico, militante ou até mesmo dentro das relações sociais. Os legados dessas mulheres atravessam as nossas histórias, enquanto mulheres negras. São apontados caminhos, indicados espaços, criadas teorias, conceitos que dão materialidade à nossa identidade. Todas essas mulheres nos inspiram a ser protagonistas de nossas histórias.

É dentro desse universo que socializamos, entendemos que para além de nossas vilas, ocupações ou favelas, tem um mundo todo a ser explorado e todas temos o direito de conhecer, adentrar e sonhar nesses locais para nós. Salve Lélia! Salve bell! Salve Dandara! Salve todas nós! Seguimos!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALES, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.) São Paulo: Zahar. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios do racismo no cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

11

Genecir dos Santos Barreto Josviak

RESISTÊNCIA E CONQUISTA:

**A JORNADA DE UMA EDUCADORA
NEGRA NA BUSCA POR INCLUSÃO
E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-690-6.11

INTRODUÇÃO

Meu nome é Genecir dos Santos Barreto Josviak. Sou mulher negra, 42 anos, esposa, mãe e professora. Nasci em Matelândia - Paraná. Meus pais são oriundos do Município de Diamante D’oeste, mas grande parte de suas vivências foram na área rural. Viemos para Curitiba no ano de 2001 em busca de emprego e melhores condições de vida. Tenho mais quatro irmãos, uma família humilde, unida e esforçada; meus pais não conseguiram concluir o Ensino Médio, mas sempre nos incentivaram e apoiaram na medida do possível para que pudéssemos estar próximos da escola. Quando criança, jamais imaginei que seria possível cursar uma graduação, devido a nossa condição financeira. Quando iniciei meus estudos, percebi discriminação e o racismo de alguns colegas e professores, por meio da fala e dos comportamentos que tinham para comigo. Cursei o ensino fundamental no município de Diamante D’ Oeste e o último ano do ensino médio, em Curitiba. As experiências vivenciadas no período de escolarização me mostraram que seguir estudando, não seria uma prioridade para minha vida, pois teria que trabalhar, para compor a renda da família.

Entre as faxinas e trabalhos em “casa de famílias” e o trabalho como babá e cuidadora de idoso, consegui concluir o ensino médio. Após a conclusão do ensino médio, fui em busca de um trabalho, com registro em carteira, pois até então todos os trabalhos eram informais. No ano de 2002, após uma seleção consegui um trabalho em uma empresa multinacional, fábrica de chocolate e bebidas em pó, na qual permaneci trabalhando por onze anos. Esse trabalho, embora exaustivo, me proporcionou olhar para minha realidade enquanto pessoa negra e vislumbrar alguns sonhos possíveis dentro de minha realidade de operária. Foi então que mesmo trabalhando, entendi que era possível fazer um curso técnico e sonha em ascender socialmente.



Com muito esforço, consegui concluir no ano de 2008 o curso de Técnico em Química, oferecido pelo Centro Estadual de Educação Profissional – CEEP. O desejo por estudar sempre esteve presente em minha vida, entretanto o trabalho sempre foi o meio pelo qual, me possibilitou compor a renda e sonhar em um dia com uma condição financeira e social melhor. Estudar em uma Universidade Federal, sempre foi um sonho, porém impossível no imaginário de minha família, mas no ano de 2009, isso se tornou real em minha vida, por meio da política pública de ações afirmativas da Universidade Federal do Paraná, fui aprovada no vestibular no curso de Pedagogia. Mais uma vez, entre o trabalho na fábrica e a graduação estava eu, impossibilitada de sair do trabalho e se dedicar exclusivamente à graduação, pois era o meio financeiro que me possibilita realizar o curso.

Durante a graduação em Pedagogia, não participei de nenhum projeto de iniciação científica ou projeto de pesquisa, pois a carga horária do trabalho não me possibilitava tal atividade. No ano de 2013 fui aprovada no concurso para Educador social e de Professora, no município de São José dos Pinhais, só então foi possível, deixar o trabalho da fábrica e assumir a vaga de Educador Social, na qual permaneci por três anos e meio e no ano de 2017 assumi a vaga de Professora.

DO CUIDADO À TRANSFORMAÇÃO: AS EXPERIÊNCIA DE UMA EDUCADORA SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ANTIRRACISTA

Minha carreira como Educadora Social teve início em 2014, no Cmei Ivone Nester Ravaglio em São José dos Pinhais, trabalhando com bebês e crianças bem pequenas, descobri uma grande paixão



por eles. Neste início, a busca por qualidade no acolhimento destas crianças sempre foi minha prioridade, respeitando-os enquanto sujeitos de direitos. Portanto fui em busca de qualificação e realizei os cursos de extensão, Educação Especial e Inclusão, e outros cursos de formação continuada ofertados pela secretaria de educação do município de São José dos Pinhais, que me auxiliaram muito na prática no cotidiano com as crianças.

No ano de 2017, fui nomeada e assumi o cargo de professora no mesmo município, pude ver de perto o racismo velado, não que ele não existisse antes, mas pude percebê-lo mais evidente quando ocupei um lugar de protagonismo, pois até então como alguém que só “cuidava” não chamava a atenção. A partir de então, compreendi o racismo, que a sociedade preconceituosa não teme em explicitar, por meio de falas e comportamentos por eles naturalizados, mas por nós negros facilmente perceptíveis, tive a triste experiência de ouvir: “Esse lugar não é pra você”, “Se você conseguiu chegar a esta posição (atendimento especializado de crianças com necessidades especiais), seria um passo muito grande na sua vida”. Então, compreendi que seria desafiador ocupar esse lugar, colocar em prática a profissão professora e fazer a diferença na vida dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, planejando propostas, com um olhar humanizador inclusivo, respeitando a diversidade para todas as crianças. Porém, não parei, fui em busca de formação que me possibilitasse a ser agir de forma diferente das que vivenciei, fui em busca do curso de pós-graduação de Neuropsicopedagogia. A formação em Neuropsicopedagogia me permitiu perceber que a relação de afeto e acolhimento é fundamental para promover interações e construir relacionamentos interpessoais positivos, tanto no desenvolvimento das crianças quanto no crescimento profissional do educador envolvido nesse processo. portanto, não paro e estou sempre em busca de formação que me possibilite olhar para além do que está posto pela sociedade excludente e preconceituosa.



Hoje, integro o quadro pedagógico da Secretaria de Educação do município de São José dos Pinhais, como assessora pedagógica, no Departamento de Educação Infantil. Outro ponto importante que me faz querer estar preparada e continuar estudando, principalmente a temática da área da diversidade étnico-racial, pois no município de São José dos Pinhais, pouquíssimas vezes, foram os momentos em que se pensou em formação para professoras/es, sobre os temas relacionados à diversidade. Visto que é um município marcado pela colonização europeia e sua divisão em colônias evidencia essa característica de apagamento da cultura e da população africana e afro-brasileira, presentes na constituição do município.

No ano de 2021 participei do curso pré-pós, uma ação promovida pelo NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) e Sipad-UFPR, o que me possibilitou ampliar meus conhecimentos e também me preparar para o processo de seleção de mestrado. Participei também de um curso promovido pelo Neabi- UFAC, cujo tema é o “Racismo e Antirracismo na Educação Infantil”, e resultou na publicação de um capítulo, no livro “Racismo e Antirracismo nas Infâncias” publicado em julho de 2023, pelo Neabi- UFAC, onde participo como co-autora em um dos capítulos. A participação neste curso veio ao encontro daquilo que sempre almejei estudar e promover uma educação inclusiva e antirracistas desde a primeira infância. Por meio do curso, pude perceber algumas conquistas e fortalecimentos obtidos por meio da nossa luta antirracista, mas também como as histórias se cruzam ao longo da vida, um movimento de luta e resistência do povo negro.

No ano de 2023, tive o privilégio de participar do III Seminário Pretas Acadêmicas: Pesquisadoras pretas na Academia, promovido pela UFPR, nesse evento também apresentei o resumo do pré-projeto de pesquisa: “Ascensão social dos docentes negros e Negras da Educação Infantil de São José dos Pinhais”. Era apenas um sonho, que surgiu após o curso preparatório pré-pós, foi um momento de muito aprendizado e troca experiências coletivas que me possibilitou



continuar sonhando com o mestrado. Outro momento inspirador foi o Congresso de Brasileiro de Pesquisadoras/es Negras/os da Região Sul (COPENE-Sul), no qual tive o privilégio de participar e também apresentar os resultados de uma prática de formação realizada, agora como formadora da Secretaria de Educação: "Criança e diversidade como percurso formativo". Assim, quero me manter sempre estudando, pesquisando nessa área, no intuito de colaborar para uma educação de qualidade e equidade em nosso país, iniciando pelo município de São José dos Pinhais, onde hoje atuo como professora, e tenho a vivência de como é difícil, esse percurso, mas, porém, sem nunca desistir.

CONCLUSÃO

Minha jornada como educadora social e professora é marcada por desafios, conquistas e um compromisso inabalável com a promoção da diversidade e da equidade na educação. Desde as minhas origens humildes em Matelândia até minha atual posição como assessora pedagógica em São José dos Pinhais, cada etapa da minha vida tem sido um testemunho da importância do esforço, da resistência e da busca contínua por conhecimento.

As experiências de discriminação e racismo que vivenciei desde a infância moldaram minha autodeterminação, resistência e resiliência em transformar o ambiente educacional em que atuo. Por meio das formações e participação em congressos e seminários relacionados à diversidade, me possibilitou aprimorar minhas práticas enquanto professora e entender mais profundamente as necessidades do contexto educacional e também me desenvolver enquanto profissional.

Hoje, ao integrar o Departamento de Educação Infantil da Secretaria de Educação de São José dos Pinhais, estou comprometida



em promover uma educação inclusiva e equitativa. Reconheço que, em um município com uma forte herança colonial, a promoção de temas como a diversidade é essencial para garantir que todas as crianças e educadores se sintam valorizados e respeitados.

Olho para o futuro com a certeza de que a educação é uma ferramenta poderosa para a transformação social. Continuarei investindo em minha formação e pesquisa para enfrentar os desafios da educação com uma visão crítica e inovadora. Meu objetivo é colaborar para uma educação de qualidade que promova a justiça e a inclusão, e que faça a diferença na vida das crianças e comunidades que atendemos. Com cada passo, cada estudo e cada experiência, estou mais determinada a contribuir para um futuro mais justo e igualitário, iniciando por São José dos Pinhais e ampliando seu impacto para além das fronteiras do município.



12

Carine Maria Cabral Costa

ESCREVIVÊNCIAS PARA PENSAR OS EFEITOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA EXPERIÊNCIA DE UMA GURIA PRETA E DOCENTE

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-690-6.12

INTRODUÇÃO

Venho me apropriando da cartografia como metodologia, conforme proposta por Bruna Battistelli, que me incentiva a caminhar por um cume acadêmico no qual seja possível registrar epistemologias negras quanto produção de conhecimento e análise científica. Duas possibilidades me mobilizam a escrever por meio de cartas. A primeira diz respeito aos contextos históricos ainda que não com a mesma evidência de mulheres negras como Luísa Mahin, que, em 1853, dirigiu-se a Dom Pedro II denunciando os maus-tratos infligidos à população negra escravizada. E também de Esperança Garcia que trazia as mesmas reivindicações além de solicitar sua retomada ao convívio familiar. Assim trago as cartas e a escrevivência quanto estratégia de uma escrita política, identitária e ferramenta epistemológica. Assim incube Conceição Evaristo em designar que nossa escrevivência não é narrativa e adormecer a branquitude. Que os acordemos de seu sono esplêndido. Arranhado de privilégios meritocráticos e de ameaçarem suas expectativas. A segunda refere-se à potência das cartas enquanto também dispositivo de interação afetiva.

Essa escolha também se ancora na fala de uma mulher negra, mãe, avó, semianalfabeta, que expressa sua angústia diante das transformações nas relações humanas provocadas pelo uso exacerbado dos celulares: “Ninguém mais escreve uma carta pra gente”, diz ela, registrando a percepção de que esse meio de comunicação, a carta, era mais eficaz nas interações que se propunha a estabelecer. Nani, assim a chamo, minha sogra, aos domingos nos envolve com suas memórias, ricas por seu caráter educativo, ainda que marcadas por ausências, por faltas, inúmeras delas, talvez todas as faltas humanas possíveis. É a partir desse lugar que escrevo.



CARTA AO MEU PAI

Pai,

Te escrevo para contar algumas linhas de minhas viagens. Queria te contar um pedacinho do como venho me constituindo como uma guria preta que mora em Joinville e que além de mes-tranda em educação sou mais um tanto de outras coisas.

Vou me apresentar. Prazer, meu nome é Carine Cabral, adicionei um Costa vindo de meu matrimônio, mas gosto de me retratar como Cabral. Justificando minha preferência, por referenciar ao meu pai, me sinto acompanhada por essa ancestralidade, como se ele se fizesse presente e me envolve-se em uma proteção educadora, a mesma que me possibilitou formular um caráter de identidade quanto ao meu gênero e raça.

Papai era didático, apropriava-se de marcadores sociais e traçava suas análises sociais de o que ensinar? de como ensina? e para quem ensinar? Pai de uma menina negra e um adolescente branco, dados que justificavam sua didática. Eu sou Carine Cabral e estou Carine Cabral Costa. Sou gerada em Curitiba, criada por Joinville e curiosamente minha relação com essa cidade pôde ser identificada por uma motorista de aplicativo de carona¹.

A motorista, durante o trajeto, demonstrou-se uma boa ouvinte. Com suas pulseiras de miçanga, óculos extravagantes e brancos, cabelos curtos e descoloridos, branca, leve cheiro de cravo no carro, penduricalhos infantis. Eu, a considerei ser uma sacerdotisa. O ambiente era acolhedor e propiciou uma conversa profunda, me chamando a ter uma regressão, dessas que buscamos trazer nas memórias vivências

¹ Rotina semanal do qual faço uso de aplicativos de caronas possibilitando o deslocamento de Joinville à Curitiba, especificamente nas quartas-feiras, garantindo minha participação nas aulas de pós-graduação.

passadas que possam justificar reflexões atuais. Conversamos sobre matrimônio, filhos, sonhos, buscas financeiras, amparo familiar etc. Falamos de maternidade, e identificamos nossa familiaridade – filhos. Ambas temos meninas, adolescentes, cancerianas de 13 anos. Vimos o quanto a maternidade nos impulsiona desvendar personalidades das quais nunca havíamos imaginado. O quanto organizamos um futuro confortável, nos desestabilizando, ou ao ver de maneira positiva, nos movendo, ambas, para Curitiba. E o que me vinha à cabeça era o texto que o professor Paulo Vinícius² havia solicitado leitura e que eu não havia terminado de ler, Aimé Césaire (2006):

A prova é que hoje os nativos da África ou Ásia reivindicam escolas, e a Europa colonizadora as nega; é o homem africano que solicita portos e estradas, e a Europa colonizadora raciona; é o colonizado quem quer ir adiante, é o colonizador o que o mantém atrasado (p. 36).

Durante a conversa, ela apontou uma característica similar à de sua filha: “Carine, minha filha é igual a você?” Eu logo sabia sobre o que ela se referia, não queria ser grosseira, e investir na conversa para que ela identificasse a identidade de sua filha. Nossa motivação tinha gênero e raça. Eu com Maria, e ela (motorista) com Malu. E meu cérebro desinteressado, me traziam na memória as falas da professora Megg Rayara e Akotirene (2019): “É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (p. 24).

Então me abriu uma questão: crianças negras, filhas de pais brancos, podem ter maiores garantias de acessibilidade? Será que Rose já teve contato com bell hooks? Será que ela sabe o poder que a construção da autoestima de meninas pretas está intrinsecamente ligada à construção da sua identidade? Será que ela sabe que cabelos crespos não podem ser desembaraçados a seco? Será que ela consegue fazer leituras sociais racistas das quais ela precise proteger



sua Malu? Será que ela, quanto mulher branca, utiliza “Lugar de fala” (Djamila Ribeiro, 2019)?

Mas gostei de saber que a filha que ela me contava a história de maneira afetuosa e delicada, em ser adotada, preta, que a mãe biológica usuária de droga, que ela havia feito o parto no carro, e receberá o nome por conta de ser uma noite de lua cheia- era preta, assim como eu. Essa mulher não só me enxergava, ela me via e via a filha dela em mim.

Malu teve a sorte de saber muito mais que eu de sua história, e que ela ainda é vivente. Rose que trouxe um novo questionamento e que consegui ler em sua fisionomia muita preocupação: “Carine, como você soube que era adotiva?” Fiz todo o relato a ela. E questionei como foi o de Malu, por acreditar que teria sido algo simples e natural como foi o meu. Rose me contou com muita aflição que ainda não havia tido essa conversa com Malu e irá esperar para quando terminar o Ensino Médio, não quer que Malu acabe sofrendo e atinja os estudos. Pronto, ali estavam muitas das respostas dos questionamentos que eu havia feito.

Rose identifica a racionalidade de Malu, mas não sua negritude (Neusa Santos Souza, 2021). Assim como Fanon (1952) identifica o racismo não sendo um problema restrito a pessoas negras, e sim a uma toda sociedade. Colocando essa violência como um ato de desumanização do outro e, consequentemente, a negação de sua própria humanidade.

Malu tem Rose como reflexo de uma identidade que não lhe cabe. Ou será que preenche? Não seria óbvio Malu já saber que é adotiva por ser negra? Não é óbvio a Malu saber que se é negra? Ou a Rose acredita que é preciso que ela o diga? O óbvio constatado por mim já na infância, traçados de maneira a violentar um “eu” ainda a se constituir, podem não terem sido marcadores existentes na vida de Malu e Rose. Fico aliviada por Malu. Mas ficou perceptível



as angústias de Rose. E ela deixou claro que havia um plano a ser seguido. Toda proteção materna para que não viesse a desfocar Malu dos estudos. A meta era alcançar o ensino médio. E ela me contava seu segredo com a voz embargada. Sabia que ao compartilhar aquilo não era mais seu, eu seria sua aliada. Assim como os membros da família de Rose que optaram por respeitar as escolhas da mãe. E seu ex-marido, pai de seus filhos biológicos, todos homens, que aceitou registrar Malu em prol desse amor. Não, eu não tinha nada a ver com aquilo. Mas tudo aquilo me soava tão particular.

Rose, me propôs a filosofar sobre gratidão, observando a linda paisagem trazida pela Serra, que nos fora presenteada no dia de quarta-feira, ensolarada. E durante a viagem me propôs a fazer uma análise, destas muitas que já espero nas aulas do professor Paulo. Sim, parece que a aula havia se iniciado às 7h com a saída do pórtico de Joinville. A então, Rose, me aconselhou a ler “Violetas na Janela”, de Vera Lúcia Marinzeck de Carvalho. Ela disse ser bom pra mim que tenho filha adolescente.

Ainda não iniciei a leitura; coloco a culpa no tempo. Ele vem jogando contra mim já tem um tempo. E Maria, minha filha, tem tido contato com meus discursos e vem se autoafirmando feminista, e temos tido a preocupação com sua autoestima.

A motorista, que por ora havia se tornado professora, Rose, deu continuidade com suas constatações: “Carine, você já se deu conta que você saiu de Curitiba órfã e retorna órfã?” Sim, eu já havia realizado essa análise. Mas, silencieiei a procura que ela me desse uma explicação plausível, assim como faço nas aulas do professor Paulo.

Entrar para o mestrado foi um processo que minha mãe esteve muito presente e me motivou a dar esse passo. Também me fez muitas promessas das quais não conseguiu cumprir. Em uma partida esportiva, diria que o tempo não jogou a nosso favor. Tenho colocado a culpa no tempo. Vendo as preocupações de Rose



com o futuro de Malu, tentei fazer uma busca na memória e trazer resquícios protetores de minha mãe para com meu futuro. Os discursos eram bastantes claros, diretos e objetivos. O intuito não era me proteger, mas sim, que eu aprendesse a fazer isso por si só. *"Eu não vou durar a vida toda"*, e durou. Ela entoava a cada ensinamento, de maneiras diferentes foi registrado. Enfática, com leveza, reativa, amorosa, incisiva, narcisista, ou às vezes quando não verbalizada seu olhar comunicava, mas também se fazia regular, diariamente, sempre antes do café.

Já não sabia de fato quem era Rose. Durante o percurso de 1h 40, até chegarmos no posto Sul, em Curitiba, ela havia ganhado inúmeras personalidades. Motorista, ouvinte, mãe, conselheira, professora ou anjo. Ela agradeceu a conversa e solicitou um abraço e assim partiu, e o mesmo fiz. A vinda até Curitiba já havia valido a pena.

Mas escrever essa conversa não me torna uma griô, mas responde à questão levantada em uma das aulas do professor Paulo: "Quem você é?". Me aproprio da filosofia africana de Ubuntu, "Eu sou porque nós somos". Carine Cabral, apresentada no início da conversa, vem se tornando Carine, uma "guria" preta. E isso já me é o bastante, por hoje. Vamos usar o tempo a meu favor.

Eu tô bem, e o senhor melhor que eu.

Um abraço, Carine.

COMO FUI CONSTRUINDO MINHA DOCÊNCIA: UMA ESCRIVIVÊNCIA

Tomo a liberdade de te escrever uma outra carta, nem consigo aguardar sua resposta para a primeira. Quero te contar que iniciei a minha trajetória profissional enquanto educadora cursando



o Magistério, na Escola de Ensino Médio Governador Celso Ramos, me formei no ano de 2005. Durante esses dois anos atuei na secretaria da Escola Ensino Básico Rudolfo Meyer e, no ano seguinte, na Escola Municipal Monsenhor Scarzello, estive como orientadora na sala informatizada. Ambos os períodos na função de estagiária.

Me orgulha muito saber que atualmente a Escola Municipal Monsenhor Scarzello, da qual fiz parte como discente, e posteriormente, como docente, atualmente segue com um projeto piloto em nosso município, com o objetivo de desenvolver e apoiar ações antirracistas, além de promover e disponibilizar seu espaço educacional para comunidade participar de eventos culturais artísticos de diferentes linguagens, enaltecendo a representatividade negra de Joinville. Isso não seria possível há 20 anos atrás; digo isso por conhecer a diretora da época, minha madrinha. Está segue com sua *"máscara branca"* (Frantz Fanon, 1952), mas assim como eu, faz suas leituras constando o racismo nas relações. A mesma que me incentivou muito a entrar no mestrado; a mesma que divergimos a última eleição para presidência do país; a mesma que diz que o negro é o que promove o racismo e que a divulgação nos meios de comunicação só vai trazer mais violência. A mesma que diz que fico mais linda com os cabelos alisados e pede para que eu alise os de Maria. Falamos de sonhos também, e como uma é importante na vida da outra.

Tive meu primeiro contato com a vida acadêmica exercendo o curso de Artes Visuais. Este me possibilitou atuar como professora durante os quatro anos de formação, onde lecionei para Ensino Fundamental e Médio. Por motivos financeiros, infelizmente não consegui concluir a graduação. Precisava estar matriculada para dar aulas, mesmo tendo 40h semanais, financeiramente não eram o suficiente para minha permanência na universidade. Também não iria solicitar mais ajuda para familiares, como havia feito nas matrículas dos anos anteriores. Não era orgulho que me enchia, e sim senso. Durante os quatro anos de estudo consegui laços afetivos que os trago ainda hoje. Iniciamos com um grupo de 60 alunos, que no último ano constatamos



uma grande evasão acadêmica, menos da metade se formou. E eu estava fora dessa porcentagem.

Ainda tenho contato com os mestres; uma delas me instigou a ser pesquisadora. Ministrava aulas de Antropologia. E nela estava o espelho que refletia um futuro idealizado por mim. Ela me levou a construir minha identidade subjetiva neste espaço que pouco se pensou na identidade negra. Por ser um curso de Artes, o que se tinha como referência era a concepção de arte eurocêntrica e de identificar seus valores de beleza e simetria. A professora trazia em si sua identidade indígena e as evidenciava em seu discurso. Me recordo de textos de estudos que tornaram importantes para a construção de minha identidade que abordavam identidades étnicas raciais distintas das que estávamos acostumados a deslumbrar nas aulas.

Memórias de 2007 me tomam. Em uma das aulas de estudos a monumentos, constatei que realmente Joinville propositalmente apagou todo vestígio da identidade negra da cidade. Este questionamento surgiu durante uma aula de campo no cemitério dos imigrantes. Depois, no monumento central da cidade, escultura do artista Fritz Alt, intitulada de "Os Imigrantes", retratavam pessoas brancas. Realmente, os colonizadores aqui receberam muitas homenagens. Procurei por lábios carnudos, narizes largos, punhos fortes e cabelos crespos. Nada. O mesmo aconteceu no cemitério dos imigrantes, procurei nos jazigos por Costa, Santos, Silva, nada constatava. O pesquisador e membro do Movimento de Negro de Joinville, Rhuan Carlos Fernandes, traz em uma de suas pesquisas a resposta de meu questionando. Em 2007, após estudos de Hilda Anna Khrisc, e de trazer registros extraídos dos livros de Registros Católicos de Joinville no período de 1862-1870 que evidenciam o sepultamento de negros escravizados ou libertos enterrados no Cemitério dos Imigrantes. No ano de 2009 o Comitê Gestor para Articulação de Políticas Públicas de Promoção à Igualdade Racial de Joinville, concedeu homenagem fúnebre no dia 20 de novembro aos negros e negras ali enterrados (Cardoso, 2022, p. 107).



Atualmente temos uma Joinville mais pluricultural, identificando-a como sendo um território indígena e quilombola. Segundo o Jornal O Município, a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, situada na área rural de Pirabeiraba, da cidade de Joinville foi reconhecida como remanescente, no ano de 2019, pela Fundação Cultural Palmares. A comunidade se apropria desse reconhecimento, de sua identidade, quanto agentes políticos, históricos e sociais de uma Joinville que os colocavam à margem. Esse reconhecimento os traz quanto membros pertencentes da comunidade e lhes propiciam usufruir de políticas públicas das quais não tinham o mínimo de acesso, além de terem o contato a ações afirmativas importantes para seu desenvolvimento e que lhes foram negadas por conta do apagamento histórico propiciado pelo embranquecimento colonial.

Com a graduação de magistério, adentrei para a prefeitura de Joinville como contratada, atuando na Educação Infantil. Durante o contrato, acabei fazendo parte do quadro permanente de funcionário público do município ao ser aprovada no concurso público. Neste atuei por 12 anos, dos quais pude me capacitar dentro da área atuante. A partir da nota do Enem (Exame Nacional de Ensino Médio) participei do PROUNI (Programa Universidade para todos) utilizando as ações afirmativas adicionado ao critério por cotas raciais, que oferecem bolsas de estudos em universidades particulares. Onde fui contemplada com uma bolsa integral e consegui concluir minha formação acadêmica. As ações afirmativas me possibilitaram a entrada na universidade e de vir a conseguir minha formação acadêmica.

No curso de Pedagogia, diferente do de Artes Visuais, em que eu era a única pessoa negra, ao cursar pedagogia me possibilitou ter contato com muitas acadêmicas negras, além de ter professoras com a mesma identidade racial. Muito me senti acolhida no espaço. Foi possível criar um senso de comunidade e coletividade, possibilitado pela diversidade étnico-racial, socioeconômica e também de gênero do contexto de seu grupo. Tínhamos um grupo majoritariamente feminino. Ter uma sala acadêmica em que a grande



maioria já eram servidoras municipais, que tinham amplas jornadas de trabalhos, atividades domésticas, família e sonhos. A identidade da turma estava posta. Ver a responsabilidade afetiva que a professora construía conosco era motivador. E fazia com que eu viesse a motivar outras amigas a também buscarem por sua formação. Não sei se a professora já havia contato com bell hooks, mas a referência de pedagogia engajada se instaurou quanto perspectiva pedagógica muito que intuitiva.

O mesmo caminho percorrido e de possível alcance serviu de incentivo para meu esposo, homem negro que também conseguiu formação acadêmica, o primeiro de sua família. se tornando também professor. Foi a partir de ações afirmativas que pôde-se reverter idealizações que o patriarcado capitalista supremacista branco instaura quanto sistema de dominação. Foi por meio da nossa formação acadêmica que nos proporcionou ter acesso a conhecimento, acessibilidade social, de promoção de empregabilidade, projeção financeira e a ter uma perspectiva social diferente dos dados trazidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2020.

Os dados levantados são referentes à cidade de Joinville e foram extraídos dos Cadernos de Dados de 2023. Ainda que referenciados a um território específico, infelizmente, o resultado reflete a realidade nacional. O sexismo e racismo ainda são evidenciados nas estatísticas e comprovam a vulnerabilidade de grupos específicos, dos quais eu me insiro, e impactam a minha identidade social enquanto mulher negra joinvillense. Cabível de uma conversa entre Patrícia Hill Collins (2019) e Carla Akotirene (2020), ambas intelectuais negras e professoras. Trazem a partir de uma análise interseccional de opressões que afetam corpos como o meu e como o grupo de pedagogia ao qual me formei. Ah, busquei para esse encontro outra professora, Conceição Evaristo. Apropriei-me da escrevivência imaginária, iniciando uma aula com um grupo de acadêmicas como o meu, a questionada: “O que te trouxe até aqui” Acredito que saíram reflexivas histórias.



Não estar presente nas estáticas que impregnaram as desigualdades sociais em 2020, foram garantidas por políticas públicas as quais me fizeram reverter o que se esperava de alguém como eu e me inserir em um contexto no qual vem me possibilitando fortalecer minha negritude.

Nilma Lino Gomes (2017) expõe que é preciso reafirmar a importância do Movimento Negro no Brasil e sua reverberação fora do contexto nacional. As ações afirmativas asseguradas, que possibilitam o acesso à universidade para pessoas de baixa renda e a população negra; integrando a população negra a um patamar social a qual lhe fora “proibido” e lembrado que não era para ser seu. Além da reparação histórica, tem o objetivo de propiciar a entrada nas universidades, sendo este um espaço que reintegra a identidade negra a vir a participar de maneira política e enfática na contribuição de seu papel social quanto cidadão na construção do pensamento científico. Assim, declarou o ministro Marco Aurélio Mello (2001, apud Carneiro, 2011, p.31), do Supremo Tribunal Federal, que para construir a igualdade é primordial identificar as desigualdades historicamente construídas. Sendo um dever do setor público a imposição em editais de cotas, contemplando as minorias. O movimento negro tem quanto objetivo social a emancipação negra, esta como ato político, e motivar o processo de desregulação, trazendo a valorização do corpo negro e da identidade negra brasileira.

Nesse período de formação acadêmica, tive uma rede de apoio familiar bastante presente, que me auxiliaram aos cuidados de minha bebê, possibilitando concluir minha formação. Cursei Pedagogia na Universidade Uniasselvi, me formando no ano de 2016, focando minhas pesquisas dentro do campo avaliativo.

Minha especialização foi ofertada pela Faculdade Cidade Verde, com enfoque em Pós-Graduação em Educação Infantil, anos iniciais e Psicopedagogia, abordando o tema *Identidade Étnica racial e sua relação com a educação*, concluída com êxito no ano de 2019.



A abordagem teve o intuito de refletir e avaliar a capacidade de mobilizar o grupo docente das instituições de ensino a compor um olhar sensível perante a temática empregada pela Lei 10.639/2003 que tem como abordagem discutir sobre o racismo e as relações étnico-raciais dentro das instituições educacionais de ensino fundamental de Joinville. Essa formação se deu de maneira muito prazerosa, participei de um grupo de quatro professoras, todas negras, no qual construímos nossos estudos. Ali não havia uma competição, nosso objetivo era de conseguir a formação. Então tínhamos como aliança colaborativa umas com as outras; -Elaine, Sidneia, Denise e eu.

O grupo discente já nos identificava pelas risadas e conversas inapropriadas para o momento, interrompidas pelos “shiiii” das/os outras/os estudantes, que se encerravam por nossas risadas. Havia mais estudantes negras no grupo em busca da formação, mas não tão felizes. Éramos consideradas a 5ª série da especialização. E não me envergonhava nenhum pouco disso. Nossas permanências nas aulas antepassavam minutos antes uma rotina no trabalho, ônibus lotado, um breve café, o banho no filho, levar a cria para um apoio seguro, pegar o ônibus e ir para uma sala de aula de 100 estudantes de especialização, todas professoras, com o ego no céu, querendo anunciar suas vivências e ditá-las como certas. Nem sabe elas que eu estava ali pelas risadas, pela bala freegells da Denise e pelo certificado.

Então, me dei a opção de ser infantil e me envolver pelos prazeres que essa formação vinha me oferecendo. Falando de prazer, tive aulas com a professora Vanessa da Rosa, mulher negra, escritora e pré-candidata a vereadora em Joinville. Vanessa tinha uma leveza na comunicação e uma força no discurso que me prendiam a atenção. Não que esse fosse o objetivo dela; me prender, mas era envolvente a sua fala. Nos contou sobre suas fragilidades em ser professora; suas conquistas; desafios e derrotas. Nos contava que sua formação não veio com cartilhas de *faça-fácil*. E nos pediu cooperação, nos falou o quanto a nossa classe era desunida e que por isso



as dificuldades tornavam-se barreiras imensuráveis. Explanou sobre as reivindicações estudantis, futuras propostas a serem implementadas para categoria do magistério, nos motivou a estarmos sempre à procura de conhecimentos e a sermos professoras para além de uma profissão, pois é preciso vocação. Toda essa memória do discurso trazido pela professora me trouxe o seguinte atravessamento: “O amor nos permite enfrentar essas realidades negativas de uma forma que afirma e eleva a vida” (hooks, 2000, p. 171).

Também tive desprazeres. Entre eles, reencontrar uma supervisora pedagógica, já bastante experiente na educação municipal de Joinville, em uma escola bastante renomada, mulher e negra, assim como eu. Ela adentrou pela porta e me retomou a memória de como ela havia me tratado em meu período de estágio. Lembro do jeito que me avaliou, dos pés à cabeça. Na época me perguntou meu nome e me levou até a sala. A professora escolhida para me acolher era contratada; e deixou evidente que ninguém gosta de receber estagiária e que eu só estava na sala dela por conta de não ser efetiva. É o ambiente escolar e sua hostilidade. Depois de alguns dias se passado de meu estágio, parecia que a supervisora tinha desvendado meu currículo e encontrado um ponto bastante relevante pra ela- eu era prima de Ana Lucia Martins, vereadora de Joinville. É, isso foi o bastante para ela utilizar de sua simpatia comigo. Falando nisso, professores façam um apelo, tratem bem seus estagiários. Por acaso vocês trouxeram no cordão umbilical seu diploma? Para que se proteger atrás de tanta soberba com quem vem pra aprender? A gente nem ganha tão bem assim, nossa profissão já foi vangloriada em outros tempos.

Neste mesmo curso de especialização, em uma das aulas da disciplina de Educação Física, o professor iniciou com um questionamento: *Qual o seu brasão?* Ai, eu bem já sabia dessa história contada por ti, tu te lembrás pai? Pedi para que meus poderes de invisibilidade colonial agissem antes que...



"Carine, qual é o seu brasão?" Não deu tempo, ele me perguntou.

Eu queria responder sem parecer ignorante. "Professor, não sei qual é meu brasão? Foi me tirada essa identidade. Na verdade, nem brasão tenho."

Todos já haviam falado de seu brasão.

E o professor insiste: "Mas como? Todos temos um brasão? Qual é seu sobrenome?"

Ali eu constatei, que meu professor, branco, me via, mas não me enxergava e tão pouco acolhia minha história.

Meu silêncio foi a resposta para a "falsa consciência" do professor.

Sidinéia respondeu: "É Cabral, professor."

Ele avaliou: "Um brasão imperial, de grande valia histórica."

Atualmente, faço parte do quadro de funcionários do Centro de Educação Infantil Criança Bela, atuando como gestora (parece que os objetivos do Movimento Negro vêm sendo alcançados). Observando as necessidades que emergiram do grupo docente e em atender a diversidade existente da comunidade escolar, fui em busca de subsídios de pesquisas que viessem suprir a minha busca de informação perante a realidade a qual vivencio profissionalmente. Fui acolhida pelo grupo NEAB, Núcleo de Estudos Afros Brasileiros de Santa Catarina, que vem me proporcionando construir e amparar minha ação pedagógica de forma inclusiva. Proporcionando experiências, vivenciais, culturais pessoais apropriada pela escrita, instrumento esse metodológico político trazido por Conceição Evaristo, que disponho a me atravessar e de apoiar com outros enredos que venham a ter o contanto com minhas narrativas, ilustrando uma Joinville não é um território restritamente de colonizadores europeus,



registrados pelos monumentos de Fritz Alt, mas que se faz comunidade, almejo a comunidade de Parker Palmer:

Muito antes e uma comunidade assumir uma forma e uma aparência externas, ela deve estar presente como uma semente num self íntegro apenas se estivermos em comunhão com nos mesmos poderemos encontrara a comunidade com os outros (apud. bell hooks, 2000, p. 161).

Que nossos marcadores sejam retratados por biografias do prefeito Abdon Batista, da professora Maria Laura, e do registro de Damásio Rodriguez em 1870. O que todos tinham em comum além de serem personalidades históricas de nossa cidade? Sua origem é negra.

Pai, caso a carta tenha ficado um tanto formal, podemos marcar para discutir a temática em um ambiente que possibilite uma maior interação, conheci um bar, reconhecido enquanto Patrimônio Imaterial de Santa Catarina, vamos ter contato com registros fotográficos de sambistas aqui dessa cidade. Falar nisso, tem retratos de seus amigos, que me trouxeram lembranças suas. “O bar também é um lugar pedagógico”, como fala a profa. Megg Rayara de Oliveira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

CARDOSO, Felipe. **Fragmentos negros: perspectiva sobre a presença negra em Joinville**. São Paulo: Editora Pluralidades, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. Editora, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 1952.



GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUERREIRO, Juliane. O Não-lugar do negro na história de Joinville: um olhar sobre as páginas do jornal A Notícia. **Monumenta - Revista De Estudos Interdisciplinares**, v.1, n.1, 28-51, 2020. Disponível em: <https://monumenta.emnuvens.com.br/monumenta/article/view/16> . Acesso em: 20 dez. 2025.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novos visões. São Paulo: Editora Elefante, 2000

MUNICÍPIO. Comunidade quilombola de Joinville: uma história de luta contra o preconceito e por reconhecimento. **O Município**, 2024. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/comunidade-quilombola-de-joinville-uma-historia-de-luta-contr-o-preconceito-e-por-reconhecimento/> . Acesso em: 5 ago. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Caderno de Dados 2023**. Joinville: Prefeitura Municipal de Joinville, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Zahar, 2021.

13

Jussara Marques de Medeiros

**LUGAR DE MULHER NEGRA
É ONDE ELA QUISER**

Ao pensar nas minhas experiências, inicio com o meu nome. O nome reflete como somos chamados, que já existíamos no desejo de nossos pais antes de nascermos. Eu nasci com o nome de Jussara, quarta filha após três irmãos em uma família negra. Filha de Lúcia e Adauto, neta de Maria e Anitta, sem conhecer meus avôs paternos, João Marques e Valeriano Medeiros. Irmã de Juarez, Jairo e Jurandir. Fui a filha mulher que meus pais desejavam e em casa sempre fui chamada de princesa. Quando acabei a quarta série (conforme chamada na época que estudei) fui para um colégio particular onde fiquei até o ensino médio. Lá, eu descobri que não era a princesa, aliás, as princesas das histórias que eu lia eram todas brancas, de olhos claros. E eu era a única estudante negra na escola.

Grada Kilomba (2020) afirma que a África é o único continente onde “a população foi negociada: desmembrada, escravizada, coletivamente segregada da sociedade e privada de seus direitos, tudo para o benefício das economias europeias” (Kilomba, 2020, p. 206). E neste ambiente de segregação, apesar das amigas brancas que fiz, não encontrava outra negra como eu, a não ser nos serviços de limpeza do Colégio. E quando outra negra ingressou no Colégio, as pessoas perguntavam se ela era minha parente.

Grada também afirma que as histórias de rupturas unem negros e negras em todo o mundo (Kilomba, 2020, p. 207) Não pensávamos sobre isso e embora o contexto do texto de Grada Kilomba seja os cumprimentos entre pessoas negras nas ruas, o encontro em um ambiente onde éramos únicas nos levou a dizer que éramos primas. Nossos pais se conheciam, o pai dele era um dos poucos negros que era advogado de um banco público

Ficamos amigas e logo ela saiu da escola para fazer Psicologia em uma escola particular. Apesar de toda a nossa formação, a escola pública não se tornou nosso espaço. Eu fui também para uma escola particular fazer Serviço Social. Não havia políticas afirmativas, a maioria das pessoas que iam para as universidades públicas eram as



peças que podiam se dedicar mais ao estudo, fazendo cursinhos e cujos pais bancavam aulas de línguas e música.

Em 2004, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) implantou as cotas raciais nos seus cursos de graduação. Nesse período, eu trabalhava na prefeitura, como assistente social. Eu sempre via na mídia pessoas contra e a favor das políticas afirmativas. O famoso discurso da meritocracia sempre foi o argumento de quem era contra, assim como o perigo do enfrentamento de brancos e negros, como acontece nos Estados Unidos. Mas na prefeitura, não me voltei às questões étnico raciais nas políticas, embora no meu dia a dia realizasse esta reflexão. Tive uma filha e um filho negros/as e o racismo na escola foi um tópico frequente em nossas vidas, como de outras famílias negras. Inclusive, ouvi na escola de minha filha que o problema de racismo era culpa dela, que se importava quando os garotos brancos a xingavam.

Nesta época, eu não tinha um letramento racial, mas possuía uma experiência como negra que contribuía para que eu percebesse o racismo e o discurso da branquitude. Se fosse preciso brigar na escola para ensinar meus filhos a ter orgulho da sua raça, eu o fazia. Hoje minha filha conta que quando reclamava e a professora não se posicionava, ela ameaçava que iria conversar com a mãe. E logo a professora ia intervir, para evitar um confronto.

A experiência na minha família sempre foi de pessoas negras com destaque no serviço público. Meu pai foi um funcionário público do Estado que iniciou como office boy até se tornar estatístico, antes da profissão ser instituída. Ele me contou a história de como trouxe o Conselho de Estatística para o Paraná e como a partir de roubos e falcaturas, este Conselho sofreu processos, para seu horror. E ele sempre foi técnico, nunca teve privilégios, mas sempre buscou agir de forma qualificada e honesta.



Minha mãe foi funcionária pública federal do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Seus irmãos também foram funcionários públicos, conseguiram terminar o ensino superior e ela apoiou minha tia, sua irmã mais nova, que se tornou enfermeira e trabalhou no Hospital de Clínicas de Curitiba. Minha mãe fez a graduação de Serviço Social com mais de 50 anos e estagiou com os funcionários do DNER, que trabalhavam com obras nas rodovias. Ela era funcionária técnica administrativa apaixonada pela escrita, por uma bela letra e um português com uma ortografia e gramática corretos.

Meu pai também era apaixonado por livros e nossa casa sempre teve muitos, de todo o tipo. Li Monteiro Lobato, contos de todo tipo, gibis, poesias, livros de português e de história. Sofri ao ler sobre a revolução cubana e sobre as placas que os norte-americanos colocavam nas praias proibindo a entrada de negros e de cachorros. Sofri com a tia Anastácia sendo chamada de “macaca” pela Emília e que era uma “mãe preta” criada por um autor eugenista e racista. Também sofri por não encontrar protagonismo negro nos livros, a não ser das mulheres como empregadas domésticas.

Fiz magistério, mas nunca foi problematizada a questão racial, apenas de classe, com Emília Ferreiro e Dermeval Saviani, entre outros. O que mais me encantava era a história que meus pais contavam sobre nossa ancestralidade, embora fossem histórias com muita tristeza e muita dor. Ser negra era tristeza e abuso. Também era luta e fortaleza.

Então, ao ingressar na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) como assistente social em 2012, eu achava que as cotas eram realidade como na UFPR. Porém, mais uma vez, não havia muitas negras. Eu era a única assistente social mulher negra, embora a maioria das assistentes sociais sejam mulheres. Havia cotas para estudantes de escola pública para que recebessem



bolsas de permanência. Em agosto de 2012, foi aprovada a Lei nº 12.711 conhecida como Lei de Cotas. Eu havia ingressado no grupo de pesquisa de Gênero e Tecnologia e resolvi, com minha orientadora, avaliar essa lei na UTFPR, com recorte de gênero e raça. Porque se nas engenharias já são poucas as mulheres, imagina mulheres negras. Porém, nas licenciaturas que analisei na UTFPR também tinham poucas mulheres, pois eram licenciaturas de áreas exatas, com apenas uma de Letras. Aí comecei a pensar na interseccionalidade como uma opção possível e importante de pesquisa.

No final da década de 80, a pesquisadora estadunidense, advogada Kimberlé Crenshaw começa a apontar casos onde situações típicas de mulheres negras não são reconhecidas nos tribunais. Por exemplo, no caso de DeGraffenreid x General Motors conta que todas as mulheres negras foram demitidas junto com as outras, considerando o critério de antiguidade, sem um olhar para os marcadores de raça associados com o de gênero. Assim, elas eram vistas como mulheres como todas as outras. Crenshaw (2002) cria o conceito de interseccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Realmente, as cotas na UTFPR apontavam opressões de gênero e raça. A política de cotas da UTFPR foi estabelecida em 2013, integrando a Lei nº 12.711/2012, que reserva 50% das vagas



para estudantes de escolas públicas, priorizando negros, pardos e indígenas. Ela indicou uma participação crescente de homens negros nas engenharias, mas uma significativa redução na presença de mulheres cotistas raciais.

O desempenho acadêmico das mulheres cotistas raciais era frequentemente abaixo da média, refletindo desigualdades históricas e socioeconômicas. As dificuldades enfrentadas por mulheres cotistas incluem preconceito racial e de gênero, lacunas no ensino fundamental e médio, e falta de suporte financeiro.

O estudo propõe a necessidade de ações afirmativas contínuas e monitoramento para garantir que cotistas raciais, especialmente mulheres, tenham acesso igualitário e condições de sucesso na universidade. Há uma necessidade de mudança nas percepções sobre gênero nas ciências exatas, promovendo uma maior inclusão e sucesso das mulheres negras.

Kimberlé Crenshaw (2022) destaca como as estruturas sociais e legais podem ignorar as experiências das pessoas que se encontram em múltiplas categorias de marginalização, resultando em políticas e práticas que não abordam suficientemente suas necessidades. Isso está visível nas políticas afirmativas raciais da universidade. Foi a partir de um outro olhar para esta realidade que pude perceber isso.

Outra autora negra brasileira já apontava para a interseccionalidade sem utilizar o termo. Lélia Gonzalez (2020) contribuiu significativamente para a discussão sobre a intersecção entre raça e gênero, destacando as lutas e as experiências das mulheres negras no Brasil e defendendo a necessidade de uma abordagem inclusiva e crítica nas lutas feministas e antirracistas. Não é à toa que esta autora é vista como decolonial por privilegiar a raça em seus estudos, sem deixar de destacar as questões de classe da nossa população. Ao se referir ao caráter multirracial e pluricultural do nosso país, destaca:



O feminismo latino americano perde muito de sua força abstraindo um fator de maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho, sem articulá-la com a correspondente ao nível racial, é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar da opressão a mulher latino americana é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar da opressão a mulher latino americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas (Gonzalez, 2020, p. 142).

Então, em 2019, ingressei no doutorado, para aprofundar minhas reflexões nesse tema. Tive minha primeira professora negra e uma turma predominantemente negra. Minha tese era mostrar a ausência das mulheres negras nas engenharias, então meu orientador lançou outro desafio: comparar as duas universidades e realizar uma análise das respectivas políticas.

Foi um desafio, mesmo sendo filha de estatístico, não tive uma experiência nas áreas exatas que me permitisse avaliar dados estatísticos. Mas estava em uma era de recursos ilimitados de aprendizagem e muitas pessoas dispostas a ensinar. Fui estudar análise comparativa e avaliação de políticas públicas, meu tema de estudos e docência no Serviço Social. Encontrei Abordagem Cognitiva de Política Pública, proposta por Pierre Muller e Yves Surel (2002).

Estes autores problematizam o fato de, muitas vezes, uma política pública não ser explicitada pelos tomadores de decisão governamentais, argumentando que outros atores podem intervir na sua determinação. Para eles, é inevitável uma distância entre os objetivos de uma política definidos pelos tomadores de decisão e os resultados na implantação. (MULLER e SUREL, 2002).



Isso quer dizer que a mesma política criada em realidades distintas, apresentam resultados distintos porque os atores envolvidos apresentam concepções diferentes. Então, realizei uma comparação entre a UFPR e a UTFPR, duas universidades com realidades distintas, encontrando resultados diferentes: nas engenharias há registro de 37.529 estudantes na UTFPR, após 2012, muito mais que a UFPR. Porém, a porcentagem masculina é 20% maior na UTFPR em relação a UFPR, que tem uma porcentagem masculina de 57,5% e a UTFPR tem 77,7% de homens a mais nas Engenharias.

Esta pesquisa mostrou como é importante a compreensão das diferenças e que marcadores de vulnerabilidade determinam sim, o ingresso de mulheres negras nos espaços, mesmo considerando as políticas afirmativas. Apesar de um aumento na inclusão de cotistas, as mulheres negras ainda são sub-representadas e enfrentam barreiras significativas devido ao contexto social e econômico, que perpetua a desigualdade racial e de gênero.

O discurso de meritocracia é um obstáculo para as políticas sociais que visam igualar oportunidades para grupos historicamente discriminados. A participação ativa de movimentos sociais e de estudantes é essencial para a implementação eficaz de políticas afirmativas.

A análise conclui que, embora as políticas afirmativas tenham promovido avanços, elas ainda não são suficientes para garantir igualdade plena no acesso e na permanência das mulheres negras nas universidades e nos cursos de engenharia.

Lugar de mulheres negras é onde elas quiserem!! Mas elas ainda enfrentam vários desafios para ter acesso aos espaços que deveriam ser democráticos na nossa sociedade. Porque ainda existe exclusão e esta tem marcadores de raça e gênero!!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Ministério da Educação. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 2 mar. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação, da teoria feminista e da política antirracista. *In*: BAPTISTA, MARIA MANUEL. Gênero e Performance. **Textos essenciais**, v. 2, Gracio Editor: 2019

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

GONZALES, Lelia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MEDEIROS, Jussara Marques de. **A política de cotas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná.** 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas.** Pelotas: Educat, 2002.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.



14

Nicole Alexandra Maciel

NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA:

A IMPORTÂNCIA DE CONTAR E OUVIR HISTÓRIAS
COMO FERRAMENTAS DE TRANSFORMAÇÃO

INTRODUÇÃO

Neste texto, apresento minha própria história na forma de um breve conto. O objetivo de narrar essa história é que por meio da contação de histórias, nos aproximamos das pessoas, denunciemos violências, e construímos um caminho de resistência e combate aos estereótipos impostos pela sociedade, além de expor diferentes perspectivas sobre um mesmo tema.

Quando se trata de contar histórias, Chimamanda Ngozi Adichie (2019), em seu livro “O Perigo de uma História Única”, ressalta a importância de ouvirmos diversas narrativas sobre determinados assuntos, para que possamos compreender os diferentes pontos de vista e romper com os estereótipos, que, embora possam conter elementos de verdade, são incompletos. É isso que tento demonstrar neste conto: o outro lado da história de uma menina negra de pele clara, filha de pais inter-raciais, que viveu na periferia do bairro Piratini, em Curitiba, Paraná.

Esta é, para mim, uma oportunidade de demonstrar resistência e de denunciar o sistema e as políticas públicas que regem nossas vidas. Ao apresentar os problemas enfrentados por minha família — problemas que podem ser interpretados por pessoas, órgãos públicos, e serviços de assistência como sinais de negligência ou falta de proteção, responsabilizando e culpabilizando-os por tais problemas — eles ainda procuram evidenciar que, apesar das dificuldades, existem outras possibilidades, outras oportunidades, um outro caminho que posso seguir, distinto daquele que foi apresentado a eles. No entanto, o preconceito externo muitas vezes impede essa visão, pois, como observa Chimamanda (2019), não percebemos outras histórias quando estamos imersos em uma única narrativa, que passamos a tomar como verdade absoluta. É por isso que contei minha história, acreditando no poder que esses relatos podem ter perante a sociedade.



ESCREVER MESMO QUE COM MEDO

Era setembro de 2001, apenas nove dias após o atentado às Torres Gêmeas nos Estados Unidos, quando Nicole Alexandra Maciel nasceu. Sua chegada ao mundo foi em meio a um cenário caótico, filha de dois adolescentes de 17 e 20 anos, moradores de uma favela, que tentavam construir uma família em um ambiente de desafios e estigmas. Para muitos, o destino de Nicole parecia traçado: um futuro de dificuldades e limitações, como o de tantas outras pessoas nascidas em contextos semelhantes.

No entanto, Nicole, agora com quase 23 anos, desafia esses estereótipos. Ela reflete sobre sua trajetória, afirmando que quebrar barreiras depende de inúmeros fatores, inclusive da sorte: — “Eu nasci para trazer mudanças em meio a uma família pobre, caótica, com muitos traumas e bagagens pesadas,” diz ela, lembrando de como sua avó, uma pessoa que fazia uso abusivo do álcool, que largou a bebida após o seu nascimento, embora os problemas familiares não tenham acabado por aí.

Seus pais eram adolescentes quando ela nasceu; sua mãe, ainda no ensino médio, desejava a gravidez, diferente do comum nas favelas. Contudo, isso não significava que ela estava preparada, mas concluiu o Ensino Médio mesmo assim, diferente do pai que não passou nem do terceiro do Ensino Fundamental I. Sua mãe já morava com seu pai, um jovem com muitos traumas, que, por falta de opções, isso não justificava tudo obviamente, mas que entrou no mundo do crime, afetando diretamente a criação de Nicole.

Ela cresceu testemunhando a dura realidade da favela: — “Meus pais sempre me ensinaram o que era certo ou errado, o que eu podia ou não fazer, tentando me guiar para um futuro diferente do deles,” conta. Ainda assim, ela lembra das invasões policiais à



sua casa, sempre sem ordem judicial, e das inúmeras vezes em que viu seu pai ser preso. Esses eventos a ensinaram sobre a injustiça que muitas vezes cercam as comunidades periféricas, já que isso acontecia em todas as casas da redondeza, ele estando certo ou não e não só na casa de “suspeitos”, mas também na casa de quem trabalhava honestamente.

A vida de Nicole foi marcada por tragédias familiares, como o assassinato quando ela tinha 5 anos, de seu avô materno, um senhor que havia se tornado usuário de drogas, mas que nunca deixou de ser um avô amoroso: — “Ele foi morto dentro do quarto em que dormia porque a polícia “achou” que ele estava armado. “Confundiram” o chinelo que ele segurava com uma arma,” relata e isso é bem comum de se ver nas favelas também, quem deveria nos proteger na maioria das vezes são piores do que muitos “bandidos”. Esse foi apenas o primeiro de muitos episódios traumáticos que moldariam sua visão do mundo.

Apesar de todos os problemas, Nicole encontrou salvação na educação. Ela sempre gostou de estudar e encontrou em alguns/algumas professora/professores, alguns/algumas funcionários/funcionárias do colégio e nas amizades incentivo de continuar sempre: — “Comecei a me tornar uma pessoa crítica, que questionava tudo,” diz ela, lembrando de como a encorajavam a pensar por si mesma, mesmo que ainda fosse criança.

Ela se mudou para a região metropolitana de Curitiba e assim enfrentava novos desafios, mas também novas oportunidades. Ela e sua família começaram a entender que também tinham direito a uma vida digna: — “Passei por mais assassinatos, mortes e prisões na família, mas conseguimos sobreviver. Essa é a realidade: nós não vivemos, apenas sobrevivemos,” reflete.

Hoje, Nicole é uma jovem que se prepara para conquistar seu diploma em uma universidade pública, algo que poucos na sua



comunidade conseguiram: — “A educação me salvou,” afirma, com a certeza de que teve sorte ao encontrar pessoas maravilhosas em sua trajetória. Seu objetivo agora, como futura professora, é ajudar outros/outras alunos/alunas, especialmente aqueles de origem humilde como ela, a também terem a chance de alcançar seus sonhos, mas também nunca se esqueceu de que apesar de tudo foi uma criança feliz, mesmo vendo as injustiças e o abandono das comunidades por parte do governo, presenciou a união do povo para tentar sobreviver, fazendo amizades incríveis que carrega consigo até hoje e uma infância para além do trauma, repleta de brincadeiras e diversões, foi assim que ela entendeu a importância das pessoas na sua vida. Nicole segue sua história com um olhar esperançoso para o futuro com uma frase que ouviu de uma sábia professora uma vez: — “Contar nossas histórias é uma forma de curar nossas feridas. Meu diploma está bem perto de chegar, e com ele, espero inspirar outras pessoas a nunca desistirem.”

NOSSAS HISTÓRIAS E SEUS EFEITOS

Embora contar histórias seja uma forma de curar feridas, isso não significa que seja fácil contá-las. Escolhi escrever um conto em terceira pessoa porque é mais fácil aceitar críticas quando não sabem que estou contando minha própria história. Tenho grande dificuldade em admitir meus erros, mas não pensem que isso ocorra por falta de reconhecimento quanto às críticas construtivas, mas sim porque fui criada dessa maneira e não culpo meus pais por isso; eles queriam o melhor para mim. Desde cedo, me ensinaram que eu não podia errar e talvez não fosse da melhor forma, mas era a única que conheciam e sabiam fazer, não os julgo jamais por isso. A responsabilidade e culpa é do sistema que ensina classes marginalizadas que não podem errar.



Desde o momento em que perceberam que eu tinha potencial em ir bem na escola, tornaram-se mais incisivos na questão de não cometer erros. Eles sabiam, e eu ainda aprenderia, sobre o peso do erro para quem vem da favela. Simplesmente, eu não tinha a opção de errar, pois, na visão de todos lá, errar significava ter apenas um destino. Fui pressionada a obter bons resultados e, de fato, comecei a alcançá-los. No entanto, isso teve consequências a longo prazo, pois eu me tornei uma fonte de esperança e orgulho para toda a família.

Essa pressão me fez se tornar uma pessoa crítica e extremamente auto exigente. Não posso me dar ao luxo de errar, pois tenho objetivos a cumprir e metas a alcançar. Tornei-me academicamente independente, o que gerou ainda mais sobrecarga, pois nunca fui uma criança que dava trabalho. Sempre resolvi meus problemas sozinha, e isso se mantém até hoje. Para alguém da periferia, não basta apenas tentar ou ser bom; é necessário ser o melhor, destacar-se para talvez alcançar o que se precisa.

Por isso, hoje me cobro excessivamente. É muito difícil admitir quando estou errada ou que algo que fiz não está bom o suficiente. Tenho grandes inseguranças porque nunca sei se sou boa o suficiente ou se posso ser substituída a qualquer momento por não atender às expectativas.

O que posso dizer é que tenho medo. Medo de decepcionar, de não suprir expectativas, medo de ser boicotada pelo sistema, medo de ser eu mesma. Esse medo esteve presente em cada momento em que algo deu errado na minha vida. Senti-o intensamente quando precisei me assumir, temendo decepcionar quem estava à minha volta. Na verdade, foram todos compreensivos, mas a cobrança vem de mim mesma, pois todos colocavam expectativas em mim e me viam como a menina delicada que traria filhos, sobrinhos, um bom casamento, uma carreira exemplar, então chegar e contar que eu não era a mulher hétero que eles esperavam me deixou angustiada por



algum tempo, por medo dessa quebra de expectativas, viver tem sido assim, um constante medo de ser abandonada por pessoas que eu amo ou que eu admiro, porque nunca acho que sou o suficiente. Escrever em terceira pessoa é, nada mais, nada menos, do que uma expressão desse medo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



SOBRE AS AUTORAS



Andréa Maila Voss Kominek

Doutora em Sociologia (USAL). Mestra em Tecnologia e Sociedade (PPGTE). Licenciada em Filosofia (UFPR). Professora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE). Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DAFCH). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Relações de Gênero e Tecnologia (PPGTE). Líder do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (NEBRACI). Principais interesses de pesquisa: Relações de Gênero; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Enfrentamento ao Racismo; Branquitude Hegemônica.

E-mail: amvkominek@gmail.com



Andressa Ignácio da Silva

Doutoranda em Tecnologia e Sociedade na UTFPR; Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Gestão de Políticas Sociais; Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná; Licenciada em Pedagogia. Docente de graduação e pós-graduação em instituições particulares; Professora da Educação Básica na rede municipal de Curitiba/PR; Pesquisadora de diversidades, diferenças e desigualdades em educação; Militante do movimento negro.

E-mail: andressaignacio@gmail



Bruna Moraes Battistelli

Sou uma mulher branca e professora na área de Psicologia da Educação na Universidade Federal do Paraná, no Setor de Educação e também professora no PPG Educação na UFPR. Sou apaixonada por bell hooks e o que me fez apaixonada pela docência e pela sala de aula. Tenho interesse em práticas de pesquisa e de docência que enfrentem os sistemas de opressão em especial à supremacia branca. Pesquiso sobre cuidado e escrita com enfoque na educação. Sou esposa da Luciana, madrastra do Apolo e tutora de duas gatas.



Carine Maria Cabral Costa

Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Psicopedagogia e Educação Digital, com graduação em Pedagogia. Integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB). Atualmente, atua como professora na Rede Municipal de Educação de Araquari.

E-mail: k-rine1@hotmail.com



Daniela Rosa de Oliveira

Filha de Cristiane Couto da Rosa, de uma família permeada de outras mulheres negras, como minha avó Maria Osvaldina Rosa e minha bisavó Idalina Rosa, que vieram muito antes de mim e que permitiram que eu trilhasse meu caminho da melhor forma possível.

E-mail: danyatoliveira@gmail.com



Flávia Camila Bernardes

CRP: 07/30144, educadora social, bacharel em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), especialista em Orientação Educacional: Práticas e conexões com a atualidade, pela UniLaSalle; Psicoterapia Individual Sistêmica Integrativa pelo Domus/FAMAQUI e Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela PUCRS. Temas de interesse: Psicologia, Educação, Saúde e Assistência Social. Experiência Profissional: Estágios nas áreas de saúde, educação e assistência social; atuação como educadora social do Ação Rua e Centro da Juventude; atuação como orientadora educacional em escola de ensino fundamental, atuação técnica em serviços da Assistência Social de Média Complexidade e supervisão clínica/técnica para estagiários de graduação em Psicologia, pelo viés da abordagem Sistêmica Integrativa - SAPP/PUCRS; aulas sobre autocuidado, Psicologia Positiva e SUAS em cursos de formação livre para educadores sociais pela TEAR Educacional e atendimentos clínicos online e presencial. Atualmente mestranda do PPG Psicologia Social na UFRGS.

E-mail: flaviafcb@yahoo.com.br



Genecir dos Santos Barreto Josviak

Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Educação Especial e Inclusão e em Neuropsicopedagogia. Pós-graduanda do Curso Alternativas para Uma Nova Educação ANE4 (UFPR-Litoral). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em Licenciatura em Sociologia pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (UniCesumar). Integrante do Grupo de Pesquisa Grupo de Estudos em Educação para as Relações Étnico-Raciais ErêYá (UFPR), e do Grupo de Estudos bell hooks (UFRGS). Professora na Rede Municipal de Educação de São José dos Pinhais, atuando como Assessora Pedagógica no Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de São José dos Pinhais. Professora da Rede Municipal de Curitiba. Interesse de pesquisa: Educação das Relações Étnico-raciais, mulheres negras, infâncias.

E-mail: genebarreto@gmail.com



Jussara Marques de Medeiros

Assistente social e professora, doutora em Educação na Universidade Federal do Paraná. Pertence ao Neabi da UTFPR e da UFPR. Sócia da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras, grupo de Trabalho de Políticas Afirmativas e Bancas de Heteroidentificação no Copene Sul, no Copene Norte e de Feminismo Negro no Copene Nacional, coordenadora institucional do Programa de internacionalização PEC-G na UTFPR, presidenta da Comissão Permanente de Bancas de heteroidentificação, trabalho com a Assistência Estudantil na mesma universidade. Uma mulher preta que te inspira: Lélia Gonzalez.

E-mail: jussarammdias@gmail.com

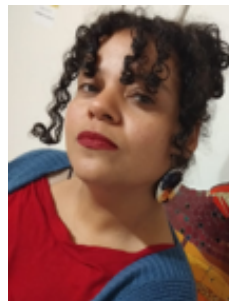


Kellen da Silva

Pedagoga, Educadora Social, membro do Coletivo bell hooks e mestranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: kellencustodio@gmail.com





Larissa Silva Jorge

Filha mais nova dos 05 filhos de Regina e Antônio, mãe do João e Murilo, Mulher negra, divorciada, moradora de Viamão (uma cidade situada na região metropolitana de Porto Alegre). É Assistente Social, Mestra em Segurança Cidadã e Doutoranda em Psicologia Social e Institucional- UFRGS. Foi militante na Campanha Nacional Criança Não é de Rua- CNER. Compõe e participa ativamente de coletivos de dança e expressão e percussão de origem africana e afro-brasileira. Inserida no trabalho desde os 12 anos, trabalhou como lavadora de carros, atendente, vendedora, educadora social e coordenadora de projetos sociais, ligados à Assistência Social, Educação, Aprendizagem Profissional, Sistema Socioeducativo e Direitos Humanos. Em todas as suas atuações encontrou pessoas negras como ela sendo marginalizadas e/ou violentadas, mas também encontrou algumas dessas pessoas na linha de frente, confrontando o estado. Com apoio de educadores, fundou uma iniciativa de formação livre para Educadores Sociais - a Educacional TEAR, onde realiza junto a outros profissionais cursos livres, tendo como prioridade a participação feminina nos processos formativos. Se considera uma mulher em transição, pois não acredita que a vida tenha um único significado. Considera a vida diversa, o tempo sagrado. Crê que para maioria das mulheres negras, assim como para si, a vida exige uma série de escolhas, nem sempre fáceis. Entende que, ainda que vida tenha muitos pontos de porosidade, é este o tempo que temos para abrir caminho, para compor os espaços, difundir conhecimentos. No agora, se encontra o tempo de seguir!

E-mail: larissasj84@gmail.com



Letícia Eli Pereira de Campos

Psicóloga formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e psicanalista por opção.

E-mail: leticia.elipc@gmail.com



Letícia Rossini

Olá, é um prazer me apresentar a você. Sou a Letícia Rossini, uma mulher negra, nascida em Belém do Pará, mas atualmente resido no Rio Grande do Sul. Sou graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional - PPGPSI da UFRGS, sendo participante do Coletivo bell hooks.

E-mail: leticia.rssouto@gmail.com



Lilian Paula de Souza Alves Machado

Sou mulher negra com ascendência indígena nascida em Guaramiranga, interior do Ceará. Bisneta, neta e filha de agricultoras/es condenadas/es/os ao analfabetismo, rezadoras/es e curandeiras/os. Casada, mãe de dois e de dois avós, sou defensora dos Direitos Humanos. Curso adoutorado e sou Mestra em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, bolsista CAPES. Curso, ainda, especialização em Saúde mental e relações étnico-raciais. Tenho graduação em Psicologia e em Ciências Sociais. Sou psicoterapeuta e gosto de pesquisar na Psicologia e na Ciências Sociais, à luz de Conceição Evaristo e Frantz Fanon, as relações raciais, o colonialismo e as iniquidades por esse empreendimento produzidas, como racismo, machismo, patriarcado, violência sexual. Mas, também, as políticas de existência, como as práticas de cuidado.

E-mail: lilian.2022803030@unicap.br



Luciana Rodrigues

Sou psicóloga e docente. Uma mulher cis, negra, mãe, lésbica e professora-pesquisadora apaixonada pelo exercício da docência, engajada com a educação como prática de liberdade. Atualmente atuo como professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e como docente permanente do PPGPSI/UFRGS. Fiz graduação em Psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/2008) e mestrado (2012) e doutorado (2017) em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Coordeno o grupo de estudos, pesquisas e extensão "Coletivo bell hooks: formação e políticas do cuidado" (UFRGS), no qual desenvolvemos atividades pautadas no exercício de uma ética feminista e antirracista. Ao longo dos anos, venho me dedicando à pesquisa de temas relacionados ao campo da produção de subjetividade, cuidado, formação e relações raciais

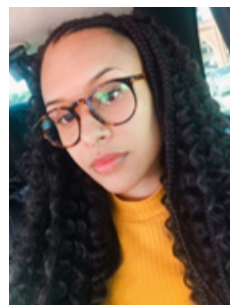
E-mail: luorodrigues.psico@gmail.com



Nicole Aleksandra Maciel

Carinhosamente apelidada de "nega" por sua família, é uma jovem de 22 anos que, apesar do medo ama novos desafios. Uma futura pedagoga que enxerga na educação uma possibilidade para a transformação de vidas. Embora não goste do frio, ela tem grande carinho por São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, onde reside. Sua paixão pelo calor, pelas praias e por viagens revela seu maior sonho: conhecer o mundo. Mesmo diante de obstáculos, seus sonhos permanecem vivos, sustentados por sua crença de que, assim como as crianças, nunca devemos parar de sonhar e acreditar no que é possível.

E-mail: nicolealexsandramaciel@gmail.com



Sofia Castro Teixeira

Sou filha de André Aparecido Teixeira e Cristina de Castro. Irmã do Arthur Aparecido Teixeira, meu neguinho que amo demais. Sou uma mulher negra, neurodivergente, que nasceu e cresceu no sul do país, mas especificamente na região periférica da região metropolitana de Curitiba. Jardim Monza em Colombo. Amante da leitura e do cinema, desbravadora da biblioteca pública e a cinemateca da cidade, apaixonada pela cultura alternativa gótica e kawaii, sempre amei ser a diferença. Estudante sempre de escola pública, adentrei a universidade pelo PROUNI, cursando Serviço Social na PUCPR, e o mestrado do PPGTE por ação afirmativa de cota racial. Sou assistente social, apaixonada pela minha profissão, militante do movimento negro, e cinéfila por hobby.

E-mail: as.sofiateixeira@gmail.com



Solange Aparecida Rosa

Sou Solange Aparecida Rosa, mãe da Laís, Helena e João Vitor, filha da Creuza e Luiz Carlos, irmã da Kelly e de Edenilson e companheira de Junior. Gosto de música, sou bastante eclética. Curto e gosto samba, Pixinguinha, Milton, Nascimento Etta James, Gregory Porter, (curto algumas cantoras contemporâneas) Iza, Liniker, Tulipa Ruiz e algumas bandas Rappa e Cidade Negra e tantas outras. Filmes, preferido os baseados em histórias reais. Tenho alguns livros, sou louca de ciúmes deles. Sou chocólatra de plantão. Nas horas vagas sou boleira, minha terapia. Dependendo da ocasião e do meu ciclo menstrual, prefiro pisar na areia macia, outras vezes, na grama verdinha e molhada. Fui mãe aos 22 anos e aos 39 anos. Do meu útero invertido floresceu três das mais lindas flores do mundo, meus filhotes. Até hoje me pergunto o que seria de Solange sem essas três flores? Mas, voltando. Sou

professora das infâncias, há mais de 10 anos. Fiz pós-graduação, pois queria entender alguns processos, racismos, infâncias negras e políticas públicas na educação pública. Tenho uma curiosidade por conhecer as coisas quase incessante, estou fazendo outra faculdade, fonoaudiologia. Atualmente estou com saudades do frescor das infâncias, do contato diário olho a olho, pele a pele e da inauguração das descobertas todos os dias. Estou morrendo de saudades das crianças. Infelizmente o adultocentrismo nos cega. Contudo, as crianças são as verdadeiras mestres. Hoje estou desenvolvendo meus estudos, pesquisas e propondo políticas públicas na Secretaria de Educação do Município onde atuo como professora, na assessoria pedagógica.

E-mail: solrosasol@gmail.com



ÍNDICE REMISSIVO

A

acesso 13, 15, 25, 38, 55, 57, 94, 102, 104, 107, 127, 130, 148, 149, 150, 161, 163
ações afirmativas 13, 14, 24, 26, 34, 35, 71, 72, 81, 83, 84, 86, 89, 91, 93, 99, 102, 104, 107, 112, 134, 139, 148, 149, 150, 161
afrocentricidade 37, 38
ambiente acadêmico 14, 27, 35, 81, 106, 129
analfabetismo 14, 41, 44, 50, 56, 176
ancestralidade 14, 30, 33, 59, 75, 141, 159
antinegitude 29
antirracista 37, 51, 66, 109, 112, 120, 136, 164, 176
aprendizagem 64, 66, 67, 162
autoamor 29
autodeclaração 34, 62

B

branquitude 23, 58, 62, 63, 64, 68, 89, 110, 114, 115, 116, 117, 120, 128, 140, 158

C

capitalismo 43, 52, 60
carreira acadêmica 37
ciência 29, 38, 56, 60, 129
Ciências Sociais 24, 25, 26, 34, 172, 176
colonialismo 30, 50, 52, 53, 128, 176
colonização 61, 66, 90, 117, 136
comunidade 22, 25, 28, 48, 52, 56, 66, 81, 82, 146, 148, 153, 154, 155, 169
confluência 30, 76
conhecimento científico 26
corpo 18, 22, 27, 28, 29, 31, 39, 60, 62, 63, 64, 73, 83, 84, 100, 101, 102, 104, 109, 111, 114, 117, 120, 121, 125, 150

corpos 19, 20, 21, 28, 44, 61, 62, 63, 64, 66, 102, 103, 104, 109, 119, 130, 149
corpos negros 66, 102, 104
cotas 13, 24, 35, 54, 57, 72, 83, 84, 89, 91, 125, 148, 150, 158, 159, 160, 164
cotas raciais 13, 24, 35, 54, 57, 148, 158

D

descolonização 26, 29, 53
descolonização do conhecimento 26, 29
desigualdades 15, 22, 72, 103, 104, 119, 150, 154, 160, 161, 172
desigualdades raciais 15, 103, 104
diáspora 17, 20, 64, 75
discriminação 18, 102, 108, 110, 133, 137, 164
discursos oficiais 26
docência 14, 22, 37, 59, 60, 61, 65, 162, 172, 176
docente 14, 15, 35, 61, 62, 67, 109, 139, 146, 151, 153, 176
doutorado 38, 56, 71, 162, 176

E

educação básica 43, 45
educação pública 37, 178
ensino fundamental 44, 73, 79, 133, 151, 161, 173
ensino médio 34, 35, 43, 54, 79, 89, 123, 133, 144, 157, 167
ensino superior 13, 22, 57, 81, 85, 93, 94, 125, 159
epistemicídio 25, 115, 118
epistemologia 37, 38, 129
escola pública 24, 35, 157, 159, 177
escravidão 21, 48
escrevivência 17, 43, 86, 117, 140, 149
espaço acadêmico 23, 129
estereótipos 17, 28, 166, 167





estudantes cotistas 37, 38, 82
experiências educacionais 19
extensão 24, 64, 73, 135, 176

F

família 22, 36, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 54, 55, 61, 65, 71, 79, 83, 84, 107, 108, 123, 126, 133, 134, 144, 149, 157, 158, 166, 167, 168, 170, 173, 177
feminismo negro 14, 59
financiamento estudantil 54
formação acadêmica 148, 149, 150
formação intelectual 36
formação política 36, 38, 52

G

gênero 13, 23, 56, 93, 102, 119, 141, 142, 148, 160, 161, 163, 164
graduação 14, 24, 26, 36, 37, 38, 54, 55, 56, 79, 80, 82, 86, 91, 100, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 133, 134, 135, 141, 146, 148, 158, 159, 172, 173, 176, 178

H

hetero identificação 34
histórias 12, 13, 14, 15, 17, 19, 34, 37, 48, 60, 66, 68, 71, 92, 97, 99, 102, 118, 119, 129, 130, 136, 149, 157, 159, 165, 166, 169, 177

I

identidade 17, 21, 31, 58, 71, 99, 102, 104, 111, 117, 129, 130, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 150, 153, 155
identidade negra 104, 147, 150
imersão na negritude 13, 16, 29
inclusão 102, 104, 132, 138, 161, 163
intelectual negra 17, 28, 39
interseccionalidade 142, 160, 161

J

jornada acadêmica 79

L

letramento racial 35, 158

linguagem 28, 63, 90, 111, 114
livros 95, 124, 126, 147, 159, 177
lugar de fala 73, 77

M

mestrado 25, 37, 38, 40, 55, 56, 64, 85, 86, 95, 99, 107, 112, 113, 114, 117, 123, 136, 137, 144, 146, 176, 177
milîtância 36, 42, 51, 127
movimento negro 38, 129, 130, 150, 172, 177
mulher negra 15, 17, 18, 19, 27, 29, 62, 64, 73, 75, 79, 83, 86, 92, 100, 101, 102, 107, 108, 113, 118, 123, 124, 126, 127, 133, 140, 142, 149, 151, 156, 159, 176, 177

N

narrativas 13, 14, 21, 65, 68, 153, 166
necropolítica 43
negritude 13, 16, 19, 21, 29, 34, 51, 52, 53, 63, 65, 68, 76, 121, 143, 150

O

outsider within 27, 28, 30

P

pan-africanismo 40
paradigmas 22, 67, 114
pedagogia 13, 66, 148, 149
permanência 13, 15, 25, 56, 82, 128, 146, 160, 163
perspectiva moderna/colonial 23
pertencimento 84, 108, 129
pesquisa 24, 38, 64, 99, 102, 114, 116, 117, 119, 126, 134, 136, 138, 160, 163, 172, 173, 174, 176
pesquisadora 14, 35, 101, 102, 118, 122, 147, 160, 176
poder 18, 21, 29, 47, 50, 55, 56, 92, 99, 101, 102, 103, 104, 107, 111, 117, 125, 127, 129, 142, 166
políticas antinegras 19
pós-graduação 14, 24, 26, 37, 100, 106, 107, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 135, 141, 172, 178
práticas de dominação 29
produção acadêmica 37, 82

produção de conhecimento 22, 25, 26, 73, 119, 140
professora 23, 35, 37, 44, 48, 57, 58, 60, 62, 64, 100, 108, 127, 133,
135, 137, 142, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 154,
158, 162, 168, 169, 172, 173, 174, 176, 178
professores negros 25, 121
Programa de Pós-Graduação 26, 38, 40, 172
projeto moderno/colonial 20

R

raça 18, 23, 31, 33, 35, 56, 72, 84, 89, 93, 104, 108, 109, 116, 141,
142, 158, 160, 161, 163, 164
racialidade 25, 30, 71, 108
racismo cotidiano 31, 63, 64, 68, 101, 104, 164
racismo estrutural 99, 116, 117, 118, 119
racismo reverso 23
rede pública 37
referenciais epistemológicos 22
relações raciais 13, 37, 38, 52, 55, 176
resistência 14, 15, 22, 29, 75, 77, 84, 98, 99, 102, 111, 117, 136, 137,
165, 166
resistência política 29

S

saberes negros 20
segregação 157

silenciamento 19, 26, 73, 111, 114, 118, 119, 127
sistema educacional 25
sociedade 18, 19, 22, 26, 27, 37, 39, 53, 57, 64, 67, 92, 101, 103, 109,
114, 116, 118, 135, 143, 157, 163, 166
sociedade brasileira 18, 26, 27, 39
Sociologia 25, 26, 37, 40, 172, 174
subjetividades 17, 25, 119
supremacia branca 27, 61, 63, 66, 67, 98, 99, 102, 116, 172

T

teoria feminista 36, 164
território 148, 149, 153
trajetória acadêmica 43, 82
trajetória profissional 145
transformação 15, 65, 67, 71, 84, 114, 138, 165, 177

U

universidade federal 24, 60, 61, 83
universidade privada 22, 23, 128
universidade pública 15, 82, 90, 117, 168

V

vestibular 34, 37, 80, 134
violência 17, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 83, 90, 92, 94, 101, 143,
146, 176
violência racial 62, 63, 64

WWW.PIMENTACULTURAL.com

MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR

histórias que marcam a trajetória
das ações afirmativas no Brasil



PPGPSI
UFRGS

